

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA

**A EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFRGS: A SERVIÇO DE  
QUE(M)?**

**ARATON CARDOSO COSTA**

Porto Alegre

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA

ARATON CARDOSO COSTA

## **A EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFRGS: A SERVIÇO DE QUE(M)?**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obter o título de Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Orientador: Profº. Dr. José Geraldo Soares Damico

Porto Alegre

2015

ARATON CARDOSO COSTA

**A EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFRGS: A SERVIÇO DE  
QUE(M)?**

Conceito final: A

Aprovado em 14 de dezembro de 2015

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr Alberto Reinaldo Reppold Filho – UFRGS

---

Orientador – Prof. Dr. José Geraldo Soares Damico – UFRGS

Dedico essa produção às trabalhadoras e trabalhadores desse nosso Brasil, que sustentam com seu suor a universidade, o SUS e tantas outras conquistas adquiridas através da luta social e batalham diariamente para sobreviver nesse sistema desumano, desigual, individualista e opressor.

## AGRADECIMENTOS

Considero os agradecimentos a parte mais difícil e a mais relevante do trabalho. Agradecer significa compensar, retribuir, reconhecer algo que nos foi feito. Uma gentileza, um favor. É um ato de humildade a meu ver, pois reafirma que não andamos sozinhos, ainda que cada vez mais na realidade nos pareça divergente. A dificuldade está em lembrar de tod@s que passaram pelo nosso caminho e deixaram a sua marca, a sua contribuição, a sua gentileza. Tentarei aqui reconhecer a coletividade presente nesse trabalho e na minha formação, que tem na escrita desse trabalho, no momento em que se coloca, o ritual de uma transição: o fim da graduação.

Agradeço à sociedade brasileira, em especial @s trabalhadores, que sustentam a universidade em que estudo, pública e gratuita, ainda para pouc@s. Espero ansioso pelo dia em que tod@s cá estarão, sem distinções de classe social.

Gratidão à minha família, aquela com a qual durante inúmeros momentos deixei de compartilhar momentos para estar dando conta da minha formação acadêmica. Agradeço à minha mãe, Tania Zulmira, a Taninha, pela garra e perseverança que demonstrou em todos esses anos, diante de todas as dificuldades que se apresentaram, e que acolhia minhas queixas por não ter tempo e ambiente para estudar. Mãe, te amo, gratidão por tudo que fez e tem feito!

A família não se resume a “véia”. Lulu, Bina, Manoel, Mogar, Joquinha, Maristela e Didi, agradeço de coração a existência de vocês em minha vida. Quantas vezes dizia eu não ter tempo para compartilhar convosco devido às tarefas que colocava como prioridade? Se cheguei até aqui, com essa formação, é porque muitas vezes os acompanhava de longe, mas isso não diminui(u) meu amor por vocês. As mais de 90 páginas escritas nesse trabalho comprovam que não estava “vagabundeando”...

A universidade e o curso de Educação Física me trouxeram grandes amig@s e colegas, logo em minha chegada. Piranha, Paula, Vareja, lutador@s, dedico a vocês três essa singela homenagem em forma de agradecimento, pela parceria, amizade e companheirismo. Essa caminhada, rica, é resultado da presença de vocês em minha vida e esse trabalho é fruto de inúmeros debates e problematizações do que é a extensão e a universidade. Um abraço, fraterno e afetuoso! Ainda espero reunir-mo-nos numa janta, para celebrar a amizade.

Deixo aqui também meu muito obrigado a galera que fez e faz o Diretório Acadêmico (DAEFI) andar e que contribuiu enormemente na minha formação. Que universidade teríamos

se os debates que perpassam aquela pequena salinha se espraiassem pelo campus e pela instituição! Eu acredito nessa rapaziada!

Agradeço às amigadas que se construíram e consolidaram no intercâmbio em Coimbra. Turma do Programa de Licenciaturas Internacionais (1ª, 2ª e 3ª edição), fica aqui meu desejo de sucesso, gratidão pela parceria e convivência. Que possamos quem sabe um dia re-organizar um grande encontro!

Aquela que durante dois anos foi à minha família não poderia deixar de receber um enorme agradecimento. Lilinho, Dai e Bruno, que doce aprendizado foi conviver com vocês esse tempo! Gratidão pela presença nesse período enriquecedor, pela parceria nas viagens, pelas conversas, jantãs, trucos, etc... Amo vocês, de coração.

Pri, minha grande parceira de viagens, não poderia deixar de te dedicar um pequeno trecho para agradecer por tudo que fez por mim. Com certeza não foi fácil aturar as discussões por estar com frio, fome e perdidos numa cidade desconhecida, nem mesmo os períodos de fim de semestre e o mau humor que vem com a ansiedade. Mesmo assim, que aventura hein!? Gratidão pela tua paciência, perseverança e parceria. Ainda te busco no TripAdvisor, me aguarde...

Agradeço ao Grupo de Corrida Locomotion (e Grupo de Pesquisa Locomotion), pela contribuição que deu no meu trabalho, e aos amigos que fiz nesse período em que nele me fiz presente e atuante. Edson, Tamiris, Henricones, Rodrigo, Jorginho, Tarta, Padova, Marcelo, Elren, Alberito e Alex, agradeço a vocês pelas conversas, orientações, ricas trocas que fizeram da minha caminhada no grupo um exercício de reflexão e pesquisa.

Aos trabalhadores e trabalhadoras da ESF Nossa Senhora de Belém, Clarissa, Alex, Aline, Janine, Beth, Juliana, Manu, meu sincero agradecimento pelo período que passamos juntos, belos encontros, conversas e risadas. Aos usuários do SUS e membros do Mexa-se, meu grande abraço por me ensinarem que a escuta, o afeto e o vínculo são a base que sustentam o SUS. Gabriel, meu amigo e companheiro de longas conversas e devaneios, dedico aqui esse pequeno trecho, registrando meu afeto por ti e a felicidade pela nossa amizade. Abraço!

Agradeço aos servidores da UFRGS (EsEFID) que se tornaram amigos nessa caminhada e que fazem a universidade andar, mesmo diante de tamanha precarização. Paulo Afonso, Jaque, Carla, Ezequiel, Isabel, Dani, Cíntia, Marisângela, deixo aqui meu reconhecimento pelo trabalho que fazem! Aos trabalhadores e trabalhadoras do RU, que diariamente preparam,

com carinho, as refeições da estudantada, num trabalho terceirizado desumano, meu muito obrigado. Badu, não poderia deixar de te agradecer também pela tua amizade, paciência e amabilidade. Gratidão!

Aos inúmeros professores que contribuíram nesse trabalho ao longo da minha caminhada, na FACED, na EsEFID, na FCDEF, em Coimbra e em outros espaços, meu muito obrigado! Aprendi imensamente com vocês, me mostrando uma prática que me faz perceber o porque escolhi ser professor, que me entusiasma, e que, também me mostraram aquilo que quero combater no momento em que me colocar como docente, diante de um grupo de pessoas em formação.

Dentro desse imenso grupo de docentes não posso deixar de citar alguns que me marcaram. Mauro Pozatti, Mário Brauner, Leonardo Tartaruga, Denise Grosso, Damicão, Bili, Alex, Malu, Alberto Monteiro, Laura Fonseca, Luis Rama, Miguel Fachada e Miguel Oliveira, vocês com certeza me tocaram, cada um a seu modo, guardo com carinho os ensinamentos e momentos em que estivemos juntos.

Gabi, gratidão pelo empréstimo do livro que serviu de base para muitas das minhas reflexões e escritas! Luisa, a ti também agradeço pelo auxílio no trabalho que com certeza foi de grande relevância.

Joninhas, Tutu, grandes parceiros! Que grata surpresa conhecer e conviver com vocês nesses últimos anos. Palito, Zina, Antônio, Balla, Gabriel, galera de fé, vocês também merecem um lugar de destaque. A Barra do Amor exala qualidade pela existência de vocês e tenho certeza que a vida ainda nos reserva grandes momentos juntos!

Companheir@s do GTUP, minha gratidão pela experiência que me proporcionaram ao longo desses anos, com intervalos, em que pude aprender demais e conhecer os princípios da Universidade Popular que se fazem presentes nesse trabalho, através das conversas e debates em reuniões, ajuda com envio de documentos e escritos particulares. Essa trabalho é vosso também com toda certeza, seguimos na luta por uma universidade voltada aos interesses dos trabalhadores e trabalhadores excluídos nesse sistema opressor.

Ao meu orientador, Damico, minha gratidão pela confiança que demonstrou durante todo o processo, ao aceitar construir esse trabalho comigo, pelas conversas na monitoria, pelos períodos de orientação, escassos mas sempre riquíssimos, e pelo aprendizado que tem me

proporcionado ao dividir um pouco da sua experiência. Agradeço a parceria, espero poder repetí-la com ainda mais qualidade e afino um dia!

Cleni, Jaque! Que baita trabalhadoras são vocês! Não fazem ideia da contribuição que deram a minha formação, como trabalhador, estudante, pessoa... Gratidão por esse breve período de trocas e ensinamentos no CAPS II do HCPA. Levo pra vida o que temos vivido com certeza. Mai, Jose, valeu pela parceria diária nas oficinas, pelo convívio e ricas trocas, além do acirrado pingue-pongue.

Agradeço também aos usuários do serviço, que constantemente tem seu comportamento moralizado e que sofrem diariamente a exclusão de uma sociedade que ainda não sabe compartilhar o cotidiano com a loucura. Demais trabalhadores, estagiários e residentes do CAPS II, meus colegas, fica aqui registrado meu agradecimento pelo constante aprendizado que propiciam sobre o SUS.

Aline, Margarida... Enila. Eu digo e tu não acredita... Encerro essa sessão contigo, registrando aqui a gratidão pelo amor, carinho, atenção, parceria e compreensão. Agradeço pelos memoráveis momentos que tivemos ao longo da construção desse trabalho, que só nos fortaleceram. Minha companheira, esse trabalho tem teu toque, tua prática, tua criticidade, tua luta por uma sociedade e universidade diferente. Enquanto escrevo esse breve agradecimento tu está deitada em teu quarto, num merecido sono, e te observo com um sorriso no rosto. Que o singular continue em nós meu amor!

Aos que esqueci, peço perdão. Esses seis anos me reservaram tantos encontros e desencontros que fica difícil lembrar de tod@s. Mesmo que não fiquem registrad@s seus nomes, com certeza nosso encontro produziu algo.

Gracias

## RESUMO

A extensão universitária é tida como parte fundamental e articuladora junto ao ensino e a pesquisa, formando o chamado tripé característico das instituições públicas de ensino superior. A partir da minha experiência enquanto extensionista e da observação da realidade do curso de Educação Física da UFRGS, problematizo o modo como se organizam e são disponibilizadas as muitas atividades de extensão deste curso. Este estudo, de caráter qualitativo-quantitativo, classifica e cataloga as atividades de extensão a partir de dados recolhidos junto a COMEX-EsEFID e PROREXT. Relaciono esse panorama com a revisão de literatura, a luz de um apanhado histórico-conceitual da extensão e dos compromissos da universidade pública brasileira. Tomo como referencial, além do conceito de experiência de Jorge Larrosa, os de extensão de Edinaide Jezine, Paulo Freire, José de Melo Neto e Pedro Cruz, propondo uma reflexão crítica da prática extensionista. Deparo-me com uma considerável parcela de atividades destinadas à comunidade, entretanto realizadas dentro da instituição, não entrando em contato com a realidade local. Impondo, desta forma, uma política de arrecadação, na qual cobra pela participação nas atividades, construindo uma lógica de prestação –assistencialista- e venda –mercantilista- de serviços. Saliento a necessidade de romper os muros da universidade, aproximando as comunidades, com base no diálogo, respeitando e valorizando os saberes populares; para que se construa, assim, uma instituição calcada nos interesses da população que não tem acesso aos saberes e conhecimentos produzidos no âmbito da universidade e caminhando rumo a uma efetiva transformação social.

**Palavras-chave:** Extensão; Popular; Universidade; Educação Física

*“A atitude crítica  
É para muitos não muito frutífera  
Isto porque com sua crítica  
Nada conseguem do Estado.  
Mas o que neste caso é atitude infrutífera  
É apenas uma atitude fraca. Pela crítica armada  
Estados podem ser esmagados.  
A canalização de um rio  
O enxerto de uma árvore  
A educação de uma pessoa  
A transformação de um Estado  
Estes são exemplos de crítica frutífera.  
E são também  
Exemplos de arte.”  
Bertolt Brecht*

## Sumário

1.	INTRODUÇÃO: EXPERIÊNCIA E PROBLEMA .....	12
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	22
3	DESENVOLVIMENTO: DA HISTORICIDADE À ATUALIDADE.....	30
3.1.	Universidade – Uma História Elitizada.....	30
3.2	A Extensão na Universidade .....	33
3.2.1	A Extensão na Universidade Federal do Rio Grande do Sul .....	39
3.2.2	A Extensão na EsEFID e na Educação Física.....	45
3.2.3	Sistematização e organização da extensão da UFRGS/EsEFID: Como se organiza a extensão? 45	
4	DA GENERALIDADE DA EsEFID À ESPECIFICIDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA: QUE ATIVIDADES SE APROXIMAM DO POPULAR? .....	53
5	PARA QUE(M) SERVE A EXTENSÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA? .....	74
6	TRANSIÇÕES: PROPOSIÇÕES A PARTIR DA PERSPECTIVA DA UNIVERSIDADE POPULAR.....	84
	REFERÊNCIAS.....	92
	ANEXOS .....	96
	PROPOSTAS ENCAMINHADAS À COMEX EM FEVEREIRO DE 2015 .....	96
	ATIVIDADES DE EXTENSÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA .....	99

## 1. INTRODUÇÃO: EXPERIÊNCIA E PROBLEMA

*"A curiosidade ingênua, sem deixar de ser curiosidade, pelo contrário, continuando a ser curiosidade, se critica" (Paulo Freire)*

Esse projeto está diretamente relacionado à minha experiência e percurso dentro da universidade. A palavra experiência, aqui, é revestida de significado e visão singulares, pois tomo o conceito de Larrosa (2001), que propõe uma nova forma de pensar a educação, a partir da experiência, que considera cada vez mais rara por diversos fatores, como a necessidade de estar informado sobre tudo (informação), opinar sobre tudo (opinião), ter-se pouco tempo e trabalhar-se muito. “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca (p. 21) e ao passar nos toca e nos transforma (p. 26). O conceito aqui utilizado não foi inserido a toa, pois ao longo desses quase seis anos de formação surgiram momentos, como o que me levou a escrever esse trabalho, em que fui tocado, em que algo aconteceu e que me percebi parado, pensando, escutando, sentindo.

Desde o ingresso na universidade, busquei ampliar minha visão de mundo e análise da realidade, visto que algumas discussões e debates organizados nessa instituição jamais haviam sido realizados em minha história pregressa, me causou espanto e estranhamento a existência de tamanho leque de conhecimentos dentro das diversas áreas do conhecimento (sociologia, filosofia, antropologia, biologia, etc.) ser “desconhecida” por mim até então, como, por exemplo, a teoria marxista e o conceito de ideologia e exploração. No período de minha formação no ensino básico ainda não era obrigatório o ensino de sociologia e filosofia nas escolas, daí minha surpresa e entusiasmo no encontro com esses conhecimentos.

Ao mesmo tempo, a entrada nesse “mundo novo”, ou “bolha”<sup>1</sup>, como muitos gostam de chamar, foi um choque de realidade, daí que inúmeras possibilidades de crescimento e aquisição de conhecimento, bem como elementos de contradição, começavam a surgir a minha frente. Assim, lancei-me nesse universo inicialmente em busca de formação, experiência e conhecimento.

A aproximação e participação, logo nos semestres iniciais de meu ingresso, nos anos de 2010/2 e 2011/1, em grupos e coletivos, como o Diretório Acadêmico de Educação Física (DAEFI) e o Grupo de Trabalho em Universidade Popular (GTUP) permitiu contato com

---

<sup>1</sup>A ideia de bolha remete para um lugar distante e ao mesmo tempo protegido da realidade social.

temas e debates de áreas relacionadas à universidade (acesso e permanência, produção de conhecimento, transformação social, educação popular, etc.), que tratavam da função que exerce em nossa sociedade e como acaba atendendo os interesses daqueles que detém o poder.

Simultaneamente, descobri que, apesar da educação ser um direito, seu “gargalo” era acentuado no acesso ao ensino superior, não havendo vagas à todos, tornando a disputa pelo acesso árida e desigual, sendo a manutenção daqueles advindos das classes desfavorecidas socioeconomicamente na universidade dificultada pela escassa política de permanência da instituição, que tornava a jornada do estudante-trabalhador uma luta diária. Muitos, como eu, jamais haviam vislumbrado a oportunidade de ingresso em uma Universidade Pública. Esses debates suscitaram movimentos de reflexão crítica da realidade que ia sendo por mim descoberta, sempre fomentada pela curiosidade que tinha pelo novo.

Paulo Freire (1996) considerava o pensamento crítico essencial na educação, diferenciando a ingenuidade da criticidade, colocando a segunda não em característica de rompimento, mas de superação, de modo que “a curiosidade ingênua, sem deixar de ser curiosidade, pelo contrário, continuando ser curiosidade, se criticiza” (p. 15). A entrada na universidade me colocou na posição de curiosidade e de suspeita.

Durante os (des)caminhos da minha formação, pude compreender que “a educação é uma forma de intervenção no mundo” (FREIRE, 1996, p. 38). Ela não é neutra e se coloca embasada em pressupostos políticos, ideológicos e epistemológicos, sendo possível se colocar na posição de reprodução ou de desmascaramento (idem).

Entretanto, mesmo dentro de estruturas de reprodução da ordem na qual a universidade se situa, se observam pontos de resistência que permitem não só um olhar, no meu ponto de vista, mais crítico, analisando como se estrutura nossa sociedade, mas também o que é o ser professor e o que o leva a se permitir o posicionamento numa lógica contra-hegemônica dada a conjuntura colocada:

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. [...] Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. (FREIRE, 1996, p. 39-40)

O contato com professores em formação que partilhavam desses valores e que vislumbravam na educação uma ferramenta de luta dentro das muitas colocadas em nossa sociedade me apresentou a importância do questionamento e da compreensão da realidade de forma crítica.

O questionamento e a reflexão crítica da realidade enquanto processo que envolve a relação dialética entre a leitura do mundo (neste sentido, o conhecimento crítico do contexto de realidade em que o sujeito está inserido é visto como um processo permanente e inacabado) e a sua ação sobre o mundo. (JÚNIOR, 2013, p. 304).

O conhecimento da realidade (leitura do mundo) aliada a reflexão crítica se tornaram, então, um movimento necessário para mim, processo que obviamente era atravessado pelos condicionantes da sociedade, universidade, formação do curso de educação física, etc. e que implicava o “conhecer de forma consciente, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o ‘como’ de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato” (FREIRE, 1983, p. 16).

A universidade a que eu chegava, depois de uma trajetória no mundo do trabalho, era organizada e sustentada através do suor dos trabalhadores e trabalhadoras, como eu até pouco tempo atrás, e era tida como pública e gratuita. Revoltante perceber que poucos chegam até ela e que muitos dos que aqui se encontram não reconhecem a necessidade de mudança e produção de conhecimento voltado à sociedade, para que todos tenham seus direitos minimamente atendidos (educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados são direitos sociais garantidos pela Constituição Federal). Assim, a atividade universitária torna-se irrelevante, quando suas pesquisas são autonomamente definidas ou quando procuram responder às demandas sociais e políticas de suas sociedades (CHAUÍ, 2003, p. 9).

A universidade exerce papel central em nossa sociedade nos dias atuais. Inicialmente destinada às elites, aos poucos evidenciou certa abertura a setores mais populares. Chauí (2003) destaca, entretanto, que o ensino superior reflete o quadro de exclusão social e cultural observado das classes populares, que não possuem condições de, ao saírem da escola pública de ensino médio, acessar a Universidade Pública. Apesar da implementação de programas sociais, organizados aparentemente com base no discurso da democratização do acesso ao ensino superior, surge um quadro de afastamento da classe trabalhadora da Universidade Pública, pois há um direcionamento desses rumo às instituições privadas de ensino superior, que não têm exigência legal de implementarem políticas de pesquisa e extensão (LIMA, 2015).

Apesar da chegada, ainda que diminuta, das parcelas mais carentes da sociedade, permanecem as críticas de movimentos sociais, grupos políticos, movimento estudantil e intelectuais à universidade e seu caráter elitista, de modo que não permite que seja adicionado um caráter popular ao grande centro de produção do conhecimento humano.

A percepção da relevância que possui a universidade em nossa sociedade me fez buscar compreender que instituição é essa e qual o motivo que a faz ser taxada como elitista, me indicando que essa “é reflexo de uma sociedade individualista e competitiva, moldada a partir dos interesses dominantes, oriundos hegemonicamente dos países centrais” (SENUP, 2011, p. 16). Se situa fragmentada, precarizada e sucateada, desvalorizando os saberes populares, indígenas e comunitários, além de manter seu caráter conservador e revelar uma silenciosa renúncia na transformação do mundo atual (idem). A análise de conjuntura, da forma como se colocava, me instigava a buscar os espaços nos quais esses debates eram organizados.

Não foi difícil aproximar-se dos debates organizados pelo DAEFI e, através de alguns de seus integrantes, dois camaradas que admiro e respeito muito, “Pi(ranha) e Vare(ja)”, pude conhecer um pouco mais sobre como se organizava a universidade na qual eu acabara de adentrar e como se organizaria uma que de fato pudesse ser chamada de Popular. No ano de 2011 foi organizado o 1º Seminário Nacional Universidade Popular (SENUP)<sup>2</sup>, em Porto Alegre, onde se reuniram diversos grupos, organizações, coletivos e independentes, todos reunidos em torno da temática da Universidade Popular. O encontro foi o pontapé inicial para minha aproximação e participação do GTUP, grupo ao qual eu retornaria após meu período de intercâmbio.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) implementou o Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI) que tinha como objetivo promover o aperfeiçoamento de estudantes pertencentes a cursos de licenciatura, permitindo a realização de uma graduação sanduíche através de parcerias com universidades estrangeiras. De agosto de 2011 a setembro de 2013 pude complementar minha formação na Universidade de Coimbra, em Portugal.

Nesse processo, apesar de considerar um avanço a definição existente no processo do qual fiz parte, que exigia que os estudantes tivessem em seu histórico a presença de grande parte da sua formação tendo sido realizada em escolas públicas, ainda permaneceu o caráter seletivo (havia uma classificação baseada no histórico escolar –conceitos- do aluno), mantendo o pressuposto meritocrático presente, por exemplo, no vestibular e condicionando a realização do intercâmbio a um grupo de estudantes.

Faço aqui uma crítica a manutenção do argumento meritocrático, que se embasa na “competição entre todos os indivíduos, promovendo o reconhecimento dos talentos

---

<sup>2</sup> <http://senup2011.blogspot.com.br/>

individuais, criando sistemas de avaliação que desconsideram as trajetórias de vida e os processos sociais nos quais estamos inseridos.” (BONETTO ET AL, p. 110). O fato de não serem oferecidas oportunidades (vagas) para todas e todos, assim como no vestibular, coloca em voga um sistema competitivo no qual “a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso social deixa de ser do Estado e passa a ser exclusivamente do indivíduo” (idem, p. 111). Isso, por exemplo, dificulta o acesso a oportunidades por parte de muitos graduandos que compõe o movimento estudantil, pois comumente atrasam sua formação e/ou são punidos pelo modelo de avaliação acadêmica, dividindo sua trajetória na universidade com a militância. Assim, a meritocracia acaba fomentando uma corrida (competição) desenfreada por ascensão, afastando os estudantes da compreensão crítica de muitos problemas colocados na realidade do país.

No retorno ao Brasil busquei reaproximar-me do GTUP, contribuindo e somando na luta por uma Universidade Popular, que permitisse que trabalhadores como eu tivessem a oportunidade de optar pelo ingresso ou não num curso superior e não passassem anos desconhecendo esse universo ou acreditando que o mesmo não era seu lugar. Nesse período surgiu meu primeiro contato com o debate sobre extensão, aumentando meu interesse pelo tema que é objeto deste estudo.

Minha participação no 2º SENUP (2014)<sup>3</sup>, mais especificamente num grupo de trabalho temático direcionado ao debate sobre perspectivas de “extensão popular”, me situou diante de um tema instigante e no qual eu vislumbrava a possibilidade construção de outros modos de fazer extensão na universidade.

A extensão pautada por uma perspectiva popular me entusiasmou porque permitiu vislumbrar a aproximação e conexão da universidade em que eu estudava (pública e gratuita) das camadas populares, da população que subsidiava seu funcionamento através de seu trabalho e que poderia ter acesso ao leque de conhecimentos que a Universidade possui, ainda que essa estrutura fosse diferente do ensino.

Em tese, essa relação Universidade-Sociedade não se daria de modo unilateral ou vertical, mas horizontal e dialético (FORPROEX, 1987), mas que, acima de tudo, deveria incorporar a intencionalidade política a sua prática, visto que o adjetivo “popular” se refere à perspectiva política advinda, entre outros, da concepção de Educação (Popular) embasada basicamente nos escritos de Paulo Freire, na construção de uma sociedade em que as classes populares deixem de ser atores subalternos e explorados e passem a ser sujeitos ativos e

---

<sup>3</sup><http://senup2014.blogspot.com.br/>

importantes na definição de suas diretrizes culturais, políticas e econômicas (VASCONCELOS, 2009, p. 337).

Descobri que, ao longo do tempo, visando entre outros objetivos reduzir as críticas/acusações de uma universidade “para a elite”, surgiram formas/interações que “permitiriam” o acesso ao conhecimento daqueles que não conseguiriam chegar até a estrutura de ensino (propagação do conhecimento) e pesquisa (produção do conhecimento) da universidade: a extensão.

Essas três estruturas formam o que é conhecido como “tripé” da instituição, na qual historicamente tem se assentado seu desenvolvimento e suas práticas, inclusive garantido pela Constituição Federal. Apesar de se colocarem de forma igual, articulada e indissociável, o tripé é comumente praticado em forma de pirâmide, com a pesquisa sendo a mais valorizada e amparada financeiramente, seguido pelo ensino, o “pé” mais antigo da instituição, no qual se baseia, mas que tem perdido espaço dada a pressão pelo produtivismo na pesquisa, e a extensão, que durante muito tempo se colocava relegada como alternativa de professores que não fazem pesquisa, mas que têm recebido cada vez mais atenção, pelas potencialidades de exploração que o capital privado tem vislumbrado.

A extensão seria responsável por estabelecer uma relação de contato com a comunidade, permitindo o acesso ao conhecimento através da “troca de saberes”, viabilizando certa “interferência” no processo de produção do conhecimento na universidade (FORPROEX, 1987)<sup>4</sup>.

A partir dessas premissas e experimentações, meu percurso acadêmico proporcionou a participação, sob forma de estágio, numa atividade de extensão (comumente conhecida como “projeto”) na Escola de Educação Física da UFRGS, hoje EsEFID<sup>5</sup>. O Projeto de Extensão Grupo de Corrida Locomotion<sup>6</sup>, em tese, “oferecia” treinamento de corrida à comunidade acadêmica<sup>7</sup> e não acadêmica<sup>8</sup>, com aulas realizadas na pista de atletismo da própria escola. O

---

<sup>4</sup> Fórum de Pró-Reitores de Extensão, criado na década de 80 com o objetivo de institucionalizar a extensão enquanto prática articulada ao ensino e pesquisa.

<sup>5</sup>A histórica Escola de Educação Física (EsEF) da UFRGS passou a chamar-se, desde 2015, de Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (EsEFID), em virtude de mudança no seu regimento que, entre outros aspectos, respalda e consolida a presença dos outros dois cursos (Fisioterapia e Dança), que há pouco tempo habitam o Campus Olímpico.

<sup>6</sup> [http://www.ufrgs.br/esef/site/atividades-comunitarias/cursos/46\\_Grupo\\_de\\_Corrida\\_Locomotion](http://www.ufrgs.br/esef/site/atividades-comunitarias/cursos/46_Grupo_de_Corrida_Locomotion)

<sup>7</sup> Tomo aqui o descrito por De De Melo Neto (2002) como comunidade acadêmica: alunos, servidores não docentes e servidores docentes. Acrescento, ainda, seus possíveis dependentes (filhas e/ou filhos), visto que têm acesso a serviços que a comunidade sem vínculo com a UFRGS não possui (tratando nesse caso da especificidade da instituição) como, por exemplo, a creche. Atividades como cursos e seminários tradicionalmente se organizam voltadas para o público acadêmico.

<sup>8</sup>Visto que os conceitos de extensão utilizados pela UFRGS não diferenciam a comunidade que acessa essa estrutura, coloco aqui uma separação entre a comunidade que já acessa a estrutura da universidade através do

período em que estive no “Grupo de Corrida” permitiu que eu acessasse variadas informações não só no “projeto” do qual fazia parte, mas também dos outros que habitavam a escola.

Pude observar que grande parte das atividades de extensão mais “conhecidas” e procuradas, “disponibilizadas” à comunidade, eram pagas, fato que suscitou meu primeiro questionamento: Se a universidade em que eu estudava era pública, logo financiada com dinheiro de impostos dos trabalhadores, como seria possível, permissível e aceitável que se pagasse, novamente, para que se tivesse acesso à algo “oferecido” por ela? Indo além na problematização, como se pagaria por algo que era público? Pensando dentro da lógica “privada” que acabava se estabelecendo, que tipo de público (no sentido de que comunidade de pessoas) poderia ter acesso ao conhecimento produzido pela universidade considerando suas possibilidades e limitações ao nível financeiro?

Só as questões acima citadas já me forneceram farto material para reflexão, mas ainda surgiram outras inquietações, levantadas quando me debrucei sobre que dificuldades adicionais teriam um indivíduo, pertencente a uma comunidade mais desfavorecida do ponto de vista socioeconômico, para ter acesso a estrutura que se estabelece na extensão universitária. Essa reflexão levou-me até o “fator geográfico”, pois pude observar que o “projeto” do qual eu fazia parte tinha quase que hegemonicamente indivíduos que residiam nos arredores da Escola de Educação Física e era constituído por pessoas que tinham acesso a estrutura de relações da universidade, seja como professor, amigo, conjugue e/ou parentes de alunos, etc. Não foi muito difícil, a partir desse ponto, o questionamento de que comunidade é essa que consegue acessar as atividades de extensão disponibilizadas pelo curso de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Dada a dimensão que o tema (extensão) tem em relação à Universidade, representando um de seus “pés”, junto ao ensino e à pesquisa (articulando-os), passei a analisar com mais cuidado alguns objetivos e/ou preceitos básicos estabelecidos para a extensão universitária proposta pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, disponibilizados em seu domínio eletrônico<sup>9</sup>, de acesso livre, levantando elementos para que pudesse organizar o trabalho (grifo meu):

“O Ensino, a Pesquisa e a Extensão constituem o tripé que sustenta a Universidade. Desses três, é papel da Extensão **promover a interação entre a Universidade e os diversos segmentos da sociedade**. A Extensão é a ponte que aproxima a instituição da comunidade. No fim da década de 80, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão

---

ensino ou pesquisa (servidores docentes e alunos), ou, ainda, possui conexão com essas estruturas, mesmo que não as acesse (servidores não docentes) e a comunidade que, não fosse o contato com a extensão, não manteria qualquer tipo de conexão com a instituição (um trabalhador, sem ensino superior, que participa de uma atividade de extensão, por exemplo).

<sup>9</sup> <http://www.ufrgs.br/prorext-siteantigo>

definiu a atividade extensionista da seguinte maneira: ‘processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e **viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade**’ [...] o aprendizado é levado à comunidade pelo aluno que, assim, o experimenta na prática, ao mesmo tempo em que **a comunidade se beneficia, através da atuação da ação de Extensão**. Mas o conhecimento não para aí: ele volta ao ambiente acadêmico, com o extensionista, que então o modifica e aprimora. **A Extensão é um processo que realimenta o fluxo do conhecimento na Universidade e estimula a renovação de sua produção**”.

A relação de “transformação” estabelecida e os “benefícios oferecidos” devem, supostamente, chegar a toda população, até para que a “renovação da produção<sup>10</sup>” seja realizada atendendo os anseios de todas as parcelas da população, não apresentando relações de exclusão e/ou elitização dessas atividades, ainda que o debate sobre a elitização da universidade tenha suscitado essa análise e aprofundamento na temática da extensão. Há autores que questionam a viabilidade dessa relação, criticando inclusive a criação da extensão enquanto estrutura dissociada do ensino e da pesquisa, por considerá-la um processo necessariamente contido em ambas (BOTOMÉ, 1996).

Considerando o papel de interação e o caráter de transformação entre universidade e Sociedade, bem como os “benefícios” gerados à comunidade, é interessante discutir como se organizam as atividades de extensão da UFRGS, nesse estudo em particular os vinculados ao curso de Educação Física, meu curso de formação, problematizando a lógica de organização das atividades de extensão ligadas ao curso de Educação Física, que tipo de “comunidade” tem acesso a esses projetos, bem como que tipo de extensão é apresentada.

É interessante salientar que de todos os cursos existentes na UFRGS, a Educação Física é sabidamente o que mais possui atividades de extensão cadastradas, evidenciando sua relevância ao nível da extensão universitária na instituição, mesmo que eu não tenha encontrado qualquer levantamento da comunidade que frequenta a “nossa extensão”.

Baseado na observação, em uma análise preliminar da realidade, surge-me a suspeita de que o alcance das atividades de extensão da Educação Física seja reduzido, não sendo acessível pelas pessoas que residem em áreas mais afastadas da cidade, levando a predominância nos projetos de extensão de participantes com índices socioeconômicos mais elevados, devido às características da região em que se situa a EsEFID, não evidenciando o

---

<sup>10</sup>De acordo com o Fórum de Pró-reitores de Extensão (FORPROEX, 1998, p. 3), há interesse especial na relação Universidade-Sociedade que se estabelece através da extensão, pois há “a possibilidade de produção de conhecimento na interface universidade/comunidade, [...] visando a criação e recriação de conhecimentos possibilitadores de transformações sociais, onde a questão central será identificar o que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos”, ou seja, é através da relação com a universidade/comunidade que a produção de conhecimento será organizada, de modo que se reestruture e renove o conhecimento já adquirido.

“padrão socioeconômico” da população em geral e confirmando o caráter elitista da universidade. Conjecturo que a concepção social de extensão, pautada nas necessidades sociais e populares e que busque fomentar a transformação da realidade social urgente, de modo geral, é limitada nos projetos de Educação Física da UFRGS. Entretanto, as suspeitas precisam ser investigadas, fazendo-nos avançar em direção à análises factíveis que permitam proposições viáveis e exequíveis.

Sendo assim, a partir do exposto, surgem algumas problematizações: Quantas e quais atividades de extensão são oferecidas (e quantas são gratuitas e pagas) pelo curso de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)? Dentro dessas, quantas e quais são direcionados à comunidade externa (não acadêmica)? Que atividades direcionadas à comunidade estão organizadas fora dos muros da universidade, facilitando em tese o acesso das camadas populares? Como se situa a extensão considerando a realidade da comunidade que chega até ela? Que transformação social é possível a luz da realidade observada nas atividades de extensão existentes no curso de Educação Física? A universidade cumpre seu papel social na extensão desse curso?

Considerando as questões levantadas acima, tenho como objetivo geral **analisar as atividades de extensão do curso de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Visto que, obviamente, analisar algo é tão geral que não permite deixar claro que tipo de ações se pretende tomar, me permito ainda definir como objetivos (específicos) *descrever, de modo geral, as atividades de extensão do curso de Educação Física, identificar quais destas têm como público alvo a comunidade em geral (não acadêmica), caracterizar o seu alcance (acesso pela comunidade em geral) através do levantamento de quais atividades são realizadas fora dos muros da Universidade e interpretar os significados que podem emergir ao nível da extensão universitária a partir da definição das atividades direcionadas a comunidade em geral, bem como de seu alcance, a luz dos preceitos da extensão e da extensão popular, analisando as perspectivas de transformação social possíveis diante do observado.*

De modo a situar quem lê, indico aqui o modo como se organiza esse estudo. Após essa “breve” introdução, em que minha experiência é chave na construção do trabalho, inicio minha trilha metodológica pontuando que técnicas utilizei, como enquadrei o estudo e o que fiz para angariar as informações e analisá-las. A seguir, em minha revisão de literatura, faço um apanhado histórico-conceitual da universidade e da extensão universitária, reconhecendo a relação umbilical entre ambas, visto que a extensão nasce dentro de uma universidade, instituição esta em contradição.

Finalizada a revisão conceitual e histórica, organizei uma descrição da extensão dentro da especificidade da UFRGS e da EsEFID, pontuando questões que considero relevantes, recorrendo a documentos oficiais, reportagens e ou notícias para tal. A partir dessa introdução, estabeleço uma descrição do modo como se organizam as estruturas extensionistas das mesmas, no sub-tópico seguinte. O restante do trabalho se divide na discussão dos resultados (dados obtidos), indicando quais atividades de extensão se aproximam do popular e problematizando para que(m) serve a extensão da Educação Física da UFRGS, fechando/abrindo o trabalho apontando transições/proposições a partir da perspectiva da Universidade/Extensão Popular.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Definido o problema de pesquisa, passo a caracterizar o estudo, me permitindo definir as técnicas de “coleta” de dados e análise de informações, orientando meu caminho investigativo. Determino esse estudo como exploratório-descritivo, ao verificar elementos similares a ambos planos de investigação, explorando o universo extensionista e também descrevendo fatos e fenômenos.

O caráter exploratório deste estudo se assenta no estabelecimento de uma hipótese e, a partir dela, intento aumentar minha experiência em torno do problema da pesquisa, para aprofundar o conhecimento dentro da especificidade do meu tema (TRIVIÑOS, 1987). Explorar é conhecer algo, investigar, visando problematizar elementos em determinada realidade. Entretanto, a tarefa exploratória não é fácil e implica um cuidado metodológico, sendo que “não exige a revisão de literatura, as entrevistas, o emprego de questionários etc. (idem, p. 109).

Os estudos descritivos exigem a organização de uma série de informações acerca do tema que se deseja investigar e tem como objetivo descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). Pretendo levantar e descrever e informações do quadro extensionista da Educação Física da UFRGS, como número de atividades praticadas, a quem se destinam, se implicam pagamentos, etc.

A definição do caráter do estudo ainda me direciona ao uso de algumas **técnicas de pesquisa**, tidas como um “um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 174), na tentativa de guiar-me em busca de meu propósito. As técnicas que utilizo são a pesquisa de campo e documental.

A pesquisa de campo foi utilizada por mim na produção de dados e informações dentro da própria EsEFID. O uso dessa técnica me remeteu a organização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, indicando a necessidade de observar os documentos orientadores da política extensionista da instituição, daí o uso da pesquisa documental, bem como da sistematização e organização das atividades extensionistas em seu campo de atuação, junto à COMEX, no contato com os coordenadores, etc. A pesquisa de campo, para Marconi e Lakatos (2003), não é uma simples coleta de dados, mas consiste na observação de fatos e fenômenos no seu local de ocorrência, na coleta de dados e registro daquilo que se presume ser relevante analisar.

A pesquisa documental se enquadra na ordem da documentação indireta (Marconi e Lakatos, 2003), para recolher informações prévias sobre a extensão da UFRGS, no meu caso específico, valendo-me dos documentos públicos (oficiais) disponíveis. Para analisar a extensão praticada na Educação Física é preciso reconhecer os documentos orientadores da instituição, que provavelmente guiam a sua política.

O uso da pesquisa de campo e documental é amparada por uma revisão de literatura, elemento chave para entender a extensão e a universidade. Marconi e Lakatos (2003, p. 104) consideram que a organização de um referencial teórico (Revisão de Literatura) é essencial para que se possa “interpretar, explicar e compreender a realidade”.

Considerando a temática estabelecida (extensão universitária), passei a levantar os principais autores que estudam(aram) o tema, considerando aí também a Extensão Popular, (Paulo Freire, Edinaide Jezine, José Francisco De Melo Neto, Maria das Dores Pimentel Nogueira, Rossana Maria Souto Maior Serrano e Eymard Mourão Vasconcelos), além de investigar o histórico tanto da universidade quanto da extensão, por considerar que não se concebe a universidade como uma instituição isolada do todo social e nem a extensão como apenas mais uma função da universidade (DE MELO NETO, 2003, p. 10). Assim, por considerar que nossa sociedade é determinada por processos históricos concretos e moldados a partir das contradições geradas entre as classes hegemônicas e populares, se torna interessante levantar de que modo se desenvolveu a universidade brasileira e como (em que contexto) surgiu a extensão, sendo que essa revisão histórica é elemento central para entender como se situa a extensão universitária nos dias atuais.

A escolha da “amostra” é intencional, pois quero me limitar a analisar um grupo específico (atividades de extensão da Educação Física da UFRGS) dentro de um universo (atividades de extensão da UFRGS/EsEFID). Marconi e Lakatos (2003, p. 223) afirmam que “o conceito de amostra é ser uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”.

Dado meu objetivo de lançar um olhar sobre os projetos de extensão existentes no curso de Educação Física, meus “dados” ou “amostra” são compostos pela totalidade das atividades de extensão do curso de Educação Física da UFRGS, que foram levantadas e organizadas a partir da relação fornecida pela Comissão de Extensão (COMEX) da EsEFID. Considerando que as atividades de extensão podem ser cadastradas a qualquer momento, estabeleço como “ponto de corte” a relação das propostas de atividades de extensão **encaminhadas à COMEX em fevereiro de 2015 (para aprovação/renovação)**, antes do início do semestre, para que pudesse organizar um quadro que não necessitasse ser

constantemente atualizado, atrasando a realização do meu trabalho. Evidentemente, reconheço que me escaparão algumas atividades de extensão, limitação concreta em meu estudo, mas que ainda me permitirá levantar a maioria das atividades existentes.

Esse estudo pode ser ainda definido como qualitativo-quantitativo, se propõe tanto a adotar um caráter mais analítico, através do levantamento de dados objetivos como número de atividades de extensão da EsEFID e da Educação Física, valendo-se da descrição e uso de percentuais para tal, por exemplo. Além disso, também incorpora um viés interpretativo, através da reflexão crítica realizada a partir dos dados levantados, mas considerando que não existe neutralidade na pesquisa científica, de modo que posiciono com base na minha história e interesses (DE SOUSA MARTINS, 2004).

A análise dos dados, realizada sob forma de reflexão crítica, só é possível pelo uso do método qualitativo, que imprimiu a flexibilidade necessária ao meu trabalho. O ponto de partida para a construção dessa reflexão crítica se deu a partir daquilo que pude observar em minha experiência, trazendo aqui o conceito utilizado por Larrosa (2006), que a define de modo singular, subjetivo.

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (Larrosa, 2001, p. 24)

Minha experiência direcionou as escolhas metodológicas desse estudo. A opção pelo levantamento de dados objetivos, número de atividades de extensão e classificação das mesmas, por exemplo, algo que poderia ser organizado dentro do viés quantitativo de pesquisa, não excluiu a necessidade de uma reflexão crítica acerca do levantado, ou do “desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva” (DE SOUSA MARTINS, 2004, p. 292), resultado de algo construído na minha formação. Essa aliança entre organização e sistematização de dados para subsidiar uma análise subjetiva e intuitiva é o que confere o duplo caráter desse estudo.

“A intuição aqui mencionada não é um dom, mas uma resultante da formação teórica e dos exercícios práticos do pesquisador. Já no desenvolvimento do emprego de metodologias quantitativas, o que se procura é justamente o contrário, isto é, controlar o exercício da intuição e da imaginação, mediante a adoção de procedimentos bem delimitados que permitam restringir a ingerência” (idem).

Para definição das atividades (tidas como) pertencentes à Educação Física ou não adotei um pressuposto básico: classificava a atividade como pertencente ao curso de vinculação do seu coordenador/elaborador da mesma. A definição de “professores elaboradores” dá-se devido ao fato de algumas atividades de extensão não serem passíveis de classificação ou vinculação a um curso, como, por exemplo, a ação “Recepção integrada aos calouros da dança, educação física e fisioterapia”<sup>11</sup>, que foi elaborada por um professor vinculado ao curso de Fisioterapia, mas acaba atravessando os três cursos do campus. Para fins de descrição e análise, as atividades serão vinculadas aos docentes responsáveis por sua elaboração, visto que permite adicionar a especificidade da Educação Física no trabalho. A UFRGS também aceita que servidores não docentes (técnicos) organizem atividades de extensão. Estas serão descritas, mas não analisadas, visto que os mesmos não fazem parte do quadro docente da Educação Física.

Após o levantamento das atividades de extensão, passei a classificar as mesmas, com o objetivo de organizar os dados de modo que eu pudesse observar como se organiza a extensão da Educação Física, quantas atividades “oferece”, para onde se direcionam, que categorias abarcam dentro da extensão da UFRGS, etc. Para tal, vali-me dos principais documentos orientadores das atividades de extensão universitária que encontrei, como as Resoluções nº 26/2003 e nº 17/2015 (que normatizam as atividades de extensão na UFRGS), os documentos do FORPROEX que apresentam a organização e sistematização da extensão universitária (FORPROEX, 2007), bem como alguns documentos adicionais, escolhidos sob meu critério, que buscava unicamente clarificar a organização dos dados. A documentação disponível associada à extensão da UFRGS é vasta e não pretendo aqui citá-la detalhadamente, daí a salientar apenas as mais relevantes no delineamento desse estudo.

É interessante registrar que as atividades de extensão da EsEFID, que se organizavam de acordo com as “Normas Gerais Para As Atividades De Extensão Universitária” (Resolução 26/2003 da UFRGS), se situam atualmente num período de readequação, visto que recentemente entrou em vigor uma nova resolução (Resolução nº 17/2015, *idem*), que reorganiza as atividades de acordo com “níveis” e “tipos”, sendo que meu estudo acabou considerando tanto a norma atual como a anterior, pois nem tudo está de acordo com a nova regulamentação.

Para realizar classificação das atividades de extensão, para além do uso dos documentos orientadores, foi utilizado o Catálogo das Ações de Extensão da UFRGS<sup>12</sup>, que

---

<sup>11</sup> [http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis\\_acao.php?CodAcaoExtensao=28064](http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis_acao.php?CodAcaoExtensao=28064)

<sup>12</sup> <http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/catalogo.php>

apresenta um quadro das atividades de extensão existentes (cadastradas) na instituição. Esse quadro ainda não incorpora a Resolução 17/2015 em sua sistematização. Utilizei-o essencialmente por dois fatores: o catálogo permitiu acesso livre a todas as atividades de extensão, com seus objetivos, áreas temáticas (já classificadas) e desenvolvimento, enriquecendo o trabalho e facilitando o levantamento e análise das atividades de extensão da Educação Física, além de apresentar a definição de **modalidade**, que será explicada a seguir, mas, que, posso adiantar, colocou uma série de questões acerca do quadro da extensão. As classificações ausentes foram completadas por mim, de acordo com os documentos orientadores acima citados.

As atividades descritas na relação fornecida pela COMEX e não encontradas no catálogo, tiveram seus “projetos” requisitados junto à mesma, para que se pudesse obter o mesmo tipo de material acerca de todas as atividades de extensão.

A questão que subjaz o uso da classificação “modalidade” está assentada na brevidade da implementação da Resolução 17/2015. A Resolução 26/2003 organiza as atividades de extensão, para além das outras classificações, de acordo com a modalidade, inserindo, entre outros, o termo “prestação de serviço”. Visto que a nova resolução não mantém esse termo, que a Educação Física ainda não se organiza de acordo com essa prerrogativa e dada a conotação que o termo “prestação de serviço” pode assumir quando se trata da extensão universitária (adotando lógica empresarial, sem troca de saberes e de não diálogo), foram utilizadas ambas as classificações, a antiga já se apresentando (pois é de caráter obrigatório seu preenchimento) e a nova através da minha tentativa de adequar as atividades extensionistas da Educação Física à nova normatização da UFRGS, até como forma de explorar que horizontes podem se apresentar diante dessa nova tipologia.

Considerando a problematização colocada por mim na introdução relativa à necessidade de pagamento para participação das atividades de extensão, local de realização dos projetos, bem como o público para o qual se direciona, meu próximo passo nessa trilha metodológica era levantar, classificar e organizar as atividades de extensão de acordo com essas três dimensões: Existência de cobrança pela participação das atividades (existência de taxa), local de realização da atividade (local da atividade) e o público alvo ao qual visava relacionar-se (ou “atender”). Para tal, passei primeiramente a observar o catálogo de ações de extensão da UFRGS, na busca por detalhes que apresentem a descrição específica que desejo. Não encontrando no catálogo as informações específicas que me permitem diferenciar as atividades de extensão, passei ao contato com os coordenadores dessas atividades, docentes

da UFRGS, através de email, questionando-os para que esclarecessem as informações faltantes.

Ressalto, ainda, que a minha experiência enquanto aluno da escola contribuiu para que algumas atividades pudessem ser classificadas mais rapidamente, seja pelo meu conhecimento ou pelo fato de meu objeto de pesquisa estar diante de meus olhos, me permitindo explorar os espaços e observar as práticas das atividades, justificando o uso da pesquisa de campo.

Assim que finalizei a classificação das atividades de extensão, passei a observá-las mais profundamente, a procura das atividades de caráter comunitário (direcionados à comunidade não acadêmica) e que, por ventura, pudessem assumir um caráter que se aproximasse do popular. O conceito da UFRGS de extensão se afasta do conceito de extensão popular, aspecto que é compreensível dado o caráter político/ideológico associado à extensão popular que o dissocia da hegemonia de pensamento introjetado na academia. Se coloca invariavelmente a extensão popular como um projeto de extensão e universidade contra-hegemônico.

Um importante aspecto do meu trabalho, já brevemente citado, é preciso ser esclarecido no que toca a definição de “comunidade”. Dada a aproximação que busco com os pressupostos da extensão popular, sem desconsiderar o modo de ser/fazer extensão da UFRGS, que, é preciso dizer, tem se apresentado cada vez mais distante das perspectivas de uma extensão direcionada às camadas populares, não me eximo de realizar a diferenciação da “comunidade” que perpassa a extensão, organizando-a em dois grandes grupos, a saber: a dita comunidade acadêmica e a comunidade não acadêmica.

Retomo a definição de José Francisco de Melo Neto (2002) da comunidade acadêmica: alunos, servidores não docentes e servidores docentes. Acrescento, ainda, seus possíveis dependentes (filhas e/ou filhos), visto que têm acesso a serviços que a comunidade sem vínculo com a UFRGS não possui (tratando nesse caso da especificidade da instituição) como, por exemplo, a creche. Essa inclusão não é preconizada em trabalhos anteriores e a coloco sob o argumento de que dependentes de servidores que acessam serviços de extensão que os tem como público alvo específico se situam numa posição de “privilégio”, dado que já podem acessar a estrutura da universidade desde cedo (fazendo alusão ao caso da Creche da UFRGS, por exemplo).

Não se trata aqui de recriminar ou estigmatizar esse segmento da comunidade, pois o direito à creche é legítimo e há uma luta dentro da universidade para que filhas e filhos de estudantes possam ter acesso a esse serviço (existente no passado), mas de não colocar atividades de extensão direcionadas a familiares de indivíduos membros da comunidade

acadêmica como pertencentes ao mesmo bojo daquelas que por ventura estejam direcionadas à comunidade não acadêmica.

A comunidade que, não fosse o contato com a extensão, não manteria qualquer tipo de conexão com a universidade (um trabalhador, sem ensino superior, que participa de uma ação de extensão, por exemplo) será caracterizada como comunidade não acadêmica. Nesse espectro estarão organizadas todas as atividades de extensão que possuam majoritariamente indivíduos que “não pertencem” à universidade, acessando-a unicamente através da extensão. Essas serão tidas como **atividades comunitárias ou voltadas à comunidade não acadêmica**.

A Escola de Educação Física da UFRGS possui diversas atividades, cada qual com suas características, público-alvo e funcionamento peculiares. A Resolução 17 não faz qualquer tipo de menção ao termo atividade comunitária, de modo que esse “critério” foi inserido devido ao modo como se organizam as atividades de extensão na ESEF. No domínio eletrônico da ESEF há um campo descrito como “atividades comunitárias” (que ainda será descrito na sistematização e organização da extensão), supondo que há atividades que podem ser consideradas “comunitárias” ou não. Apesar de, considerando o disposto pela COMEX, as atividades direcionadas à comunidade acadêmica serem consideradas comunitárias (e de fato são), do ponto de vista qualitativo podem ser diferenciadas nesses dois segmentos básicos.



**ESEFID** 75 anos  
EDUCAÇÃO FÍSICA  
PSIQUIATRIA  
PSIQUIATRIA  
DANÇA

CAMPUS ▾ GRADUAÇÃO ▾ PÓS-GRADUAÇÃO ▾ EXTENSÃO ▾ PESQUISA ▾ NOTÍCIAS ▾

### Atividades Comunitárias

Você está em: Página Inicial → Atividades Comunitárias

**Informações e Inscrições - COMEX:**

- Fones: (51) 3308-5866
- Email: comex@ufrgs.br
- Horário de funcionamento: de segunda à sexta, das 8h às 12h e das 13h às 17:30h

**Atividades Comunitárias Disponíveis:**

- Basquete para a Comunidade
- Caminhada Nórdica para Idosos
- Caminhada Nórdica para pessoas com Doença Mal de Parkinson
- Escola de Orientação ESEF UFRGS
- Escolinha de Futsal
- Futsal Universitário
- Grupo de Corrida Locomotion
- Grupo de Danças Tradicionais Tchê/UFRGS

Fonte: <http://www.ufrgs.br/esef/site/atividades-comunitarias/>

**Relação com comunidade em geral (não acadêmica).** Considerando que a relação Universidade-Sociedade se consolida através da extensão, me interessa analisar especialmente as atividades que hegemonicamente sejam direcionadas aos que não chegam à universidade por outros meios que não sejam a extensão. O levantamento desses projetos dar-se-á através da observação da dinâmica interna, organização e funcionamento da totalidade dos projetos de extensão.

Cursos, eventos e palestras, que geralmente se caracterizam como ações esporádicas (temporárias), além de se organizarem comumente direcionadas a comunidade acadêmica, que não é o foco do estudo, serão descritos, mas não se colocarão como objeto de análise mais aprofundada no trabalho. Há atividades direcionadas à comunidade em geral (não acadêmica) que possuem participantes que compõe a academia (estudantes, professores, etc.) o que não exclui a definição do público alvo principal (direcionado à comunidade acadêmica ou “aberto”, esse, sim, passível de aglutinar ambas as comunidades).

### 3 DESENVOLVIMENTO: DA HISTORICIDADE À ATUALIDADE

*“Uma sociedade que não se pretende pensante, nem tampouco crítica, gera uma universidade descomprometida com os problemas reais do povo. Por sua vez, esta universidade passa a cumprir outra função: a de contribuir para o “progresso” da sociedade em função da manutenção de suas injustiças, e não de sua superação.”*  
(MUP, 2009)

#### 3.1. Universidade – Uma História Elitizada

Os relatos abaixo estão organizados de modo a panoramizar a universidade brasileira, evidenciando seu caráter elitista e privatista, visto que desde seus primórdios já era considerada terra de poucos e privilegiados. Ao longo das décadas evidentemente surgiram movimentos transgressores, capitaneados por alguns intelectuais mais críticos e pelos setores populares da sociedade que reivindicavam a abertura do espaço universitário a sociedade em geral, sempre sofrendo grande resistência daqueles que controlavam o acesso ao ensino superior. Reconhecer a historicidade da universidade no Brasil permite observar em que contexto e momento histórico surge o debate sobre extensão, bem como por um movimento por uma extensão popular, que se apresenta ligado ao movimento de luta por uma Universidade Popular.

A trajetória da universidade no Brasil é marcada por um caráter eminentemente privatista, ainda que estejamos falando de uma “Universidade Pública”. Apesar de muitos acreditarem que a universidade “nasceu” com a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, em 1808, Cunha (2010) afirma que já existiam estabelecimentos de ensino superior na Bahia, sede do governo federal, em 1550, os colégios jesuítas. Nesse período, o autor destaca que já existia a proibição da criação de universidades no Brasil por parte de Portugal, sendo que, aos filhos de colonos, eram concedidas bolsas para que estudassem em Portugal.

De modo geral, o início da educação superior no Brasil é reconhecido a partir do século 19 em virtude de, até essa época, os cursos resumirem-se a educação filosófica e teológica. Entretanto, com a vinda da família real, há uma “refundação” (CUNHA, 2010, p. 153), com implementação de um novo estilo de ensino.

A partir da constituição da República mantém-se a estrutura de descentralização do ensino e a dualidade do sistema, que acabava distanciando o ensino das elites, nas escolas secundárias acadêmicas e instituições superiores, do ensino do povo, escola primária e

profissional, mas com aumento da procura pelas instituições de ensino superior, principalmente pelos latifundiários que pretendia ver seus filhos no ensino superior, não apenas pelo prestígio social, mas como segurança de uma possível destituição social e econômica (CUNHA, 2010).

A partir da década de 20, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, inicia-se a fundação de diversas universidades, em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, resultado do aumento da demanda pelo ensino superior em virtude das transformações econômicas, políticas, culturais e institucionais que estavam ocorrendo no país. Nesse período há uma retomada do debate sobre universidade, qual sua função, modelo organizacional, autonomia, etc, sendo que a dualidade nesse período se situava entre o desenvolvimento científico e a formação profissional. Romanelli (1991) destaca que nos anos 30, com a Reforma Francisco Campos, se estabelece a exigência do ensino secundário para ingresso no ensino superior, o que indicava a necessidade de sete anos de estudo, tornando o ingresso no ensino superior ainda mais seletivo.

A ideia comum aos projetos da USP e da UDF, de formar na universidade as elites que, com base na autoridade do saber, iriam orientar a nação (colocando-se, de certa forma, acima do Estado), seria, no contexto do Estado Novo, considerada perigosa. Ao governo federal interessava ter o monopólio de formação dessas elites e por isso impunha sua tutela sobre a universidade (ROMANELLI, 1991, p.140).

Em virtude dessa intenção de tutela sobre a universidade dá-se, na Era Vargas, a centralização do ensino, com a criação da universidade-padrão, reconhecendo a função da escola de enquanto instrumento que assegura a ideologia dominante e preparando as pessoas para as funções na divisão social e técnica do trabalho (FÁVERO, 2006). O espírito centralizador, bem como a falta de autonomia universitária, eram evidentes através da Universidade do Brasil (UB) que tinha reitores e diretores de unidade escolhidos pelo governo central, inviabilizando a existência de qualquer atitude de caráter político-partidário por parte de professores e alunos, apesar desse período se notabilizar também pela reorganização dos estudantes, com a criação da União Nacional dos Estudantes.

Com o golpe militar de 64 e a instauração da ditadura, o ensino superior entra num período de “modernização”, com o fim do sistema de cátedras vitalícias, e instituição da departamentalização no ensino superior, sendo os professores selecionados pela comunidade acadêmica e podendo ser demitidos conforme seu “desempenho”. Fávero (2006) destaca que o vestibular unificado e classificatório permitia a racionalização das vagas (aproveitamento e ingresso) e a admissão para áreas de conhecimento e não para cursos determinados.

A estagnação do ensino superior nos anos 80 é resultado da ascensão das universidades privadas, que não tinham interesse em desenvolver pesquisa e/ou qualificar professores (DURHAM, 2003). O “legado” da ditadura militar na educação brasileira, de modo geral, é elucidado por Saviani (2008), que aponta uma “transição” conciliadora que mantém a hegemonia das elites:

A transição que se operou no Brasil teve início com a “distensão lenta, gradual e segura” formulada em 1974 no governo Geisel; e prosseguiu com a “abertura democrática” a partir de 1979 no governo Figueiredo, desembocando na “Nova República”, em 1985, que guindou à posição de Presidente da República o ex-presidente do partido de sustentação do regime militar. A “transição democrática” se fez, pois, segundo a estratégia da conciliação pelo alto, visando a garantir a continuidade da ordem socioeconômica. Essa continuidade foi ainda reforçada, a partir do início da década de 1990, pela situação internacional que trouxe à tona uma onda neoconservadora guiada pela primazia do mercado sob o comando do grande capital financeiro. Nessas condições, não é difícil entender os constantes apelos para um maior estreitamento dos vínculos entre educação e mercado, a valorização da iniciativa privada com a conseqüente ênfase na adoção de mecanismos empresariais na gestão do ensino, assim como as pressões sobre a pós-graduação guiadas pela exigência de produtividade (p. 310-311).

No governo Itamar Franco, com a extinção do Conselho Federal de Educação, criado em 1961 e gerido por empresários do ensino que permitiram a ascensão do ensino privado, imaginava-se que haveria certa melhora estrutural do ensino público. Entretanto, no governo Fernando Henrique Cardoso, criou-se o Conselho Nacional de Educação, e a expansão do ensino superior privado manteve-se como marca desse governo (QUEIROZ e QUEIROZ, 2004), que andava de mãos dadas com o capital privatista empresarial, através da redução de recursos para o ensino público e crescimento do ensino privado (CUNHA, 2010). Os anos 90 foram de grande avanço do capital e sucateamento das instituições públicas de ensino, características marcantes de um sistema neoliberal desumano e desigual:

Podemos concluir que o modelo de expansão da educação superior adotado no Brasil, em especial a partir da Reforma Universitária de 1968 (Lei n. 5.540/68), em plena ditadura militar, e intensificado após a aprovação da LDB (Lei n. 9.394/96), no governo Fernando Henrique Cardoso, que teve como diretriz central a abertura do setor aos agentes do mercado, não logrou sequer resolver o problema do atendimento em níveis compatíveis com a riqueza do país além de ter produzido uma privatização e mercantilização sem precedentes, com graves conseqüências sobre a qualidade do ensino oferecido e sobre a equidade (PINTO, 2004, p. 730).

A consequência desse processo é a “grande elitização do perfil dos alunos, em especial nos cursos mais concorridos e nas instituições privadas, onde é muito pequena a presença de afrodescendentes e de pobres” (PINTO, 2004, p. 727). A mudança para um governo “de esquerda”, com Luis Inácio “Lula” da Silva, apresenta algumas mudanças no panorama do ensino público no país, ainda que se mantivesse a adesão à proposta de Banco Mundial e

Consenso de Washington, que defendem uma educação eminentemente privada como solução à América Latina, inclusive no ensino superior. A expansão das vagas, principalmente via Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), é acompanhada pelo sucateamento das Instituições de Ensino Superior públicas, pois não se verificou contrapartida ao nível da infraestrutura, enquanto que as universidades privadas beneficiaram-se largamente através de programas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

A Reforma Universitária [...] expressa a mais ampla forma de padronização do ensino superior pela sua subordinação ao capital privado, atendendo aos preceitos dos organismos multilaterais. [...] A possibilidade de socialização do conhecimento produzido socialmente através da democratização do acesso à educação é impossível, pois é impraticável a humanização do sistema capitalista. O desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo promove o acirramento das desigualdades econômicas, afetando todas as esferas da vida social e um acesso desigual ao conhecimento (SOUZA, 2011, p. 8-9).

Rampinelli (2012) destaca que, desde o seu surgimento, a Universidade tem sido utilizada como ferramenta pela classe dominante, afinal “a classe dominante precisa dos letrados para a defesa de seus interesses” (p. 57). Entretanto, mesmo em meio à tamanha elitização e desigualdade, vislumbram-se outros modos de se pensar a universidade, contrastando uma visão “baseada em valores elitistas, meritocráticos e voltada inteiramente para o mercado, e a outra de cunho popular, nacional e orientada para o bem comum da população”.

### 3.2 A Extensão na Universidade

A história da extensão universitária caminha junto da história da própria universidade no Brasil, com indícios que remontam a década de 30, quando, de fato, surgiram as primeiras Universidades. De acordo com Cabral (2012), os primeiros registros da extensão universitária aparecem no *Estatuto das Universidades Brasileiras*, que apresenta “modelos” de como a extensão deveria se orientar nas Universidades, com caráter utilitarista/assistencialista, na forma de cursos e conferências. Apesar de já se observar a ligação da universidade à sociedade, esse decreto evidencia o caráter de “transmissão do conhecimento”, para elevação da cultura daqueles que não se encontram presentes na instituição através do ensino (NOGUEIRA, 2001), proposta marcadamente eurocêntrica, caráter reafirmado pela Lei de

Diretrizes e Bases (LDB) de 1961, já no período da ditadura militar, sumprimindo, ainda, o caráter de cooperação apresentado no documento da década de 30 (CABRAL, 2012).

Nogueira (2001), ao analisar as diferenças e semelhanças dos discursos (conceitos) institucionais de extensão e as práticas observadas, destaca que a extensão universitária surge na Inglaterra exatamente para permitir a educação continuada daqueles que não tinham acesso ao ensino. O modelo americano surge em seguida, atrelado a idéia de prestação de serviços no meio rural. Ambos modelos influenciam as experiências extensionistas brasileiras, sendo que estarão presentes, em maior ou menor grau, até os dias atuais (p. 58). De acordo com Cabral (2012) os modelos de extensão brasileira nos anos iniciais das Instituições de Ensino Superior do século 20 dividiam concepções de transmissão de conhecimento (proposta européia) ou prestação de serviço (proposta norte-americana), ainda que na prática não fique evidente uma proposta clara e definida dos dois modelos.

A elite intelectual brasileira, que atuou fortemente na década de 30, no movimento de renovação do ensino, ou Escola Nova, teve grande influência na difusão do modelo norte-americano de extensão (em contraste ao modelo “europeu” de “transmissão de conhecimento”), com a implantação do modelo ensino x pesquisa x extensão carregado do viés prestador de serviço (GURGEL, 1986). Para Nogueira (2001) as atividades desenvolvidas pela extensão nesse período beneficiaram as classes que já tinham acesso ao ensino superior nesse período, complementando seus alunos e atualizando os egressos, de modo que as camadas populares continuavam excluídas.

Nas décadas de 50 e 60 do século passado a extensão universitária sofre grandes transformações, muito disso em virtude da aproximação dos diálogos entre universidade e Sociedade, através da aproximação do movimento estudantil e das experiências de Paulo Freire. Nessa época surge o *Centro Popular de Educação*, idealizado por Anísio Teixeira, que apresentava uma proposta de “projetos e serviços sociais que se voltam para as comunidades locais com atividades desenvolvidas durante todo o dia” (CABRAL, 2012, p. 57). Paulo Freire, em 1962, cria o *Serviço de Extensão Cultural*, que pode ser considerado, de acordo com Cabral (2012), a primeira iniciativa extensionista brasileira, e teve grande contribuição na difusão do método de educação popular proposto por Paulo Freire (SERRANO, 2013), baseado na busca pela autonomia.

A perspectiva extensionista de Freire diferencia-se das tradicionalmente desenvolvidas na Universidade, com a ideia de cursos e de prestação de serviços, ao dar ênfase à interação dialógica com o outro, mediatizada pelo mundo [...] fazendo uma importante ligação com o “movimento de cultura popular”, com a consciência coletiva do limitado papel da universidade na vida da cultura da sociedade (CABRAL, 2012, p.58).

No mesmo ano de criação do *Serviço de Extensão Cultural*, e inspirados em seus ideais, surge, por intermédio da União Nacional dos Estudantes (UNE), e referenciada pela *Declaração da Bahia* (que traz a proposta de universidade popular, a serviço do povo), o *Centro Popular de Cultura*, fortalecido e expandido pela aproximação com sindicatos e universidades (CABRAL, 2012) e que visava levar o estudante a participar da vida social das comunidades (NOGUEIRA, 2001, p. 59).

Infelizmente, com a entrada do regime militar, todas as ações que visavam a transformação da relação Universidade-sociedade acabaram sendo perseguidas, e muitas delas fechadas, sob pretexto de serem organizações perigosas e de envolverem comunistas subversivos (GURGEL, 1986). O período da ditadura, ao nível da extensão, é marcado pela repressão, censura e controle de ideias, mas sem conseguir apagar a chama da “perspectiva crítica e libertadora da extensão universitária” (CABRAL, 2012, p. 59).

Nesse contexto, dá-se processo similar ao período de conciliação citado por Saviani ao nível da Educação, em que “as ações passam a ser absorvidas pelo discurso oficial e pelos programas propostos do governo” (CABRAL, 2012, p. 60), inclusive as propostas elaboradas pelos estudantes (NOGUEIRA, 2001). Apesar de travestir-se de modo “libertário”, na prática as ações estavam voltadas para o assistencialismo, com retorno das bases norte-americanas, de caráter nacionalista, direcionado a “populações carentes”, como, por exemplo, o *Projeto Rondon*. Esse tipo de “intervenção” acabou contribuindo para que se diminuíssem “as ações de reflexão crítica dos estudantes e da própria realidade social” (CABRAL, 2012, p. 60).

O *Projeto Rondon*, representa bem o paradigma da extensão nesse período. Com a extinção da UNE em 1964, muitos estudantes passaram a participar das ações do projeto devido a sua repercussão positiva no meio estudantil e no próprio governo. Entretanto, intencionalmente ou não, os estudantes acabaram servindo como mão-de-obra para o projeto de “interiorização da proposta de segurança e desenvolvimento do país, mesmo sofrendo fortes críticas do MEC” (CABRAL, 2012, p. 61). À medida que o programa foi avançando e se consolidando, permaneceu o caráter de integração nacional e assistencialismo.

Nesse ambiente de rivalidades e disputas internas, surgem os *Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária* (CRUTAC), *Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária* (CINCRUTAC) e *Coordenação das Atividades de Extensão* (CODAE) do MEC, todos projetos de expansão das ações de extensão nas universidades (institucionalização da extensão) a partir de políticas do

governo, ainda que tenha surgido certo destaque no CRUTAC, ampliando as ações assistencialistas e dando atenção as condições de vida das camadas mais pobres, sendo expandido para outras universidades brasileiras (inicialmente foi desenvolvido na Universidade do Rio Grande do Norte) e recebendo “status” de “estágio obrigatório não curricular” (CABRAL, 2012), mas não sem apresentar contradições no processo. O retorno do estudante a academia era, quase sempre, problemático, pois, ao conhecer a realidade das regiões e as comunidades mais carentes, ele levava para as salas de aula questões muitas vezes desconhecidas dos professores (NOGUEIRA, 2001, p. 61).

Gurgel (1986) destaca que muitos desses programas eram financiados através de convênios com agências norte-americanas e foram largamente denunciados devido ao fato desse governo apoiar tanto as ações de torturadores do regime militar quanto ações de desenvolvimento do país. Essa influência revela a força do projeto neoliberal na construção da extensão, marcando presença na ditadura militar através das ações desenvolvimentistas patrocinadas pelos Estados Unidos. A universidade, mesmo diante do avanço capitalista, lutava por autonomia na gestão de suas práticas, que acaba resultando na criação do *Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras* (1966), que, apesar de não ter como objetivo central a extensão universitária acaba por adotá-la, introduz o modelo americano de concepção de universidade (integral e descentralizada), inclusive com sua política extensionista de prestação de serviços.

Oficialmente, apenas a partir do fim da década 1960 a extensão passa a ser responsável por cumprir o papel social da universidade, através da *Lei Básica da Reforma Universitária* (BRASIL, 1968). Colocada como prática oficial e meio de atuação e participação estudantil na sociedade, o decreto apresentou alguns avanços, mas não conseguiu desgarrar-se da concepção de extensão enquanto transmissão de conhecimentos (cursos, sob modelo europeu) e prestação de serviços (modelo americano), atendendo majoritariamente os interesses desenvolvimentistas do governo e servindo principalmente para que a extensão universitária fosse institucionalizada (CABRAL, 2012, p. 64), contribuindo para a manutenção das desigualdades sociais (JEZINE, 2004).

Apesar da intensa vigilância no período militar, Nogueira (2001) destaca que surge em 1975 a primeira política de Extensão Universitária no Brasil, que avançava na concepção de extensão, influenciado pelo ideário de desenvolvimento e segurança nacional propagado pela ditadura. Nesse período se encontra presente no plano a idéia de retroalimentação do ensino e

pesquisa através da extensão, conceito que até então jamais havia sido lançado, ainda mais em forma de plano para todas universidades brasileiras.

O movimento estudantil também apresentou progresso no conceito de extensão, sob égide de outra concepção de universidade, nos anos 80, que se voltava e se colocava comprometida com as classes populares. Algumas de suas propostas foram incorporadas pelo FORPROEX, como a articulação com ensino e pesquisa, a troca de saberes e o compromisso social (NOGUEIRA, 2001). Apesar de os documentos do Fórum não indicarem a origem de suas concepções de extensão, fica evidente que acolheram o pensamento oriundo da proposta de Paulo Freire e do movimento estudantil, mas acabou, e é importante frisar, desmistificando a Extensão Universitária enquanto militância política (SERRANO, 2013).

A criação do FORPROEX, em 1987, se dá, de acordo com Nogueira (2001) pela necessidade de institucionalização da extensão, visto que ensino (na graduação e pós-graduação) e pesquisa já tinham políticas e representantes específicos junto ao MEC. Além disso, se buscava reduzir a miscelânea verificada nas atividades extensionistas nas universidades brasileiras. Logo após a criação do Fórum é reafirmada a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na Constituição Federal, além da criação de programas de fomento direcionados especificamente à extensão universitária, consolidando-a como atividade fim da Universidade e reafirmando seu caráter na LDB (1996). Logo nos anos subsequentes o Fórum divulga o Plano Nacional de Extensão, com clara intenção de interferir na política acadêmica, mantendo o conceito de extensão oriundo da sua fundação (NOGUEIRA, 2001).

A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987)

Nogueira (2001) afirma que o conceito de extensão, elaborado pelo FORPROEX vem sendo tratado como referência nas instituições públicas de ensino superior e reconhecido pelo MEC, justificando a repetição do discurso do Fórum encontrada nos documentos da UFRGS. Apesar disso, o autor ressalta que se apresenta uma dicotomia entre os pressupostos colocados

pelo Fórum, que tem respaldo do MEC, e os postulados pelo Ministério em seus documentos e diretrizes (LDB e PNE, que apresentam propostas de extensão que remetem ao início do século XX), evidenciando a presença de setores com poder e atribuição para elaborar política para o ensino superior brasileiro cuja visão da ação extensionista remonta o início desse século (p. 70).

Jezine (2004) salienta que a pressão das políticas neoliberais tem colocado a Universidade a mercê do capital privado, de modo que tem ganhado corpo as parcerias público-privadas, a redefinição do papel da extensão, com abertura ao “investimento” empresarial, expresso inclusive na política de extensão da UFRGS, visto que propõe também a busca de financiamento da extensão com recursos provenientes de setores privados (Decisão nº 266/2012). Esse cenário contribui para que:

A extensão universitária constitui uma das expressões mais concretas da crise da universidade brasileira, tendo sido, aliás, nos últimos vinte anos, um elemento de debate entre gestores universitários e governamentais, ganhando relevo uma nova dimensão: a da venda de serviços. [...] Acentua-se a dimensão exterior à universidade, bem como os aspectos econômicos e de parcerias com outras instituições, deixa-se de privilegiar o atendimento aos grupos excluídos e passa a tratar a todos como consumidores. Dessa forma, o produto da universidade transforma-se em mercadoria a ser comercializada e a extensão passa a ser um dos principais canais de divulgação e articulação comercial (Jezine, 2009, p. 2-4).

Apesar de verificarmos que a história da extensão no Brasil se entrelaça à história da universidade, seus processos de construção não podem ser resumidos simplificadamente, daí a separação que propôs nesse trabalho. Além disso, mesmo com a descrição de momentos históricos similares, se observaram conceitos variáveis de extensão, com divergência entre autores. De modo geral, foi possível observar que a extensão universitária brasileira se coloca em modelos basicamente influenciados pelas escolas européias e americanas, mas com conceitos que, de acordo com Serrano (2013), passaram por vários matizes e diretrizes conceituais.

Da extensão cursos, à extensão serviço, à extensão assistencial, à extensão “redentora da função social da Universidade”, à extensão como mão dupla entre universidade e sociedade, à extensão cidadã, podemos identificar uma resignificação da extensão nas relações internas com os outros fazeres acadêmicos, e na sua relação com a comunidade em que esta inserida (Serrano, 2013, p. 1).

Para De Melo Neto (2003), os anseios por transformação incorporados nos vários conceitos de extensão acabam por evidenciar as marcas do conservadorismo, num discurso transformador que não avança na prática, relegando ainda à universidade o papel de

transmissora de saber, sob argumentos de preocupação com necessidades sociais. “O povo, os trabalhadores, contudo, permanecem silenciosos” (p. 2).

É possível pensar que a diversidade de conceitos reflete a disputa existente ao longo da história da universidade pelos diferentes setores existentes, linha adotada pela teoria marxista, que coloca as instituições como aparatos ideológicos que reproduzem a ordem social vigente, evidenciando a luta de classes presente em nossa sociedade. Apesar do caráter adotado pelas instituições, estas se colocam constantemente em contradição, sofrendo crises de hegemonia, conceito advindo da leitura gramsciana, que permitem uma transformação social mesmo dentro da lógica estabelecida em que a ideologia dominante predomina, de modo que cada momento histórico retrata a luta travada pelo controle desses aparatos (TAVARES, 2013), como, por exemplo, se observava na disputa e concepção de extensão colocada pela UNE nos anos 60, bem como a apropriação dos conceitos de Paulo Freire, mas destituindo-os do caráter político-militante que incorporava.

A ideologia é vista como um instrumento de dominação, utilizada como instrumento de controle para transformar as idéias da classe dominante em universais, a fim de eliminar as contradições das relações sociais de produção no interior da sociedade e apresenta-se como uma explicação teórica e prática em que o discurso é uma das suas formas de materialização. [...] A universidade passa a ser também um instrumento de produção ideológica, utilizada pelo grupo fundamental dominante, para transmitir as representações de valores, conceitos e padrões a serem incutidos para a realização de seus projetos políticos (Jezine, 2009, p. 13).

Se admite ser possível construir pelo confronto de interesses opostos propostas de transformação da realidade, para cuja formulação os intelectuais têm um papel de destaque. Assim, partindo das idéias de que “todos” os homens são intelectuais, embora não exerçam a função de intelectuais, mas são capazes de pensar e transformar, também são capazes de produzir ideologias. (idem, p. 14).

Assim, se faz necessário não só a manutenção da disputa no seio da universidade, visto que surgem diferentes concepções de universidade e extensão, no sentido de construção de ideias que permitam a superação da sua elitização e progressiva privatização e sucateamento, visando a transformação social, que não se dará apenas dentro de sua esfera, mas na atuação conjunta dos diferentes setores da sociedade. Nesse sentido, a extensão se coloca como mais um campo em disputa no cenário atual.

### 3.2.1 A Extensão na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A extensão na UFRGS forma o tripé junto ao ensino e à pesquisa e é responsável por promover e interação entre a Universidade e os diversos segmentos da sociedade. De acordo com a Política de Extensão da UFRGS (Decisão N° 266/2012), a Universidade tem como fim

a “educação superior e produção de conhecimento”, considerando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que permite que se complete um “ciclo” fulcral na produção, experimentação e retroalimentação do conhecimento.

Apesar do trecho acima, e de todos os documentos oficiais relacionados à extensão encontrados nesse trabalho (o trecho citado anteriormente era de domínio eletrônico, não sendo um documento oficial), não deixarem evidente a que(m) serve a extensão da UFRGS, a instituição tem adotado a linha definida no *Fórum de Pró-reitores de Extensão*, que descreve a atividade extensionista da seguinte forma:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987, p. 11).

Essa definição não afirma que o popular terá trânsito dentro da universidade, sendo que a instituição irá até as comunidades (pois cita o retorno à sua estrutura), ainda que apresente certa preocupação social com a sociedade e com o respeito ao saber popular. Em sua política extensionista surgem alguns indicativos acerca das intencionalidades da extensão, e que permitem um olhar mais ampliado sobre a UFRGS. Dentro das propostas colocadas, destaco as que definem que dever-se-á buscar a interação com a sociedade incluindo o atendimento as demandas sociais (mas sem indicar caminhos), assegurar a relação bidirecional entre a universidade e sociedade (mesmo que não assegure o trânsito desta naquela) e buscar o financiamento da extensão com recursos provenientes de setores públicos e/ou privados.

A política de extensão da instituição, apesar de se apresentar de modo genérico, permite pensar que a aproximação da universidade com a sociedade se dará de forma parcial, mantendo a distância entre ambas, reduzindo-se à “interação” e incluindo o “atendimento” a demandas sociais, apresentando elementos que a colocam numa perspectiva de extensão assistencialista e, ainda, mercantilista, dado que concebe a possibilidade de levantamento de recursos junto ao setor privado.

A definição de extensão colocada pela UFRGS vem se adequando aos pressupostos defendidos pelo FORPROEX, na esteira de uma concepção de extensão cidadã que se ampara na interação, mas sob marcas de conservadorismo. Termos como responsabilidade e transformação sociais não são encontrados na política de extensão da instituição, apesar da presença da “troca de saberes e participação efetiva de comunidades na atuação da universidade” (Resolução 17/2015), novamente sem indicar como se dará esse movimento.

O popular, assim como nos documentos do FORPROEX, segue sem atenção, não se apresentando qualquer menção de como colocar na prática os elementos defendidos pela extensão da UFRGS, numa situação que indica possível distanciamento entre o discurso da instituição e a prática realizada.

Interessantemente, a decisão nº 242/2005 do Conselho Universitário da UFRGS, apresenta normas relativas à prestação de serviços à comunidade no âmbito do ensino, pesquisa e extensão coloca a seguinte descrição para o termo “prestação de serviços” (p. 2): **“São consideradas atividades de prestação de serviços na Universidade aquelas que, sem prejuízo das leis vigentes, quando, utilizando a disponibilidade de recursos existentes na Universidade, atendem às necessidades de terceiros (entidades públicas ou privadas)”**. Essa definição já evidencia a força do capital privado na regulação do funcionamento da própria instituição, visto que permite que a Universidade preste serviços, através da extensão, por exemplo, à entidades privadas. Pensar uma universidade pública e gratuita servindo aos interesses de empresas é reflexo da frequente pressão sofrida pelas instituições públicas do setor privado, que ao vislumbrar possibilidades de lucro, se aproxima da universidade sob argumento de desenvolvimento da ciência e tecnologia<sup>13</sup>.

Mesmo considerando a definição do que seria caracterizado como prestação de serviço, e a que(m) a universidade poderia servir através da extensão, ilustrando um tema para necessário debate no seio da instituição, levanto aqui uma “mudança” colocada dentro da UFRGS no que toca a conceituação de prestação de serviço e sua nova roupagem: a interação acadêmica.

Visto que já citei acima a definição da instituição para prestação de serviço, passo agora a destacar o que a mesma define ser “interação acadêmica”, delineada na decisão nº 193/2011 (p. 1): **“São consideradas atividades de Interação Acadêmica na Universidade**

---

<sup>13</sup> Para o GTNUP (2013) o conhecimento tem cada vez mais sido transformado em mercadoria, de modo que se construiu uma ideologia em que os problemas mais complexos da humanidade poderiam ser solucionados pelo conhecimento científico em si, diminuindo a sua dimensão social e atendendo demandas do capital privado, voltando-se ao lucro. Isso implica um processo em que todo conhecimento resultante só atinja seu objetivo quando transformar-se em um produto que possa ser vendido, situando o que a universidade produz cada vez mais distante da resolução das demandas sociais.

aquelas que, sem prejuízo das leis vigentes, utilizando a disponibilidade de recursos existentes na Universidade, atendem às necessidades de terceiros (entidades públicas ou privadas)”.  
De 2005 a 2011 a UFRGS passa a afirmar, dada a igualdade de conceitos que estabelece, que a interação acadêmica preconizada pela instituição, termo que é cada vez mais utilizado na extensão, é prestação de serviços, ou pelo menos se coloca nos mesmos moldes/definições. Assim, ao olhar para a caracterização da política de extensão já se pode ter ideia de que tipo de interação é recomendada pela universidade, uma interação voltada a prestação de serviços e que induz a procura de parcerias com o setor privado, inclusive se colocando na posição de atendê-lo.

Se na decisão nº 242/2005 (p. 1, grifo meu) era “do interesse da universidade **realizar serviços** através de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas, sempre dentro de seus objetivos precípuos”, na 193/2011 (p. 1) passa a ser “do interesse da universidade **realizar Interações Acadêmicas** através de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas.

Essa mudança de termos mostra o quanto a extensão reproduz a linha de elitização e cede espaço à privatização da universidade, se colocando a serviço do capital privado e incorporando uma política de extensão que se resume à prestação de serviços via interações acadêmicas, restando investigar os reflexos dessa definição dentro da especificidade e prática da Educação Física da UFRGS.

A extensão da UFRGS recebeu destaque no Jornal da Universidade, mais precisamente na edição de julho de 2012, sendo que a EsEFID (naquela altura nomeada ainda como EsEF) recebeu um recorte especial pelos cerca de 30 programas existentes à época.



Fonte: Jornal da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Julho, 2012.

De acordo com a reportagem, o “impulso” necessário para a valorização da atividades extensionista surgiu **no momento em que se regulamentou a prestação de serviços na instituição**, no ano de 2005, aquela que permitia o uso de recursos da instituição para atender as necessidades de terceiros, sejam eles entidades públicas ou privadas. Curioso que a extensão passa a ser valorizada pela academia mesmo que não se tenha citado a sociedade, comunidade, popular, etc. Em contraste, a permissão de atendimento ao setor privado é formalizada e celebrada.

Problematizo essa idéia amparada na mudança de relevância da extensão pela universidade ao verificar que o discurso que exalta o compromisso social da instituição se ampara numa ideia que se afasta e ainda esteriotipa o popular; se antes a extensão era vista como “coisa de pobre”, agora passava a ser também usufruto das classes mais abastadas, “através de ações em saúde, por exemplo”, além de servir aos alunos através de “enriquecer o currículo e resultar em créditos complementares” (Klein, 2012, p. 7).

## Extensão na maré certa

Por meio de um decreto-lei de mais de 80 anos atrás, a extensão começou a fazer parte das universidades brasileiras. Porém, é possível dizer que, durante muito tempo, as ações extensionistas eram inexpressivas assim como a pesquisa.

No caso da UFRGS, tal panorama começou a ser modificado com as alterações no estatuto interno em 1996, que criou as câmaras de Extensão e de Pesquisa, além de comissões em cada unidade com o objetivo de gerir e regulamentar as atividades.

Mas o impulso para a valorização da atividade extensionista aconteceu realmente em 2005 com a regulamentação da prestação de serviços.

"Assim, mais departamentos começaram a se interessar. Mudou a mentalidade também, pois, até então, extensão era vista como coisa de pobre, de atuação somente nas vilas. As pessoas perceberam que os mais abastados podem se valer do conhecimento da Universidade no shopping ou através das ações em saúde, por exemplo. Por outro lado, os alunos se deram conta de que

participar desse tipo de atividade enriquece o currículo e resulta em créditos complementares", considera a professora da Escola de Enfermagem Vera Portella, integrante da Câmara de Extensão.

Outro fator fundamental para o desenvolvimento da extensão nas universidades foi a ideia de modernizar o ensino em sintonia com as comunidades, ou seja, sair dos muros da academia para procurar o que o mercado e as pessoas estão produzindo de conhecimento, apropriando-se dessas experiências. "Somente indo lá fora para saber o que as pessoas querem e desejam aprender é que a universidade se renova, porque não basta querer ensinar as pessoas, precisamos aprender com elas", resume Vera.

De acordo com a pró-reitora de Extensão, Sandra de Deus, o objetivo é aumentar a atuação extensionista e contemplar mais projetos e bolsas: "Nossa expectativa é de avanço e qualificação das ações. Prevemos ampliar o número de parceiros e incrementar o debate sobre a inserção de pelo menos 10% dos créditos curriculares como propõe o Plano Nacional de Educação".

Fonte: **Jornal da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Julho, 2012.**

A leitura atenta dessa reportagem, quando comparada ao discurso da instituição no que toca o conceito que possui para extensão universitária, me faz questionar qual o real objetivo que subjaz a definição de prestação de serviço como atividade cabível na extensão. É a extensão uma atividade fim que se resume ao assistencialismo? Ainda que na teoria não a seja, sendo parte fulcral do tripé universitário que garante a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na prática a relação com a sociedade parece limitar-se ao "atendimento", como se a Universidade Pública fosse prestadora de serviços e não elemento de produção de conhecimento e difusão do saber que anda diretamente vinculado à realidade social, que ampara sua atuação nas demandas sociais urgentes. Estará mesmo a nossa extensão na maré certa ou será esse mar revolto e abarrotado de tubarões?

### 3.2.2 A Extensão na EsEFID e na Educação Física

A história da extensão universitária na Educação Física da UFRGS se organiza antes mesmo da institucionalização dessa, mostrando a relevância do curso no cenário da universidade. Carvalho (2010) afirma que a primeira secretaria de extensão foi organizada no antigo Centro Olímpico, que à época ainda era dissociado da Escola de Educação Física. Nessa época, por volta dos anos 80, a escola já possuía cerca de 30 “ações de extensão”, sendo essas organizadas para atender a comunidade acadêmica inicialmente (sendo a seguir direcionadas à comunidade externa), já com uma política de “arrecadação” implantada.

Atualmente a EsEFID abriga três cursos em seu campus (Educação Física, Fisioterapia e Dança) e é notavelmente o campus que mais oferece atividades de extensão, sendo que, no domínio eletrônico<sup>14</sup> da Comissão de Extensão (COMEX) do campus são encontradas cerca de 26 atividades descritas, oferecidas pelos três cursos, com um breve detalhar de objetivos, horários e turmas, **custos e valores** e formas de contato e inscrição. Dos três cursos, a Educação Física é o que possui mais atividades cadastradas (24 no domínio eletrônico estão vinculadas ao curso de Educação Física). Evidentemente, o site não define todas as atividades de extensão disponíveis, visto que há algumas de caráter temporário, direcionadas a comunidade acadêmica, etc.

As atividades de extensão oferecidas pelo curso de Educação Física são divididas em diferentes áreas (esporte, saúde, prevenção e reabilitação física, atividades artísticas e escolares e terceira idade, além dos eventuais eventos, palestras e cursos) e direcionadas a iniciação esportiva, treinamento, esporte universitário, ginástica, hidroginástica, jogging aquático, natação, musculação, caminhada, corrida, lutas orientais, educação física especial, atividades escolares e terceira idade.

### 3.2.3 Sistematização e organização da extensão da UFRGS/EsEFID: Como se organiza a extensão?

A UFRGS apresenta estrutura e organização da sua extensão combinando diretrizes preconizadas pelos documentos do FORPROEX, que organiza a extensão em áreas temáticas e linhas de extensão, combinada com orientações dispostas em seus documentos específicos, como a criação de modalidades de extensão. Essa diferenciação é interessante por apresentar e

---

<sup>14</sup> <http://www.ufrgs.br/esef/site/atividades-comunitarias/>

justificar a existência, no catálogo de ações de extensão da UFRGS, de modalidades de extensão que incluem, entre outros o termo “prestação de serviço”. A existência do reconhecimento desse tipo de relação na extensão, a ser debatida com maior profundidade, apresenta certa lógica no modo de ser e fazer extensão na instituição.

A extensão na UFRGS se divide inicialmente quanto ao **Nível** da atividade de extensão, sendo que, de acordo com a Resolução nº 17/2015, pode ser caracterizada de duas formas:

**1 - Programa de Extensão** - de caráter institucional e aglutinador, com diretrizes claras e voltadas a um objetivo comum, podendo ou não congrega projetos afins, realizado em período mínimo de 12 (doze) meses e máximo de 48 (quarenta e oito) meses.

**2 - Projeto de Extensão** - de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, isolado ou vinculado a programa, realizado em período máximo de 24 (vinte e quatro) meses.

Os programas são robustos instrumentos de extensão, visto que podem aglutinar vários projetos, voltados para diferentes temáticas e linhas, de modo que as ações de curta duração normalmente situam-se como projetos, termo comumente utilizado para definir as atividades de extensão na Educação Física (“os projetos de extensão da EsEF” é uma frase corriqueira na escola). Os projetos exigem menor complexidade de organização e sistematização, além de se colocarem mais flexíveis à questão temporal (maior liberdade para organizar atividades de curta duração).

A próxima “sub-classificação” das ações de extensão da UFRGS é de acordo com a **Área Temática**, classificação que se manteve inalterada ao longo do tempo e aparece em diferentes documentos orientadores das atividades de extensão (UFRGS, 2003; FORPROEX, 2007). Como muitas ações de extensão podem ser classificadas ou pertencentes a diferentes áreas, se criaram áreas temáticas principais e secundárias. O objetivo ao se estabelecer uma classificação por área é “favorecer os estudos e relatórios sobre a produção da Extensão Universitária brasileira, segundo agrupamentos temáticos, bem como a articulação de indivíduos ou grupos que atuam na mesma área temática” (FORPROEX, 2007, p. 24). A UFRGS (2003) define oito áreas temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho.

A sub-classificação mais complexa e diversificada é a definição de **Linha**, que adquirem especial importância na sistematização dos programas (FORPROEX, 2007),

imprimindo maior especificidade às atividades de extensão. As linhas são amplas, de modo que permitem a alocação de um programa que possui diferentes áreas dentro de uma mesma linha. Programas na linha de “grupos sociais vulneráveis” pode se enquadrar na área da educação, saúde, bem como da cultura, trabalho, etc. Visto que existem 53 linhas de extensão disponíveis, cada uma com uma descrição pormenorizada, não me deterei a descrevê-las por completo. A imensidão das linhas atravessa as artes, patrimônio cultural, histórico e natural, música, direitos individuais e coletivos, terceira idade, jovens e adultos, saúde humana, turismo, etc.

Grande parte das atividades de extensão do curso de Educação Física não estava classificada quanto a linha de extensão, evidenciando a necessidade de adequação, dada a intenção de incorporar a mesma para a caracterização da proposta de atividade extensionista. Assim, visando descobrir qual linha é mais saliente e enriquecer a análise do quadro da extensão na Educação Física, tomei a liberdade de classificar os projetos, de acordo com o que era verificado em seus objetivos e metodologias.

A última estrutura de classificação das atividades de extensão é a mais recente de todas (Resolução 17/2015) e, para que eu pudesse ter ideia de como a extensão se colocava organizacionalmente, tive de investigar também a tipologia anterior (Resolução 26/2003). De acordo com as Normas Gerais Para As Atividades De Extensão Universitária (Resolução 17/2015, UFRGS) as atividades de extensão podem ser classificadas quanto ao **tipo** em:

- Curso: conjunto articulado de atividades pedagógicas, de caráter teórico ou teórico-prático, organizado e executado de maneira sistemática, com carga horária mínima de 15 (quinze) horas.
- Oficina, Aula-Espectáculo, Capacitação, Atividades Físicas e Esportivas: conjunto articulado de atividades pedagógicas, de caráter prático, organizado e executado de maneira sistemática ou pontual, objetivando trabalhar conteúdo ou habilidade específica e/ou a capacitação do participante no uso de técnica ou equipamento específico.
- Congresso, Simpósio: evento de âmbito regional, nacional ou internacional, reunindo participantes da comunidade científica e/ou profissional.
- Seminário, Encontro, Jornada, Colóquio, Fórum, Reunião: evento de âmbito regional, nacional ou internacional, com menor abrangência temática que Congresso ou Simpósio, relativo a campos de conhecimentos especializados.

- Palestra, Conferência, Mesa Redonda: exposição proferida por especialista, acompanhada ou não de debate.
- Exposição, Feira, Salão, Mostra: exibição pública de trabalhos acadêmicos, obras de arte, produtos e/ou serviços.
- Espetáculo, Evento, Festival, Cultural ou Científico: recital, concerto, show, sarau, apresentação de dança, obra teatral, exibição de filme, documentário, entre outros, sendo festival o conjunto desses.
- Evento Esportivo: campeonato, torneio, olimpíada, entre outros.
- Produção, Publicação: de livro, capítulo de livro, cartilha, página na internet, vídeo, filme, programa de computador, ou artigo em veículo de divulgação artística, científica, literária, tecnológica e cultural, em mídia física ou digital, gerado por atividade de extensão.
- Lançamento de Produção ou Publicação: atividade de divulgação e apresentação de produção ou de publicação gerada por atividade de extensão.
- Consultoria: análise e emissão de parecer e/ou assistência ou auxílio técnico acerca de situação e/ou tema ou assunto específico.
- Desenvolvimento de Tecnologia e/ou de Produto: atividade realizada a partir de demanda externa que envolva o desenvolvimento de tecnologia e/ou de produto.
- Laudo Técnico: emissão ou elaboração de documento baseado em exame, aferição e perícia.
- Medida e Análise Técnica: exame, medida, análise, calibração, aferição, entre outros, sem a emissão de parecer.
- Assessoria e Atendimento: assessoria e atendimento nas diferentes áreas de conhecimento.

De todos os tipos de atividades de extensão estabelecidas na Resolução 17 o tipo “Oficina, Aula-Espetáculo, Capacitação, Atividades Físicas e Esportivas” é a única, a exceção de eventos esportivos (de caráter temporário) que menciona algum termo que possa estar ligado às práticas corporais e atividades físicas comumente realizadas no curso de Educação Física. Essa nova definição apresenta um quadro com muitos “tipos” de atividades que apresentam possibilidades de atuação sob viés de prestação de serviço, como “assessoria e atendimento”, “laudo técnico”, “consultoria”, de caráter comunicativo ou divulgador, como “produção e publicação” e “lançamento de produção ou publicação”, ou, ainda, ações que tradicionalmente se apresentam como voltadas para dentro da universidade (acessíveis

majoritariamente pelos segmentos que a perpassam ou perpassaram), como “eventos”, “cursos”, “exposições” e “palestras”. Não há qualquer tipologia que faça alusão a **“comunidade”** (não científica), **“popular”** e **“educação”**.

Tendo em mente que a norma que regulamenta as atividades de extensão universitária é nova, era esperado que o curso de Educação Física não estivesse de acordo com o que ela preconizava. Assim, passei também a classificar as atividades de extensão quanto ao tipo, tarefa/investigação que me permitiu descobrir que a extensão da Educação Física (e também da EsEFID) se organizava de forma completamente dissociada da normatizada pela UFRGS. Apesar de essa questão atravessar a EsEFID como um todo, centrar-me-ei na análise da Educação Física.

Na página da EsEFID, mais especificamente na parte que faz alusão à COMEX, são descritas as atividades de extensão sob a classificação “atividades comunitárias”. Elas se organizam de acordo com uma “linha” singular, numa espécie de adaptação da extensão à especificidade daquilo que o campus “oferece” à comunidade, naquilo que classifico como um “catálogo de serviços”: Esporte, Saúde, Prevenção e Reabilitação Física, Atividades Artísticas e Escolares e Terceira Idade, além dos eventuais Eventos, Palestras e Cursos. Essas linhas não apresentam relação com as linhas definidas pelo FORPROEX, as mesmas utilizadas pela UFRGS.

Do ponto de vista histórico os documentos apontam uma mudança em direção à simplificação da classificação da extensão no que toca ao Nível e diversificação/complexificação nas demais classificações, principalmente em relação ao tipo/modalidade: a Resolução nº 26/2003 da UFRGS definia três níveis de extensão, hierarquizados claramente: Programa, Projeto e Atividade, e Ação, sendo a ação “a menor unidade de classificação da extensão” (p.1); já a nova Resolução (17/2015) exclui a Ação e altera as “modalidades” (antes quatro possíveis, incluindo a prestação de serviço), inclusive renomeando-as, para dar lugar ao “tipo” de atividade de extensão, com a organização de 15 classificações possíveis.

Esse modo de organizar a extensão, intencional ou não, lança alguns problemas ao se observar a especificidade da Educação Física. Na sub-classificação “tipo” poucas são aquelas atividades que, num breve olhar, podem se adequar as características da extensão organizada/praticada pelo curso.

Todas atividades extensionistas da Educação Física estão organizadas no catálogo de ações de extensão com alusão à antiga Resolução (2003), que possui tipologia diferente, ainda

não completamente substituída pela Resolução 17/2015. No catálogo há na sub-classificação “modalidade” o item “prestação de serviço”, tido como “trabalho oferecido ou contratado por terceiros”. Essa nomenclatura e definição, longe de ser casual, permite a associação a uma lógica de extensão pautada na prestação de serviço, como se a universidade representasse uma empresa, concebendo o conhecimento como mercadoria.

O catálogo incorpora a divisão das atividades de extensão em modalidades gerais, que se assemelham a organização colocada pelo FORPROEX (2007). De acordo com as normas gerais para atividade de extensão universitária da UFRGS (2003), há quatro modalidades de extensão:

1. Curso: conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância, planejadas e organizadas de maneira sistemática, com carga horária mínima de 15 horas.
2. Evento: ações de cunho cultural, artístico, científico, educacional, filosófico, social, desportivo ou tecnológico, desenvolvidas sob a forma de: exposição, feira, mostra, espetáculo, festival, recital, exibição, concerto, audição, assembléia, reunião, conclave, encontro, conselho, circuito, colóquio, conferência, palestra, congresso, simpósio, oficina, fórum, jornada, debate, escola de férias, treinamento, lançamento e publicação de produtos, mesa redonda, olimpíada, torneio, campeonato ou semana de estudos.
3. Produção e publicação: produção e publicação de livros, capítulos de livro, cartilhas, páginas criadas na Internet, vídeos, filmes, programas de computador, cassetes e CD/DVD, ou artigos em veículos de divulgação artística, científica, literária, tecnológica e cultural, gerados por ação de extensão.
4. Prestação de serviços: realização de trabalho oferecido ou contratado por terceiros.

**Fonte:** PROEXT/UFRGS

O catálogo de ações de extensão apresenta outras sub-divisões para a modalidade “prestação de serviço”, como “prestação de serviço vinculada à pesquisa”, “prestação de serviço: ação social comunitária”, etc. Essa definição nos coloca diante de um material que permite, além de classificar mais precisamente as atividades de extensão da Educação Física, lançar um olhar crítico acerca da forma como se colocam essas atividades, voltadas, de acordo com essa caracterização, para a pesquisa.

**Fonte:** PROEXT/UFRGS

A normativa 26/2003 estabelece que “as ações de extensão caracterizadas como prestação de serviços observarão as normas próprias para tal” (p. 1). Apesar dessa definição, não foram encontrados documentos que mencionassem termos encontrados no catálogo de ações de extensão, de modo que não tive qualquer documento orientador que explicasse a presença dessa subdivisão. Apesar disso, como observado, surgiram evidências inquietantes de um processo que “redefine” o termo “prestação de serviço”, caracterizando-o como “interação acadêmica”.

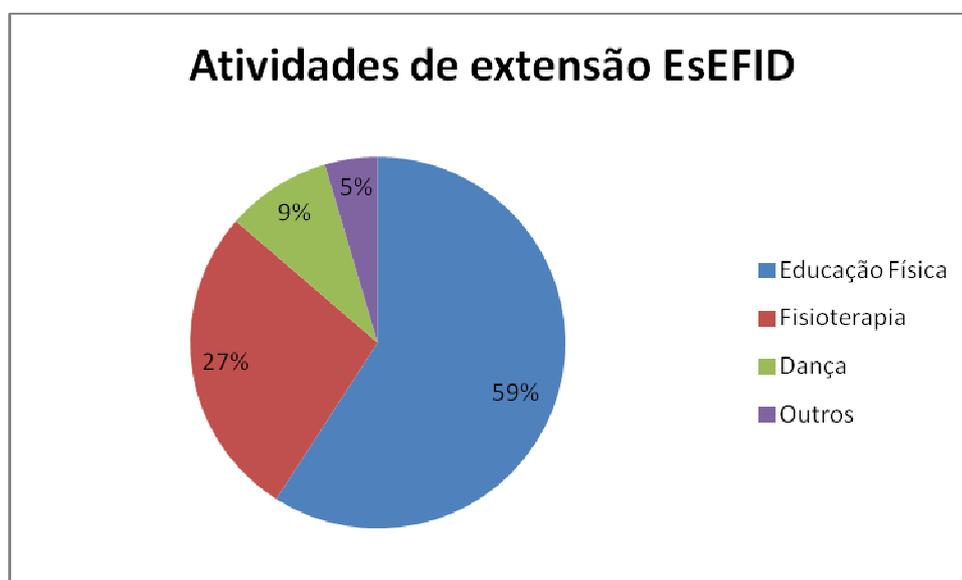


#### 4 DA GENERALIDADE DA EsEFID À ESPECIFICIDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA: QUE ATIVIDADES SE APROXIMAM DO POPULAR?

*“Se tem um custo, alguém tem que pagar esse custo. Quem tem que pagar este custo, por exemplo, é quem usa a estrutura.” (Kruel, 2010, p. 60)*

Após contato com a COMEX, consulta no Catálogo de Ações de Extensão e com professores coordenadores das ações, foram encontrados 88 atividades de extensão na EsEFID. Evidentemente, nem todos os projetos encontram-se em vigor, visto que alguns caracterizam-se como eventos, encontros, simpósios e projetos vinculados a pesquisas de curta duração (experimentais), etc.

A hegemonia da Educação Física salta aos olhos ao se diferenciar a quantidade de ações e propostas por curso, ainda que, considerando a brevidade da presença dos cursos de Fisioterapia e Dança no campus, estes tenham ganhado considerável espaço: Das 88 atividades, 52 são oriundas do curso de Educação Física (elaboradas por professores vinculados ao curso), 24 veem da Fisioterapia e 8 são originárias de professoras (es) do curso de Dança. Cerca de 60% das atividades de extensão existentes na EsEFID são oriundas de professores vinculados ao curso de Educação Física.



Propostas cadastradas/enviadas em fevereiro de 2015

Das 52 atividades de extensão presentes na Educação Física, sete não foram encontradas no catálogo de ações de extensão, de modo que obtive seus projetos/relatórios

após contato com a COMEX, que me forneceu o documento de previsão das atividades contendo as mesmas informações do catálogo da UFRGS.

Destaco que as atividades de extensão catalogadas nesse trabalho não representam a totalidade das existentes nem na EsEFID, muito menos na Educação Física, dado o momento escolhido como “ponto de corte” para análise, porque foram incorporadas todas as propostas de atividades enviadas para avaliação em fevereiro de 2015, sendo que, por exemplo, aquelas aprovadas num período anterior a essa data, no ano de 2014, ou posterior, após fevereiro de 2015, e que ainda continuam em vigor, não serão citadas.

A descoberta de algumas dessas atividades se deu quando cruzei os dados obtidos junto à COMEX (das propostas encaminhadas em fevereiro) com aquelas “oferecidas” no site da EsEFID. Assim, surgiram algumas que não estavam contidas naquela relação prévia que havia realizado.

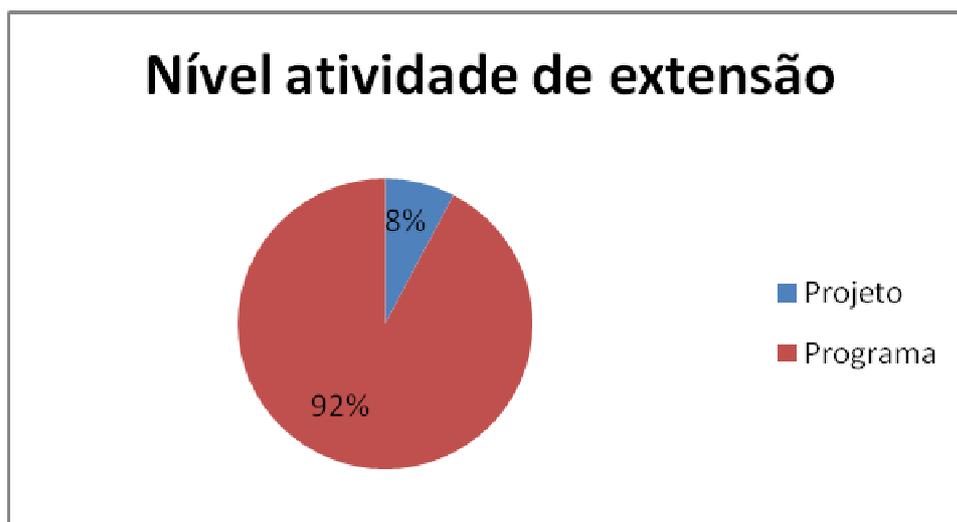
Minha opção pela sua não inclusão foi assentada na necessidade de fechar o quadro de ações para proceder à análise, pois que seria necessária uma longa busca no catálogo de ações de extensão, além do contato com todos coordenadores de ações, para poder levantar atividades “esquecidas”. Visto que grande parte das ações foi contemplada, optei por seguir em direção à análise.

A título de exemplo, posso citar duas atividades de extensão: O “Programa de Treinamento para pacientes com diabetes tipo 2 e dislipidemias”<sup>15</sup>, atividade de extensão coordenada pelo Professor Luiz Fernando Martins Krueel, vinculada a projeto de pesquisa encaminhada em setembro de 2014 e com duração prevista até dezembro de 2015. É possível afirmar que a ação tem como público alvo a comunidade externa da Universidade, visto que necessita de “amostra” para realização do “experimento”, pois apresenta critérios específicos de inclusão. A outra ação, “Seleção de futebol da ufrgs: masculino 2015”, têm como público alvo alunos da própria instituição, não implicando qualquer tipo de contato com a comunidade externa.

A seguir, passo a citar de modo breve a classificação das atividades de extensão no que toca o nível, área, linha e tipo, que permitiram compreender o modo como se organiza a extensão na EsEFID.

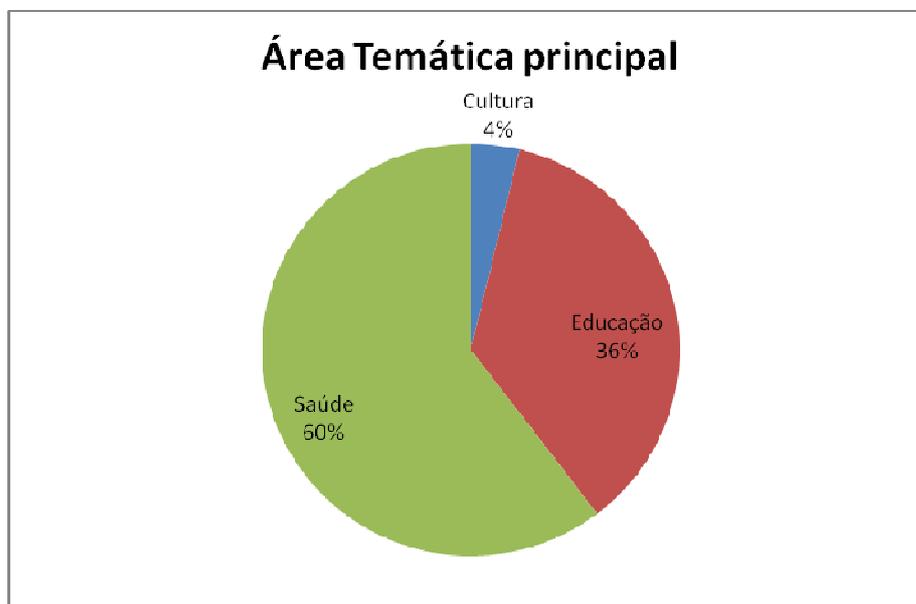
---

<sup>15</sup> [http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis\\_acao.php?CodAcaoExtensao=26585](http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis_acao.php?CodAcaoExtensao=26585)



**Gráfico 1:** Nível das atividades de extensão do curso de Educação Física da UFRGS

A quase totalidade das atividades de extensão do curso são classificadas pelos seus coordenadores como Projetos, constituindo-se como ações de menor porte quando comparadas a um Programa, que pode ou não conter sub-projetos, mas que possui caráter mais amplo, além de se considerar sua menor complexidade, normalmente não incorporando outras ações, como cursos e eventos.

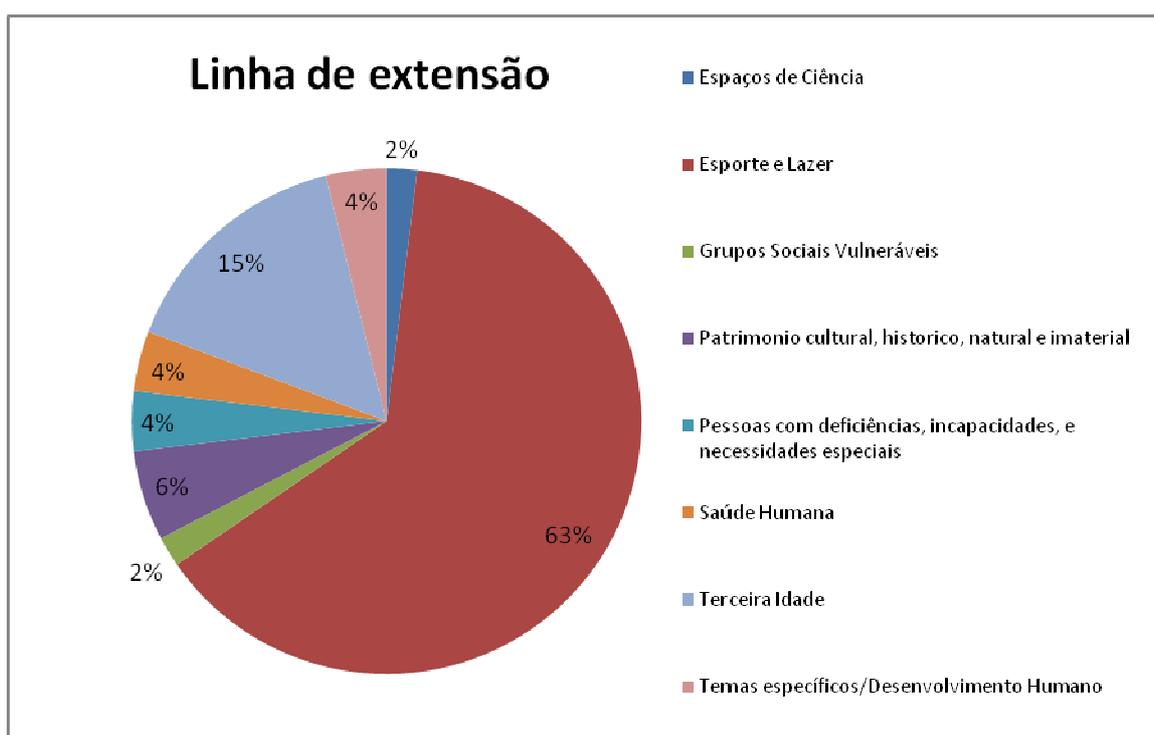


**Gráfico 2:** Área temática principal das atividades de extensão do curso de Educação Física da UFRGS

No que toca a Área Temática Principal, a maior parte das ações estão direcionadas à saúde (60%), evidenciando a maior ênfase dada ao núcleo biológico e a força do discurso biomédico no seio do curso. Basicamente a Educação Física alterna as áreas saúde e educação, de modo que há poucas ações de caráter cultural (2), o que me leva a pensar tanto a

necessidade de maior presença de ações culturais, dado que a Educação Física tem como objeto de trabalho a cultura corporal, bem como amenizar a ênfase dada as atividades voltadas à “saúde”, sendo necessário um amplo debate epistemológico que problematize a reduzida presença da cultura nas atividades de extensão.

A Educação Física, apesar de possuir um histórico relacionado à saúde e educação, pode comportar atividades que atravessem as outras áreas, principalmente no que toca a cultura. Apesar disso, tem mantido sua vertente biomédica, trazendo uma concepção de área que nos empurra em direção à “saúde” e nos afasta das áreas educacionais e culturais, ainda que o embate epistemológico no seio do curso esteja presente e o “núcleo” educacional tenha marcado forte presença historicamente. Ainda que não seja o objetivo desse trabalho, trago aqui a necessidade de problematizar a lógica que subjaz a produção de conhecimento na Educação Física.

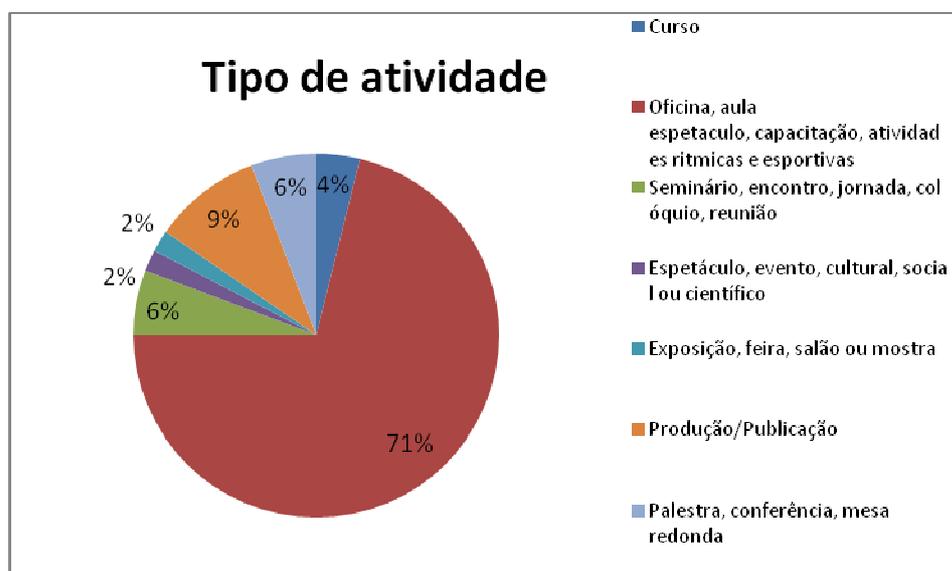


**Gráfico 3:** Linhas de extensão das atividades do curso de Educação Física da UFRGS

A classificação “Linha Programática” das atividades foi a que mais apresentou dificuldades de enquadramento, visto que o número de linhas disponíveis é imenso (53), mesmo que na prática poucas delas possam se encaixar naquilo que a Educação Física costuma organizar. Assim, observa-se uma larga presença de atividades voltadas à temática do esporte e lazer, enquanto que o restante se pulveriza em diferentes linhas, sendo que ainda cabe destaque ao grande número de ações direcionadas à terceira idade (15%). Entretanto,

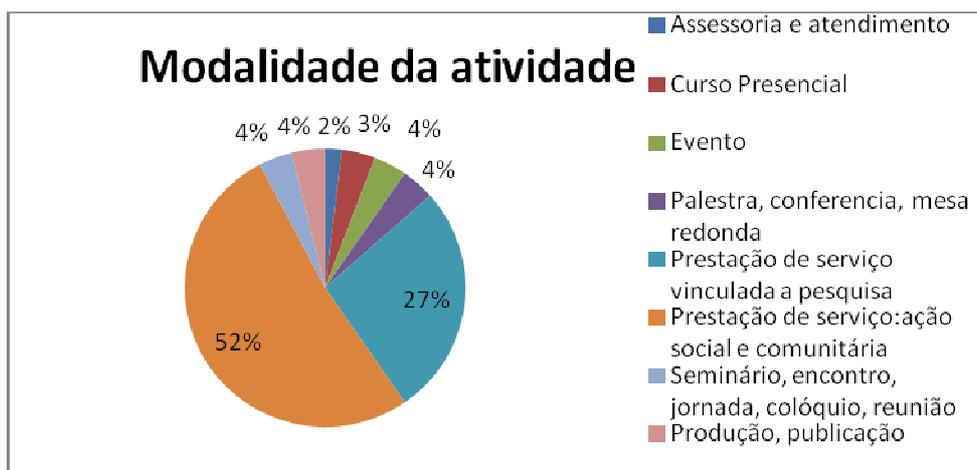
muitas ações poderiam facilmente se encaixar em mais de uma linha programática, ainda que o FORPROEX tenha apresentado a descrição das linhas com o intuito de “melhor identificação da linha à qual a ação se vincula” (2006, p. 26).

A presença de vários projetos direcionados ao esporte e lazer é compreensível na Educação Física, visto que uma de suas vertentes históricas é tida como “Esportivista” e representa um momento histórico do núcleo no qual o esporte era tido como elemento central, seja na escola ou fora dela, alimentando ampla produção científica na área, como pode-se observar, por exemplo, na definição/nomenclatura do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE), tida como maior entidade da Educação Física a nível nacional. A vertente esportivista marcou forte presença durante a ditadura militar e fins dos anos 80 e seus reflexos ainda podem ser encontrados nas escolas atualmente, com fácil inserção e apelo dos estudantes pelo chamado “quarteto fantástico”: Futebol, Voleibol, Handebol e Basquetebol. A hegemonia do esporte enfraqueceu leque de oportunidades que a cultura corporal pode disponibilizar, visto que elementos como o jogo, a dança a luta, perdem espaço dada a força histórica do esporte no núcleo.



**Gráfico 4:** Tipo de atividades de extensão do curso de Educação Física da UFRGS

A última classificação, e mais atual, é tida como o “tipo” de atividade de extensão. Aprovada em 2015, ela, que em tese deveria esclarecer a delimitação daquilo que se organiza, acaba por homogeneizar as ações, dado que a quase totalidade se definem como oficina, aula espetáculo, atividades rítmicas ou desportivas. Pelo fato desta normativa ser recente, essa classificação foi realizada, em caráter experimental, por mim, sendo que podem surgir “desencontros” de definição resultantes da subjetividade presente na organização das ações.



**Gráfico 5:** Modalidades das atividades de extensão do curso de Educação Física da UFRGS

Dado que o trabalho aqui exposto pretendia recolher o maior número de indicadores visando enriquecer a análise da extensão da Educação Física da UFRGS, como já afirmado na metodologia, considerei ainda a classificação da “modalidade” da atividade de extensão, a ser substituída pelo “tipo”, dada a nova normativa da UFRGS (Resolução nº 17/2015). A presença dessa classificação se mostrou essencial quando observei que suas definições indicavam mais nitidamente que tipo de relação se buscava através dos projetos.

Se no “tipo de atividade” a generalidade não permitir muitas inferências críticas, para além da oferta massiva de oficinas e atividades rítmicas e esportivas, quando observei a modalidade pude constatar, com certa surpresa eu diria, que a ampla maioria das ações está organizada como “ação social e comunitária”, definição elencada pelos próprios coordenadores dos projetos. Se antes a subjetividade do autor embebia quase que a totalidade da análise, inclusive a classificação, aqui surge um indicativo dos professores e professoras no que pensam ser suas atividades de extensão.

Curiosamente, apesar de as ações serem tidas como comunitárias, surgem palavras que historicamente estavam ligadas às críticas que a política de extensão das universidades recebeu por longo tempo: a prestação de serviços. Ao olhar a história da extensão é fácil observar que, desde sua criação, foi acusada de manter a estrutura de desigualdade presente no acesso à universidade, relegando à extensão o caráter de prestador de serviços para aqueles que não chegariam ao ensino. Essa classificação nos apresenta um indicativo de que essa concepção e crítica, que surgia já em meados do século passado, permanece presente no discurso da instituição, lembrando, ainda, as “manobras” de mundança.

A nova resolução acaba com a definição de prestação de serviço e é possível afirmar que isso é um avanço. Porém, a realidade da extensão universitária não se faz apenas com discurso, eu diria que não se faz no discurso, mas na prática, de modo que de nada adianta substituir um discurso de aparente assistencialismo por outro que se afirme ser progressista mas que não coloque ares de mudança na prática da instituição. Para além de questionar a mudança de definição dos termos, questiono também o intuito por trás de tal ação, visto que pode parecer resultado de um movimento/momento de atenuar as críticas ou adequar a universidade aos tempos modernos (de cidadania), com constante cobrança da sociedade pela efetividade do seu “compromisso social”.

O estranhamento e crítica à mudança de termos e discursos na instituição se embasa na já mencionada mudança/troca dos termos “prestação de serviços” por “interação acadêmica” no que toca à política de extensão da UFRGS. Obviamente que a melhor universidade do Brasil não poderia calcar sua política extensionista num termo tão criticado não só pelos movimentos sociais que reclamavam mudanças, mas também pelo próprio FORPROEX, que reconhece as críticas direcionadas à extensão e buscava, através do discurso (institucionalização), modificá-las.

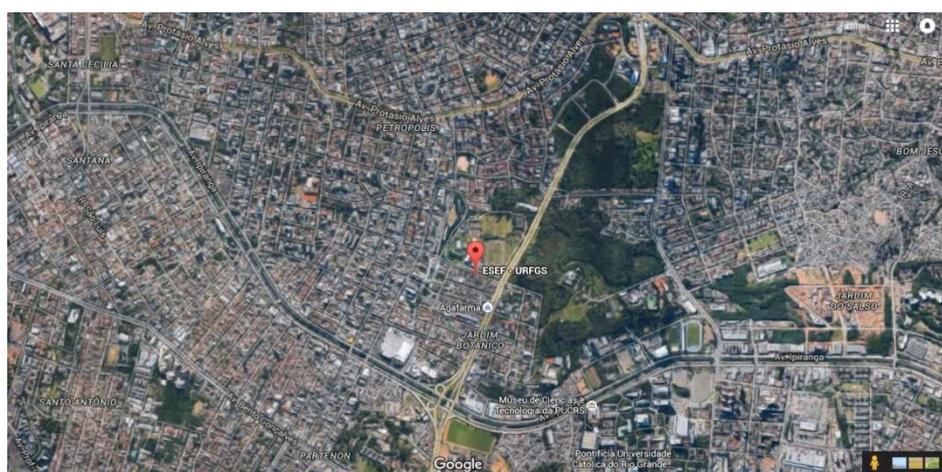
Entretanto, uma extensão que se defina hegemonicamente como prestadora de serviços, e que organize sua prática dessa forma, como a Educação Física aparenta fazer, visto que “oferece serviços” à comunidade, não modifica seu trabalho através da simples mudança de termos. Assim, direciono meu foco para os fatores geográficos (local), financeiro (taxas) e comunitários (público alvo) da extensão da Educação Física da UFRGS, na tentativa de apresentar elementos que consolidem a análise da política extensionista do curso.

Passo a observar as atividades no que toca sua localização geográfica, tópico que se mostra interessante analisar pela necessidade de aproximação dessas para com as comunidades com as quais se relaciona, aproximando a universidade de setores que não a acessam. Quando se busca uma relação dialógica, transformadora e voltada para as necessidades da sociedade, fica difícil não implicar nesse processo uma exigência de deslocamento geográfico, principalmente quando se analisa a comunidade que circunda a EsEFID.



**Gráfico 6:** Local de realização das atividades de extensão do curso de Educação Física da UFRGS

A EsEFID se localiza no bairro Jardim Botânico, conhecido como um “bairro nobre” e que, a título de exemplo, de acordo com o Índice de Vulnerabilidade Social elaborado pela Prefeitura de Porto Alegre (2007)<sup>16</sup> se localiza dentro dos bairros com excelentes indicadores (0,901, sendo o bairro Moinhos de Vento o com melhor classificação – 0,993 - e o bairro Arquipélago – 0,091 - e Serraria – 0,232 – os com piores classificações). Suas vizinhanças, Jardim do Salso (0,907), Bela Vista (0,977) e Santana (0,943), também possuem indicadores de vulnerabilidade excelentes, sendo que apenas os bairros Partenon (0,782) e Bom Jesus (0,512) se situam em situações de vulnerabilidade menos salientes de acordo com o indicador utilizado.



**Fonte:** Google Maps

<sup>16</sup> O índice de vulnerabilidade foi composto com o intuito de fortalecer o Sistema único de Assistência Social (SUAS) e é formado com base em oito indicadores percentuais, a saber: domicílios com abastecimento de água não adequado, com esgotamento sanitário não adequado, sem banheiro nem sanitário; com responsáveis pelo domicílio com renda de até 1 salário mínimo e 2 salários, com pessoas com menos de 4 anos de estudo, com pessoas de 0 a 14 anos e % de mulheres responsáveis pelo domicílio analfabetas.

A existência de uma hegemonia de atividades de extensão sendo realizadas nas dependências da EsEFID (94%), considerando a situação de vulnerabilidade apresentada no parágrafo acima, que é meramente ilustrativa mas dá um panorama inicial do público que reside na vizinhança da escola, implica a “aproximação” e/ou oferta dessas ações a uma população que possui uma condição de vida mais abastada em comparação a comunidades mais afastadas, como aquelas da Serraria, ou, ainda, da Restinga e Lami, bairros mais afastados do centro da cidade e da própria EsEFID e reconhecidamente tidos como “populares”. A reportagem de 2012 do Jornal da Universidade, a localização geográfica da escola e o alcance das atividades de extensão mostram nitidamente que extensão não é mesmo “coisa de pobre”.

Ao se situar numa região composta hegemonicamente por famílias com condições favoráveis, se colocando distante das comunidades mais carentes e populares da cidade, a EsEFID, e porque não a universidade, se fecha em sua redoma, se colocando apenas “ofertando” atividades dentro de seus muros, deixando aberta a “disputa” pelas suas vagas aqueles que conseguem chegar até ela.

Obviamente, para quem reside próximo da zona de localização da escola, bem como possui boas condições financeiras, que viabilizam um transporte tranquilo até o local onde são desenvolvidas as atividades, como, por exemplo, ter a sua disposição um motorista, como pode ser observado na rotina de algumas atividades oferecidas ao público idoso no centro natatório da EsEFID, o acesso à estrutura de extensão da universidade fica muito mais facilitado, restando aos “infortunados” populares a dura tarefa de utilizar o sistema de transporte coletivo da cidade para tentarem relacionar-se com a universidade.

Quando pensa-se na função da universidade e na sua definição da extensão enquanto viabilizadora da relação de transformação com a sociedade, olhando para esse quadro em que a hegemonia das atividades se realiza nas dependências da instituição, afastadas das comunidades, numa zona que pode-se caracterizar como elitizada, dificultando o acesso das camadas populares, é difícil não considerar que a perspectiva de transformação é inviável, sinalizando que o que se verifica é um quadro de reprodução/manutenção das relações de desigualdade, afastamento da realidade e das demandas populares, e elitização, exigindo o repensar das atividades de extensão no que toca o seu local de realização, partindo do questionamento inicial “Para que(m) a extensão da Educação Física deve se direcionar?”. É para uma minoria que reside nas adjacências da escola e pode acessar as suas “dependências”

e usufruir dos seus “serviços”, ou é para as camadas populares, mais necessitadas e que residem em regiões mais afastadas da cidade que deve se lançar um olhar mais cuidadoso e atencioso, buscando a aproximação mútua?

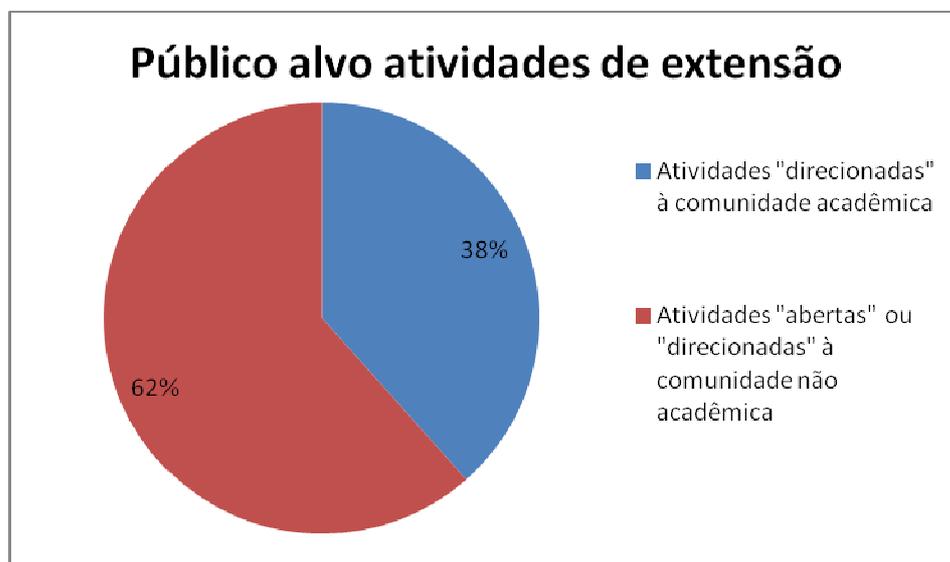
A universidade deve ser parte organicamente integrante da sociedade, de modo que não pode estar afastada da realidade da população ou se resumir a atender as demandas daqueles que conseguem transpor os seus muros, sejam eles físicos, ideológicos, sociais e/ou culturais. A instituição deve se voltar ao popular, aproximar-se das comunidades e construir o diálogo, de modo que possam interferir efetivamente na produção de conhecimento, não apenas usufruindo serviços, pois a universidade é mais que isso: Ela deve reconhecer sua importância de grande centro de produção e disseminação do conhecimento humano, sem desconsiderar os outros saberes e exercendo o diálogo com os mesmos, com o senso comum, o saber popular, conhecimento religioso, etc.

Retomo aqui a crítica lançada a instituição, que coloca seus alunos numa espécie de “bolha”, não os apresentando à realidade social concreta, seja por não proporcionar o acesso das camadas populares até as suas dependências, seja por não levar a sua estrutura (equipamentos, docentes, graduandos, etc.) até as comunidades mais necessitadas, inviabilizando o acesso às demandas sociais urgentes. Fica claro, ao concluir que das cerca de 88 atividades apenas 3 são realizados fora dos muros da Universidade, que essa crítica se coloca como pertinente, visto que raríssimas se colocam numa posição de diálogo com a comunidade popular em seu território.

Uma atividade realizada com o público idoso, em instituições asilares, uma que, apesar de situar-se fora das dependências da EsEFID ainda se relaciona com a universidade, pois atende as crianças da creche da UFRGS e outra que oferece ações lúdico-expressivas em escolas do ensino fundamental e médio são as únicas atividades que não se restringem aos muros da universidade (6% do total) a saem em busca de relações para além do público que consegue acessá-la.

Apesar da maioria das atividades se localizarem dentro das dependências da própria universidade, não permitindo uma relação de troca de saberes, exploração e diálogo com as camadas mais populares em seus territórios, é preciso salientar que a grande parte dessas é direcionada à comunidade “não acadêmica”. Das 52 atividades existentes, cerca de 32, totalizando 62%, são “oferecidas” de modo “aberto” à comunidade. O restante (38% ou 20 atividades de extensão) tem em seus objetivos, características, público-alvo e/ou

desenvolvimento, aspectos que induzem a um direcionamento à comunidade acadêmica, como, por exemplo, projetos de equipes universitárias, conferências e seminários direcionados ao público acadêmico, bem como projetos de pesquisa que visam ampliar o conhecimento científico da universidade e se organizam no formato de atividades de extensão.

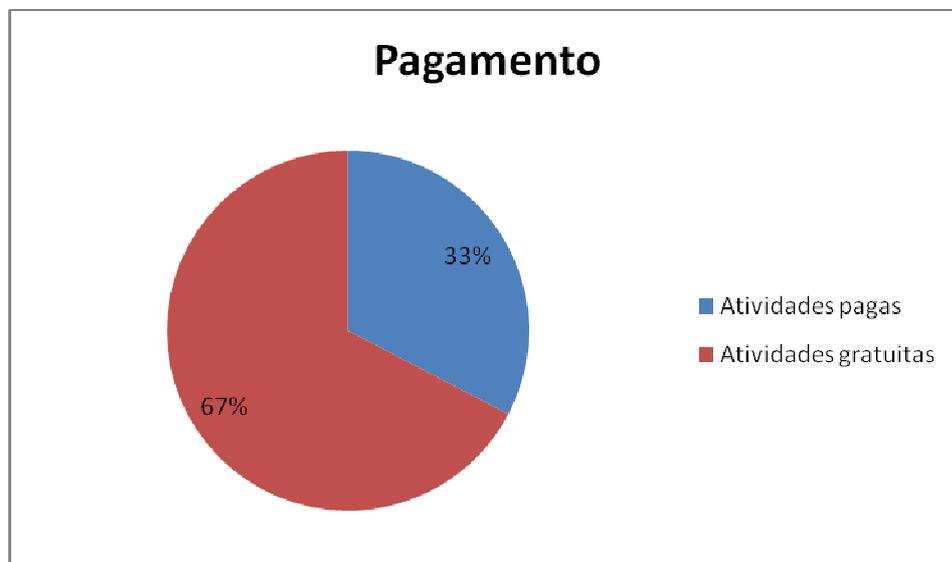


**Gráfico 7:** Público alvo das atividades de extensão do curso de Educação Física da UFRGS

O surgimento desse indicador, aponta que a política extensionista da Educação Física lança um olhar para a comunidade que não se vincula ao curso através do ensino. Entretanto, apesar de a primeira vista o quadro se apresentar animador, muitos projetos contidos nesse bojo estão limitados pelas questões geográficas, como já observado anteriormente (dificultando o acesso das comunidades mais afastadas) ou, ainda, financeiras (exigindo cobrança de taxas para sua permanência). Ainda que seja coerente a organização da oferta de extensão hegemonicamente direcionada à comunidade não acadêmica, indicando preocupação com a sociedade, é preciso considerar outros fatores que não se resumem meramente à definição do público.

É sabido no interior da EsEFID que muitas atividades de extensão exigem o pagamento de uma “taxa para participação”, fator que se mostra contraditório quando se observam os objetivos da extensão enquanto meio de aproximação com a comunidade/sociedade, pois direciona o acesso à extensão a uma minoria que tem condições de arcar com as taxas impostas, que estranhamente não deveriam existir tratando-se de uma Universidade Pública. Apesar do exposto, verifico que a maior parte das ações de extensão organizadas pela

Educação Física se colocam isentas de qualquer tipo de cobrança, pois cerca de 67% dessas (35) se são gratuitas.



**Gráfico 8:** Existência de taxa nas atividades de extensão do curso de Educação Física da UFRGS

Dentro dessas atividades classificadas como pagas (17), é necessário deixar uma observação no que toca aos seus valores de cobrança e critérios de inclusão, pois se diferenciam no que toca ao valor da “mensalidade”, além de algumas dessas inserirem aquilo que defino como “política de cotas extensionistas”, definindo a cobrança de valores diferenciados dependendo da origem da pessoa que participará da atividade. Assim, para exemplificar essa diferenciação, me permito expor, de modo ilustrativo, a organização de alguns projetos/programas de extensão.

O Projeto “Vivências em Ginástica – 2015”, que oferece atividades gímnico-desportivas à comunidade interna e externa da UFRGS, apresenta uma organização peculiar no que toca a cobrança de taxas. O projeto, que é realizado nas dependências da EsEFID, possui três tipos de valores de mensalidade: R\$ 75,00 são cobrados de alunos que não estão vinculados a escolas públicas, desde que os mesmos não participem de competições, ou seja, apenas pratiquem a modalidade quando ofertada pelo projeto; caso resolvam participar de competições a taxa imposta para participação mensal na ação é de R\$ 61,00; por fim, estudantes que pertençam a escolas públicas necessitam pagar R\$ 34,00 para participar do projeto, sendo que não há especificação quanto a necessidade de participação em competições ou não. Assim, esse projeto de extensão também coloca uma espécie de “cota extensionista”, apesar de não possuir atividades gratuitas.

É interessante salientar que o programa “XXVI Edição - Bugre Lucena – 2015”<sup>17</sup>, é um programa que oferece diversas modalidades de artes marciais (Judo, Jiu Jitsu, Kung Fu, Wushu), aberto a comunidade em geral, com encontros sendo realizados nas dependências da EsEFID. O programa se define como direcionado à comunidade não acadêmica e implementado dentro da universidade. Entretanto, ainda que as atividades oferecidas sejam tidas como pagas (R\$ 55,00), há um sistema de “cotas” (isenções) construído para amparar alunos que frequentem instituições públicas de ensino (municipal, estadual e federal), de modo que classifiquei essa ação como gratuita, apesar da sabida existência de membros que pagam para participar das atividades.

Optei por essa classificação após o contato com o coordenador da atividade, visto que o mesmo apresentou um quadro que sinalizava larga presença (hegemônica) de alunos de instituições públicas de ensino. Ainda que considere necessário debate acerca da definição de “cotas” para participação em ações de extensão, não pretendo nesse trabalho elaborar uma análise das implicações dessa organização. Penso, porém, que a cotização não ataque o cerne do problema social, apenas amenizando a realidade desigual de oportunidades e o não cumprimento da função social da universidade.

Muitas atividades na Educação Física estão organizadas vinculadas à pesquisas (organizadas de acordo com a dinâmica particular dos grupos de pesquisa que a propõe no que toca o problema, metodologia, etc.), partindo de uma realidade problemática, por geralmente implicar a existência de um projeto pré-existente, que comumente necessita de “amostra” e visa “levantar dados” para elaboração de experimentos/teorias, valendo-se da comunidade “não acadêmica” para fornecerem material empírico para abastecer o conhecimento da universidade. Cabe aqui a problematização acerca de que relação de extensão é essa que coloca uma atividade de extensão direcionada à oferta de um protocolo de treinamento para posterior coleta de dados.

---

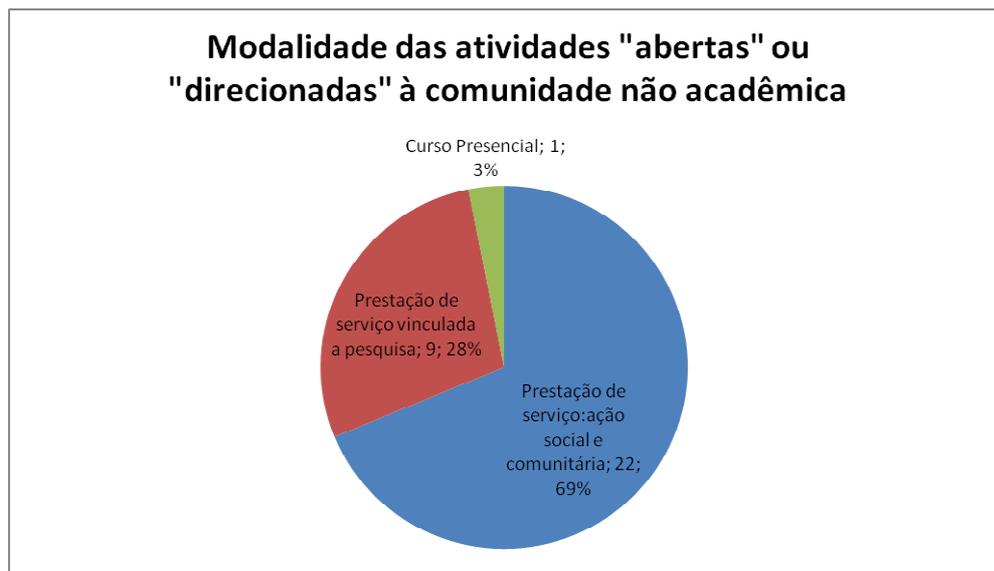
<sup>17</sup>[http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis\\_acao.php?CodAcaoExtensao=27809](http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis_acao.php?CodAcaoExtensao=27809)



**Gráfico 9:** Modalidades das atividades gratuitas de extensão do curso de Educação Física da UFRGS

Das 35 ações de extensão gratuitas, 10 (28%) são caracterizadas no catálogo das ações de extensão da UFRGS como “Prestação de serviço vinculada à pesquisa”. Sim, prestação de serviços, já se colocando longe do conceito de extensão formalizado pela própria universidade, e, ainda, vinculando essa relação de prestação de serviços a projetos de pesquisa, enquadrando muitos naquilo que defino como “extensão produtivista-laboratorial”<sup>18</sup>. Concluo que mais da metade das atividades gratuitas da EsEFID (71%) estão assentados na lógica de prestação de serviço.

<sup>18</sup>Formulei esse conceito de extensão por entender que avança ainda mais nas práticas produtivistas dentro da universidade, pois, mesmo incorporando o assistencialismo da prestação de serviços ou o mercantilismo da cobrança de taxas, ainda se organizam através da “atração” à comunidade pela oferta de serviços (treinamento, por exemplo, na lógica laboratorial), mas que, de fato, visa o recrutamento de amostra para construção de pesquisas e posterior publicação de artigos científicos, daí a inclusão do termo “produtivista”. Alguns grupos de pesquisa possuem históricas atividades de extensão que sistematicamente conduzem pesquisas para abastecer Lattes e angariar fundos via editais de fomento à pesquisa, sempre defendendo-se com base no argumento da responsabilidade social da oferta de serviços à população. Não posso afirmar que esse quadro seja encontrado em outros cursos e realidades na universidade, de modo que pode ou não representar um traço característico da Educação Física da UFRGS.



**Gráfico 10:** Modalidade das atividades de extensão tidas como “abertas” ou “direcionadas” à comunidade não acadêmica do curso de Educação Física da UFRGS

Os gráficos apresentados acima demonstram atividades que ainda podem indicar outras características e reflexões no que toca ao modo como se estrutura a extensão, bem como qual a lógica do tipo de serviço oferecido: pode ser uma ação de extensão advinda de um projeto de pesquisa que necessita de amostra, logo se colocando na “necessidade de recrutamento de pessoas”, eliminando a exigência de pagamento de taxas; ou é uma ação de extensão que já oferta atividades à uma comunidade já restrita pelas condições geográficas e que ainda se elitiza mais por implicar a cobrança de uma taxa, mantendo a existência de grupos “amostra” para construção de estudos científicos.

A Educação Física, nesse caso, “oferece serviços”, por exemplo, quando pesquisadores desejam investigar determinado tema em suas monografias, teses e dissertações e os constrói “restritos”, seja ao disponibilizar atividades apenas nas suas dependências ou ao elitizá-los através da cobrança de uma taxa e mantendo a construção de pesquisas, normalmente gratuitas, mas que comumente se colocam distanciadadas da realidade das comunidades mais desamparadas.

A existência dessa situação na extensão da EsEFID não se coloca como transparente ou facilmente observável. Foi através de meu percurso enquanto pesquisador/extensionista/graduando dentro da própria Universidade, seja na participação de um projeto de pesquisa e atividades de extensão, acompanhamento mais aprofundado de outros e/ou debate e problematização com colegas/estudantes participantes de outros, que foi possível esmiuçar suas características, colocando-os em uma relação que se afasta muito do

que se tem como extensão universitária e aproximando-os de uma relação de prestação de serviço ou, ainda, uma “extensão produtivo-laboratorial”, aproveitando a comunidade como amostra.

A maior parte das atividades direcionadas à comunidade não acadêmica era tida como ação social e comunitária (69%; 22 atividades), ainda que deixando evidente a relação de prestação de serviço, concepção de extensão que sofre muitas críticas por não se colocar efetivamente na alteração da realidade local, se reduzindo ao assistencialismo. Centrei minha observação e análise nesse campo de atividades, (direcionadas à comunidade não acadêmica), visto que ainda restam elementos não esclarecidos acerca de como essas estão colocadas.

Mesmo nas atividades que podem ser caracterizadas como assistencialistas e organizadas de modo que a comunidade tenha que se aproximar da universidade, pois elas não se organizam buscando o encontro no território, ainda se verifica que há a uma restrição de ordem financeira, que coloca mais um entrave a participação das camadas populares e que contribui ainda mais para que uma reduzida minoria tenha acesso ao “serviço”.

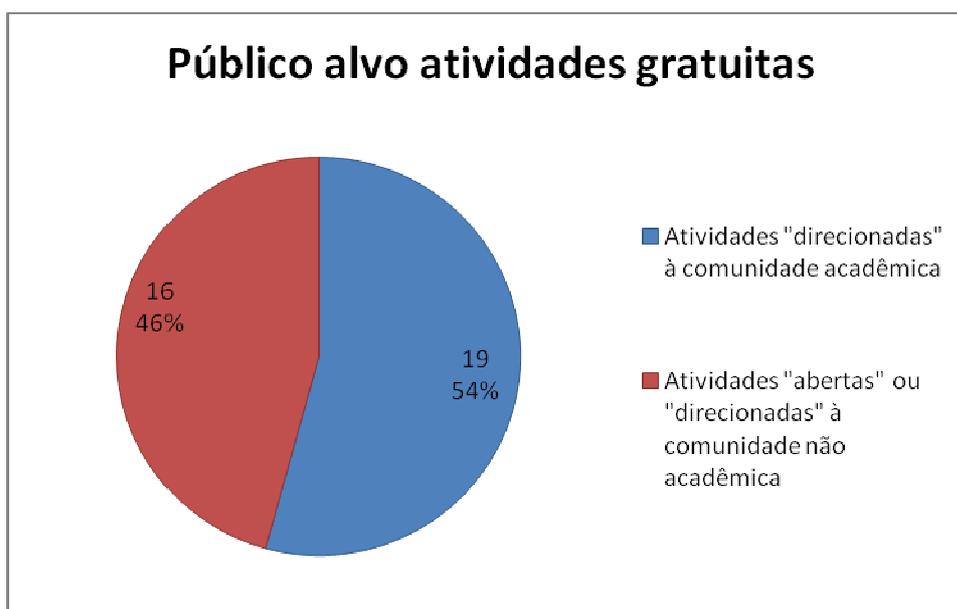


**Gráfico 11:** Existência de pagamento nas atividades de extensão direcionadas à comunidade não acadêmica do curso de Educação Física da UFRGS

Indico acima que metade das atividades comunitárias implicam a cobrança de taxas (50%). Mesmo considerando apenas as atividades voltadas à comunidade permanece considerável presença de atividades pagas. O número de atividades gratuitas (35) e direcionadas a comunidade (32) dentro do total (52) são similares, mas, paradoxalmente, a maioria das gratuitas não são direcionadas à comunidade não acadêmica, enquanto que ao se

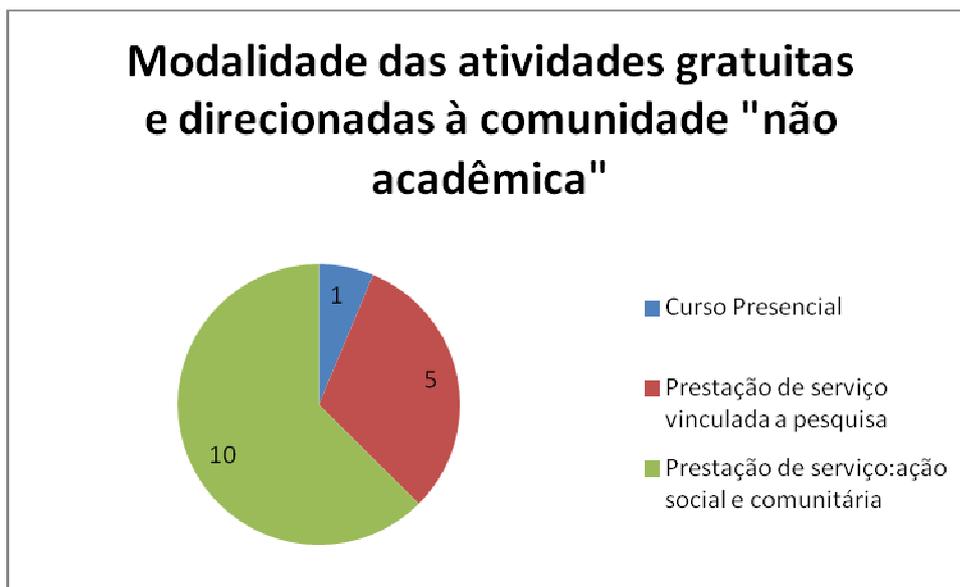
observar as que se direcionam para a comunidade externa se encontra igualdade na presença de atividades com pagamento (50% pagas e 50% gratuitas).

Assim que se esclareceu a maior presença de ações pagas dentro das ações direcionadas à comunidade externa, fica o indicativo de que as ações gratuitas devem-se voltar, então, para o interior da universidade, hipótese confirmada no gráfico abaixo, que coloca 54% das ações de extensão da Educação Física como sendo direcionadas à comunidades que já possuem algum tipo de vínculo com a instituição (professores, alunos, técnicos, etc.).



**Gráfico 12:** Público alvo das atividades de extensão gratuitas do curso de Educação Física da UFRGS

Apesar da impressão otimista surgida inicialmente, quando se apresentaram 62% das atividades direcionadas à comunidade não acadêmica, ao esmiuçar esses dados, fica a nítida impressão de que na realidade os impeditivos de acesso aos projetos vão sendo sistematicamente colocados, seja pela localização geográfica ou cobrança de taxa. Restam, contudo, poucas atividades de extensão que se possam colocar como gratuitas e direcionadas à comunidade não acadêmica (juntas). Ainda, será que alguma destas é realizada fora dos muros da universidade?



**Gráfico 13:** Modalidade das atividades de extensão gratuitas do curso de Educação Física da UFRGS e direcionadas à comunidade não acadêmica

Das 52 atividades organizadas pelo curso de Educação Física da UFRGS, apenas 16 (30%) são classificadas como gratuitas e direcionadas à comunidade, sendo que, destas, 10 (19%, ainda que se mantenham numa lógica assistencialista), são definidas como ações sociais e comunitárias. Cinco (9%) se colocam como ações vinculadas à pesquisas, organizada por grupos especificamente com o intuito de “produzir conhecimento”, pois do contrário seriam classificadas como ação social. Assim, apenas 19% das atividades extensionistas do curso são colocadas como gratuitas e direcionadas à comunidade não acadêmica, mas calcadas na prestação de serviço, e não indicam a construção de uma extensão que contemple a troca de saberes, diálogo, transformação social, etc.

Ações EFI	n	%
Atividades gratuitas, direcionadas à comunidade e com modalidade "prestação de serviço: ação social e comunitária"	10	19
Atividades gratuitas, direcionadas à comunidade, com modalidade "prestação de serviço: ação social e comunitária" e realizadas fora da EsEFID	3	6

**Tabela 1:** A extensão universitária e a comunidade não acadêmica: a gratuidade e a territorialidade

Quando, por fim, acrescenta-se o fator geográfico às atividades gratuitas e direcionadas à comunidade não acadêmica, fica evidente a elitização dos projetos de extensão da Educação Física como um todo, visto que apenas três atividades (6%) da Educação Física, dentro de 52

existentes, contemplam elementos que possam colocá-las num espectro passível de construção de uma extensão que de fato possase aproximar do popular, pois é realizado “na comunidade” (fora da universidade), gratuito (ainda que a política extensionista da UFRGS permita a parceria privada/cobrança), tido como ação social e comunitária (mas mantendo a prestação de serviço como base).

Um das dessas atividades ainda parece estar voltado para as camadas sociais mais necessitadas, visto que é realizada em instituições asilares (Recreação, cultura popular e atenção ao idoso V)<sup>19</sup>, ainda que permaneça a lógica assistencialista. Já outra atividade que junto à essa possui elementos necessários a um fazer extensão diferente, “Atividades lúdico expressivas no ensino fundamental e médio 2015”<sup>20</sup>, se caracteriza como uma prestação de serviço vinculada à pesquisa, de modo que incorpora os pressupostos criticados anteriormente acerca do porque organizar uma atividade de extensão.

A terceira e última atividade, Educação Física Na Escola Infantil Creche/Ufrgs XXII<sup>21</sup>, é realizada dentro dos espaços da universidade, mas fora do Campus Olímpico. Mesmo sendo reconhecida como dentro da “bolha” universitária, devido aos critérios metodológicos de meu estudo (que analisa a especificidade das atividades ministradas dentro da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança), a situo dentro do bojo da extensão realizadas fora da EsEFID.

Nos percursos metodológicos do estudo foram observadas as classificações das atividades de extensão contidas no catálogo da UFRGS (PROREXT) para que se levantassem informações mais ricas do universo extensionista da EsEFID. Saltaram aos olhos algumas discrepâncias entre o termo definido pelo coordenador(a) da atividade e aquele que, baseado mais uma vez na experiência e vivência do pesquisador na própria escola, ou seja, na realidade em que se inseria, podendo observar na prática o que de fato se desenrolava.

Algumas atividades, na prática, pareciam melhor enquadradas como prestação de serviços vinculadas à pesquisas ou “serviços” de assessoria e atendimento. Alguns desses projetos eram descritos como ações sociais e comunitárias, mas eram especificamente direcionados à assessoria ao público universitário. Encontrei cinco atividades de extensão que, considerando minha observação e experiência, se fossem reclassificadas deixariam de ser tidas como ações sociais e comunitárias e passariam a dividir-se em atividades de assessoria e

---

<sup>19</sup> [http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis\\_acao.php?CodAcaoExtensao=27719](http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis_acao.php?CodAcaoExtensao=27719)

<sup>20</sup> [http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis\\_acao.php?CodAcaoExtensao=27721](http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis_acao.php?CodAcaoExtensao=27721)

<sup>21</sup> [http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis\\_acao.php?CodAcaoExtensao=27691](http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis_acao.php?CodAcaoExtensao=27691)

atendimento (3 delas) e prestação de serviço vinculada à pesquisa (2). Três eram direcionadas à comunidade acadêmica e apenas duas à comunidade externa, sendo uma destas paga.

Mesmo considerando a classificação equivocada, e o fato de sua reorganização afastar ainda mais as atividades extensionistas da Educação Física das comunidades mais necessitadas, optei por não alterar sua classificação, visto que, do ponto de vista metodológico, não era a classificação inicialmente definida pelo professor elaborador/coordenador da atividade. Mesmo assim, indico a necessidade de se reavaliarem esses enquadramentos, questionando se de fato é possível afirmar que essas atividades sejam consideradas ações sociais e comunitárias<sup>22</sup>.

O uso do catálogo das ações de extensão da UFRGS permitiu que os coordenadores das atividades assumissem que a hegemonia dos projetos existentes na Universidade se assenta numa lógica de prestação de serviço: das 52 ações de extensão, 41 são classificadas como “prestação de serviço” (79%), sendo ainda divididas em ações sociais e comunitárias ou vinculadas à pesquisa. Entretanto, numa análise mais profunda, algumas das ações sociais e comunitárias também se colocam vinculadas a projetos de pesquisa.

Não quero aqui induzir o pensamento de que a universidade não possa se colocar como investigadora da realidade, pois a articulação entre pesquisa e extensão, na produção de novos conhecimentos a partir de uma realidade social determinada, é um dos objetivos mais básicos dessa instituição. O que se problematiza aqui é a lógica contida por trás dessas ações, que coloca a comunidade como recebedora ou pagadora por um serviço e, em contrapartida, oferece seus pesos, números e medidas para alimentar grupos de pesquisa. A extensão da UFRGS pressupõe a existência de uma relação dialógica e não há diálogo (ou ele é muito restrito) diante desse quadro.

É importante lembrar que a existência da definição “prestação de serviço” está prestes a ser eliminada, visto que, de acordo com a Resolução 17/2015 da UFRGS as

---

<sup>22</sup> [http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis\\_acao.php?CodAcaoExtensao=27650](http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis_acao.php?CodAcaoExtensao=27650) (a definiria como prestação de serviço vinculada à pesquisa); [http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis\\_acao.php?CodAcaoExtensao=27497](http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis_acao.php?CodAcaoExtensao=27497) (classificaria como assessoria e atendimento); [http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis\\_acao.php?CodAcaoExtensao=27749](http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis_acao.php?CodAcaoExtensao=27749) (classificaria como assessoria e atendimento); [http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis\\_acao.php?CodAcaoExtensao=27574](http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis_acao.php?CodAcaoExtensao=27574) (classificaria como assessoria e atendimento); [http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis\\_acao.php?CodAcaoExtensao=27649](http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis_acao.php?CodAcaoExtensao=27649) (a enquadraria como prestação de serviço vinculada à pesquisa).

atividades de extensão terão nova “roupagem” no que toca o tipo/modalidade. Se o catálogo nos apresenta 41 atividades de extensão caracterizadas como prestação de serviço, a nova resolução permite sua adequação à modalidade/tipo de “Oficina, aula espetáculo, capacitação, atividades rítmicas e esportivas” (37 atividades entram nessa classificação). Essa mudança de termos, mais do que a simples reorganização das atividades de extensão, implica uma nova leitura do que são as atividades de extensão, antes claramente tidas como numa relação assistencialista/mercadológica, de prestação de serviço, ou exploradora, servindo de amostra a grupos de pesquisa, e agora organizadas como “oficinas” e “atividades rítmicas e esportivas”. A nova resolução praticamente não diferencia as atividades de extensão na EsEFID, apresentando um quadro que dificilmente permitirá a cobrança por alterações na relações de extensão colocadas atualmente.

Cerca de 20% das atividades de extensão existentes são eventos, seminários, publicações de livros, palestras e conferências, etc. Essas, ainda que se permitam enquadrar no que se tem como extensão (teoricamente), acabam por se restringir a retroalimentação da própria universidade, pois o diálogo, quando existe, é dentro da “bolha” universitária e a perspectiva de transformação social, definida nos documentos orientadores da extensão da UFRGS, acaba limitada à manutenção das estruturas tidas como elitizadas na instituição, não perspectivando claramente horizontes que amparem comunidades vulneráveis.

A extensão é a única parte do tripé que se coloca como disponível para diálogo com a sociedade em geral (de acordo com os documentos e com a revisão histórica e conceitual) e utilizá-la para organização de eventos direcionados à própria comunidade, ainda que seja legítimo e válido (e, talvez, necessário diante dos escassos recursos repassados pelo Governo Dilma), parece andar na contramão do horizonte de uma Universidade Popular.

## 5 PARA QUE(M) SERVE A EXTENSÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA?

*"Ou os estudantes se identificam com o destino do seu povo, com ele sofrendo a mesma luta, ou se dissociam do seu povo, e nesse caso, serão aliados daqueles que exploram o povo" (Florestan Fernandes).*

Considerando a série de dados descritos e o quadro apresentado na Educação Física, em que apenas duas atividades de extensão se colocavam fora dos muros da instituição, mesmo que se mantivessem dentro de uma interação assistencialista, por definir-se como uma atividade de prestação de serviços, considero questionável o alcance das atividades de extensão organizadas pelo curso, de modo que raras são aquelas que vão até as comunidades, são gratuitas e se colocam como ações sociais e comunitárias.

Grande parte das atividades são direcionadas à comunidade não acadêmica (62% do total; 32 ações), mas muitas dessas passam a exigir pagamento, o que é incompreensível por se partir dos pressupostos básicos de que a extensão é organizada por uma Universidade Pública, financiada com verba pública - leia-se impostos - logo tornando o pagamento pelo "serviço" oferecido por ela quase que um "pagamento duplo". Além disso, ao se definir uma aproximação com a comunidade amparada na ideia de "compra e venda" de um serviço, se constrói uma relação extensionista que se afasta da ideia preconizada pela própria instituição, não restando muitas atividades que possam fomentar outro tipo de relação com a comunidade externa.

O paradigma que se coloca na extensão da Educação Física é que há muitas ações direcionadas à comunidade, mas metade dessas exigem cobrança (50%). Por outro lado, a maior parte das atividades gratuitas são direcionadas para dentro da própria instituição (54%). Logo, o que se oferece de modo aberto é "vendido" (mercantilizado) e o que se oferece de modo gratuito é elitizado, por voltar-se à própria instituição. A extensão da Educação Física apresenta características de modelos antiquados e ortodoxos.

Kátia Ribeiro (2009), ao analisar as práticas extensionistas do curso de Fisioterapia, reconhecia um quadro que considero semelhante ao encontrado na Educação Física, em que "predominam práticas de extensão de cunho assistencialista, muitas vezes realizadas de forma pontual, não se caracterizando como projetos de extensão" (p. 338). Apesar dos cursos apresentarem matrizes curriculares diferentes, o *modus operandi* da extensão não me parece se restringir a um curso, mas a toda universidade, resultado de um movimento que coloca a instituição voltada para amenizar as mazelas sociais. Mesmo os projetos que funcionam

regularmente, em sua maioria, têm como objetivo prestar assistência à população nos serviços da própria instituição de ensino (idem).

Essa relação Universidade-Sociedade calcada na “assistência” é observada na maior parte das atividades de extensão da Educação Física, principalmente as gratuitas, pois, além de colocar a instituição a espera da chegada da comunidade, essa se resume a prestar um serviço a comunidade, como a própria definição dos coordenadores coloca, perspectiva assistencialista de extensão universitária, que “incorpora a ideia de prestar serviços pontuais [...] com a intenção de não se envolver com suas causas estruturais (Cruz, 2011, p. 44).

Muitas têm caráter fortemente assistencialista, tendo como princípio norteador a prestação de serviços à comunidade e a ideia de que a universidade estende o seu saber à comunidade. Essas atividades acontecem, costumeiramente, nos espaços acadêmicos, sem qualquer aproximação com a realidade social da população assistida. Mesmo as práticas que se realizam de forma regular e nos espaços extramuros refletem, muitas vezes, a necessidade que sentem aqueles que as realizam de “ir até a ‘outra parte do mundo’, considerada inferior, para, à sua maneira, ‘normalizá-la’ (Ribeiro, 2009, p. 336)

Esse modelo de extensão (assistencialista) observado na maior parte das atividades da Educação Física não é singular, como já visto, e possui raízes profundas, resultado do modelo americano de organização da extensão, que se calcava na prestação de serviços, já nos anos 60 e que foi largamente difundido pela ditadura militar, voltando-se para uma relação assistencialista-conservadora, uma vez que “as ações extensionistas em sua maioria são voltadas para a manutenção de desigualdades sociais” (2004, p. 4).

Para Gurgel (1986), os traços da Universidade moderna vem exatamente do espírito pragmático americano ancorada na educação liberal inglesa, ideal científico alemão e treinamento técnico-profissional que direciona a extensão para a prestação de serviço. A concepção de extensão como uma prestação de serviços gerais, de natureza social ou técnica, veio com o modelo norte-americano, mais treinamento básico, treinamento universitário em serviço (idem, p. 71)

A visão da extensão enquanto assistencialista se embasa na ideia de função social da universidade, que preenche as deficiências sociais que o Estado não dá conta. A teoria crítica, na qual Jezine (2009) toma como base o pensamento marxista e gramsciano, coloca a análise da mesma relação dentro do viés da contradição dos conflitos sociais, enxergando, assim, a universidade como espaço de contradições que se pode pensar, elaborar, articular e desenvolver projetos de transformação social, fortalecendo concepções e valores de um grupo fundamental de modo a constituir-se em um grupo hegemônico.

Para além de se observar a presença desse modelo pautado na prestação de serviços, é possível notar o surgimento de uma outra lógica de relação extensionista, que se baseia na prestação de serviços que oferecem retorno financeiro à universidade (pagos), indicando a existência de uma lógica “mercantilista/mercadológica” de extensão. Essa extensão

Concebe as ações como atendimento às demandas advindas da sociedade, que não são mais vistas como carências sociais, mas como novas expectativas de serviços geradas pela sociedade globalizada. A parceria ou venda de serviços seria o meio de articular a universidade aos demais setores da sociedade civil, tornando-a uma produtora de bens e de serviços, concepção aqui denominada mercantilista. (Jezine, 2004, p. 4-5)

Obviamente, a extensão da Educação Física da UFRGS é resultado de um processo histórico em que a universidade tem sido pressionada constantemente a adequar-se as demandas impostas pelo capital privado, além da forte influência do modelo político econômico neoliberal, que escassa recursos à instituição e à força à adequar-se as demandas do mercado, que exige competitividade, produtividade, flexibilidade e eficiência, ignorando perspectivas de transformação social e de aproximação com a realidade das comunidades locais.

As transformações na sociedade do mundo do trabalho têm induzido a uma nova perspectiva de universidade, pensada sob princípios empresariais, vinculada ao projeto de reforma do Estado e de implantação de políticas neoliberais, significando a superação da idéia de universidade, centrada no modelo ocidental de cultura e na produção do conhecimento financiado pelo Estado, pela adoção do modelo baseado, na produtividade, competitividade, flexibilização de pessoal e de trabalho, formando a universidade da multiversidade de funções (Jezine, 2009, p. 1).

Essa concepção de extensão, apesar de recente, se mostra perversa, ao afastar completamente as práticas da comunidade, tornando o conhecimento da universidade um produto que se coloca a venda a quem queria pagar por ele e acaba deixando de voltar seu foco para grupos excluídos e passa a tratar a todos como consumidores. O produto da universidade transforma-se em mercadoria a ser comercializada e a extensão passa a ser um dos principais canais de divulgação e articulação comercial (Jezine, 2004, p. 4). A autora ainda argumenta que essa lógica de extensão subjaz um projeto privatista de universidade que acaba se opondo ao caráter público e gratuito que é base da identidade da instituição, substituindo a igualdade de acesso pelo pagamento de taxas.

A própria UFRGS tem se organizado e caminhado rumo a uma prática extensionista mercantilista, visto que concebe a necessidade de amparo do capital privado no que toca a gestão dos recursos para o eixo, como observado na sua política extensionista (decisões nº 142/2005 e nº 193/2011). Assim, o movimento observado na Educação Física é resultado da política da própria instituição, ainda que tenha apresentado raízes mais cedo do que o

esperado, visto que a exigência de pagamento existe há um bom tempo, ancorada na justificativa de manter o funcionamento dos projetos<sup>23</sup>.

Ainda que não seja publicamente afirmado, circula constantemente na EsEFID a existência de um movimento de pressão em torno dos professores da escola pela elaboração de propostas de atividades de extensão que contenham arrecadação, deixando subentendido que propostas sem o angariar de recursos estão sob risco de não aprovação. A presença desse discurso sinaliza a concepção elitista, privatista e mercantilista de extensão universitária, independente da justificativa para arrecadação, induz os docentes a construir projetos que direcionam o ônus da manutenção da estrutura à comunidade e instala uma atmosfera de coação que prejudica a atuação do professorado na universidade.

Para além da indicação de presença desses dois modelos de extensão (assistencialista e mercadológico), essas práticas ainda se assemelham a um modelo europeu de extensão universitária, que já era encontrado nos primórdios da extensão no Brasil, em que a universidade organizava esse pé através da oferta de cursos e eventos voltados a formação de seus próprios membros (Gurgel, 1986), que ainda se encontra presente em várias atividades (cerca de 20% das ações possuem essas características). O que espanta é ver, em 2015, a semelhança de práticas extensionistas que remontam os anos de 1930 e 1960, levantando a necessidade urgente de se repensar e discutir as práticas presentes no curso.

Assim, é possível observar na miscelânea de modalidades e tipos de atividades extensionistas disponibilizada pela educação física da UFRGS semelhanças que reproduzem a histórica dualidade de extensão praticada no Brasil: o modelo europeu, destinado a retroalimentar a universidade, calcado na realização de cursos e conferências; e o americano, que se embasa na prestação de serviços à comunidade que não tem acesso ao ensino (NOGUEIRA, 2001). Reduzir a extensão à influencia desses dois modelos, não superando ou

---

<sup>23</sup> No trabalho do Carvalho (2010), que faz um apanhado histórico do Centro Natatório da antiga ESEF, a “arrecadação” foi colocada como modo de angariar mais recursos à Escola. Surge também a constatação de que inicialmente as atividades de extensão (que à época ainda não eram caracterizadas como tal) eram destinadas à comunidade universitária, sendo direcionadas à comunidade externa (o autor utiliza esses mesmos termos) quando sobrassem vagas. Com a criação da Secretaria de Extensão (criada em fins dos anos 80, início dos anos 90) o preenchimento de vagas seria “aberto”, mas a “arrecadação” foi mantida para atender algumas “prioridades”, como pagamento de funcionários e bolsistas. É preciso salientar que havia ciência da obrigatoriedade de financiamento estatal para manutenção da extensão, pois Krueel (2010, p. 14) afirma a necessidade de “pressionar o governo federal para fazer aquela estrutura funcionar”. Mesmo assim, quem banca a piscina hoje é a extensão (idem), mostrando que na prática o ônus recai sobre a comunidade. Curiosamente, o reconhecimento da ESEF dentro da própria UFRGS se consolidou em função da organização e sistematização, entre outros, desse “sistema de arrecadação” (idem). De acordo com Krueel (2010, p. 60), se tem um custo, alguém tem que pagar esse custo. Quem tem que pagar este custo, por exemplo, é quem usa a estrutura.”

rompendo com essas práticas assistencialistas e mercantilistas, impede que a Universidade se volte aos anseios das camadas populares ou sequer cumpra sua função social, assim como coloca a extensão num nível de reprodução da estrutura social atual.

Entender a Extensão apenas como promoção de cursos ou apenas como prestação de serviços é restringi-la a um nível que a impede de alcançar a sua dimensão acadêmica. [...] Ademais, quando realizadas desvinculadas de um planejamento institucional, muitas vezes atendem a uma clientela oriunda de camada social que pode pagar por esses serviços e que, em geral, já tem acesso ao ensino superior (NOGUEIRA, 2001, p. 63)

As atividades de extensão da Educação Física da UFRGS se enquadram na lógica assistencialista (gratuitos, direcionados a comunidade) e mercantilista (pagos, direcionados a comunidade), analisando-os de acordo com o referencial de Jezine (2004). Apesar disso, ainda surgem indicativos de um outro modelo ou prática de extensão, que acaba colocando a comunidade como “amostra” para estudos, visto que organiza as atividades de extensão voltadas à pesquisa e seleciona indivíduos que se enquadrem ns “critérios de inclusão” necessários ao andamento do estudo.

A lógica que prepondera se baseia numa “extensão produtivista-laboratorial” tem sido encontrada nas ações caracterizadas como prestação de serviços vinculadas à pesquisa encontradas no levantamento, e ainda que incorpore características do modelo assistencialista citado por Jezine (2004) e Cruz (2011), apresenta elementos que não são elencados por essa concepção, mas ampliam a problematidade da relação que se estabelece na extensão, visto que a universidade explora a comunidade para que possa produzir seu conhecimento, defendendo-se com base no argumento de oferta de serviços, que não constrói relação de troca de saberes alguma e ainda se distancia da realidade social das comunidades, visto que todos esses projetos são organizados dentro da universidade.

Dada a lógica como se organizam, essas atividades de extensão implicam uma produção e reprodução do conhecimento constante, angariando cada vez mais fundos e recebendo cada vez mais verbas, dado que o sistema de produção do conhecimento também segue a lógica produtivista e competitiva da ideologia neoliberal. Apesar disso, colocam-se cada vez mais distantes da realidade das comunidades mais necessitadas, não constroem relação alguma de troca de saberes, mantem a estrutura elitizada da instituição e fomentam a manutenção da realidade de desigualdade e exploração, sem perspectiva de transformação social.

As atividades de extensão que se organizam voltadas a própria comunidade acadêmica não se colocam como atividades de prestação de serviço (na prática), mas de retroalimentação da própria universidade (se aproximando da concepção europeia de extensão), pois essa não presta serviço a ninguém, apenas se coloca como reprodutora da estrutura social e relacional vigente. Assim, não se pode afirmar sequer que essa prática seja caracterizada como extensão universitária, pois, tomando a crítica de Paulo Freire (1983), ela não se estende a nada, mantém-se na própria instituição.

Apesar de considerar a relevância da extensão enquanto parte do tripé que sustenta a universidade, é necessário analisar criticamente a sua origem e estabelecimento, de modo que a própria instituição do saber, ao inserir a extensão como elemento que deve se articular à pesquisa e ao ensino (passando pela sua institucionalização), são elementos que colocam a extensão de modo supervalorizado no seio da universidade no cenário atual. Nem todos veem a extensão capaz de amenizar uma universidade afastada da realidade social.

Silvio Botome (1996) salienta que os discursos oficiais e até mesmo o observado no cotidiano da universidade, coloca a extensão como dimensão responsável pela relação universidade-sociedade. Ao assumir-se que cabe à extensão universitária o papel de dialogar com a comunidade já se assume, naturaliza, e porque não se afasta da problematização, o quadro de distanciamento da própria instituição da sociedade, nomeadamente das suas duas outras dimensões, o ensino e a pesquisa. Historicamente a universidade sempre se colocou atendendo aos interesses de uma minoria, ainda que sempre com movimentos de resistência em seu seio, com forte apelo dos movimentos sociais. Mesmo assim, o ensino e pesquisa se afastaram dos interesses da população em geral.

A criação da extensão visava diminuir esse distanciamento (muito mais fácil do que transformar toda a universidade), aproximar-se do povo, seja através da prestação de serviço, educação permanente, comunicação, etc. De fato, a existência dela implica o reconhecimento do distanciamento universidade-sociedade, mas é possível fomentar e construir práticas para além da estrutura elitizada que se apresenta nas demais instâncias, conhecendo a comunidade, dialogando com seu saber, problematizando sua realidade e buscando alternativas de transformação social que superem as colocadas em nossa sociedade.

Obviamente, não se fará revolução através da extensão, mas abrir canteiros de resistência no meio de um jardim quase devastado<sup>24</sup> permite o preparar do terreno, o plantio e a futura colheita de flores, necessárias para a mudança do paradigma de extensão colocado na Educação Física da UFRGS.

Botome (1996) critica a extensão enquanto articuladora do ensino e da pesquisa e viabilizadora da relação de transformação com a sociedade, pois considera que há um movimento de superestima da extensão, colocando-a numa posição de destaque (Júnior, 2013), numa espécie de visão utópica da extensão como redentora da universidade, pois ela, em seu modo de ver, apenas se colocaria como uma etapa do ensino e da pesquisa caso esses estivessem direcionados às demandas sociais.

Caracterizar, assim, a extensão como responsável por cumprir um papel de complementaridade e articulação do ensino e da pesquisa, além de relegá-la a função de se aproximar da sociedade, subjaz a idéia de que ensino e pesquisa não conseguem fazê-lo, organizando outra estrutura para amenizar a falta de responsabilidade social da instituição, além de colocar como função da extensão algo impraticável do ponto de vista prático (BOTOMÉ, 1996).

A própria criação da extensão seria um equívoco, pois, ainda que tenha sido motivada por diversos fatores, entre eles a pressão dos movimentos sociais pela abertura da universidade às camadas populares, acabou se organizando com base no argumento da necessidade de se abrir espaços para diálogo com o povo, não que essa ação seja condenável, mas assumindo já na sua concepção que não consegue fazê-lo.

Para Botomé (1996, p. 77), o compromisso social da universidade precisa ser realizado por todas as atividades da instituição e não apenas considerar uma delas como sendo aquela que o realiza, enquanto as demais, que não o fazem, justificam a existência e ‘papel privilegiado’ daquela que ‘o realiza’”, de modo que ainda lança duas questões extremamente pertinentes, na tentativa de repensar não só as práticas de extensão, mas também de repensar a própria Universidade e seu saber-fazer:

“Não servirão as atividades de extensão apenas como ‘aparência de compromisso social’, como ‘fachada’ para justificar discursos que permanecem encobrendo a

---

<sup>24</sup> Da Silva (2005) vê outras possibilidades epistemológicas na Educação Física, partindo dessa metáfora para indicar a necessidade de construir caminhos alternativos de produção de conhecimento, amparados na realidade concreta da sociedade. In: Silva, A. M., and I. R. Damiani. "Práticas corporais: Trilhando e compar (trilhando) as ações em Educação Física".

alienação do ensino de nível superior e o descompromisso da maior parte das atividades de pesquisa científica? [...] as atividades de extensão não são apenas uma compensação para reduzir a cobrança social feita à Universidade, cujas pesquisa e cujo ensino não correspondem às necessidades da sociedade?” (BOTOMÉ, 1996, p. 80)

A extensão só poderá ter seus diferentes lugares e funções a medida em que se definir qual é a relação que se estabelece entre universidade e sociedade. Daí, por exemplo, uma das dificuldades de popularização de práticas extensionistas que se aproximam das comunidades mais desfavorecidas, pois há divergência de concepções de relação entre ambas.

A universidade tal como tem se organizado, cada vez mais afastada dos anseios dos trabalhadores, atacada constantemente pelo capital privado, através de parcerias, hegemônica por práticas de transmissão de conhecimento e com modos de se fazer pesquisa que estão descolados da realidade social vigente, direciona a extensão para a legitimação das desigualdades sociais, de modo que qualquer prática que coloque o popular como horizonte acaba por assumir um viés pejorativo, particular de uma “minoria”, daqueles que “militam”, dos “revoltados” ou daqueles que “não fazem pesquisa” (Maciel, 2010, p. 23). Reconhecer esse discurso é assumir que a própria Universidade rechaça as iniciativas que buscam se aproximar do popular e que o pensamento hegemônico (mas não absoluto) dentro da instituição é elitista.

Criticar o modo como a extensão se coloca não pode significar rechaçar as poucas práticas que se aproximam do popular que a compõe, visto que essas práticas aproximam não só a extensão do popular, mas também o ensino e a pesquisa. Cabe ressaltar que não é **apenas** função da extensão se voltar às demandas sociais e que é necessário repensar a Universidade que queremos. As críticas precisam ser utilizadas como ponto de partida para um exame mais profundo e uma busca de mais elementos que permitam avaliar o que essas críticas podem revelar sobre a extensão universitária (BOTOMÉ, 1996, p. 82).

Observo que a extensão praticada na Educação Física não tem se organizado na prática de acordo com seus pressupostos iniciais (quando se institucionaliza através do FORPROEX). Seu discurso à época se dava com base na troca de saberes e diálogo com a sociedade, eixos que se originaram, entre outros, do trabalho de Paulo Freire e da Educação Popular.

Na prática, permanecem atividades assistencialistas e efêmeras, com a criação de aberturas para uma prática mercantilista que coloca a extensão como palco de parcerias com o setor privado e disputa por recursos para a manutenção da pesquisa. A influência dos valores

da ideologia neoliberal obviamente não poderia deixar de atravessar a extensão, mesmo que seu papel (em tese) seja direcionado à aproximação e o diálogo com a sociedade. A extensão vira mais um campo de negócios e possibilidades de “produção” e “eficiência”, voltando-se para uma análise quantitativa das suas ações, sem considerar aspectos qualitativos, metodológicos e epistemológicos.

Assim, não se instiga o pensamento crítico e a problematização das ações, se de fato estão se aproximando da sociedade, se atendem aos interesses da população, mas se mantêm seus professores ocupados, se recebem recursos, se produzem artigos, etc.

Os indicadores de avaliação agora giram em torno do número de bolsas acadêmicas, valores de recursos destinados às ações de extensão, número de horas semanais do plano de trabalho docente com a extensão universitária, indicação de áreas temáticas e número de trabalhos acadêmico científicos decorrentes de atividades extensionistas. A preocupação parece focada numa visão de Universidade produtivista sem qualquer preocupação com a relação de troca de informações entre Universidade-sociedade. (Junior, 2013, p. 300-301).

É difícil afirmar que a universidade se aproximou da sociedade após a institucionalização da extensão ou que o quadro de distanciamento e falta de respaldo social da instituição tenha se alterado desde o diagnóstico do FORPROEX em 1987.

A institucionalização da prática extensionista, na medida em que reduz a distância que atualmente separa a atividade acadêmica dos interesses concretos da população, deve ser visualizada como um instrumento básico da recuperação da função social da universidade e restauração de sua credibilidade (NOGUEIRA, 2000, p. 12).

O próprio Fórum reconhece que há uma distância que separa a atividade acadêmica dos interesses da população, de modo que parece estar de acordo com a crítica de Botomé (1996), quando assinala o equívoco da criação extensão enquanto redentora da função social da universidade. A crítica que aqui se coloca situa-se no fato de relegar à extensão o papel de contatar as camadas populares e de, através dela, se modificar ou alterar as estruturas de ensino e pesquisa, algo que parece impensável para o autor, que considera necessária a revisão do papel da universidade na sociedade, bem como da estrutura de ensino e pesquisa da mesma, para que essas atendam aos interesses da sociedade e não direcionem à extensão o papel social que se recusam ou não conseguem atender.

Ademais, reconhecer que a extensão se originou através da pressão dos movimentos sociais em conjunto à intelectuais da academia, bem como o fato de seu desenvolvimento ter se dado sob ampla disputa, implica ampliar a visão da extensão universitária, admitindo limitações e apropriações de conceitos pela elite burguesa que hegemoniza a instituição.

A existência dessa contradição coloca possibilidades de aproximação com os movimentos sociais e populares que não tem encontrado respaldo junto ao ensino e à pesquisa, construindo outros ambientes de resistência dentro da universidade, propagando outras formas de saber-fazer extensão e afirmando que a luta por outra universidade não só é possível como se faz diariamente.

É importante salientar que, ainda que o FORPROEX coloque em seu conceito de extensão pressupostos teóricos advindos da teoria de Freire e da Educação Popular, bem como das experiências do movimento estudantil, por colocar-se enquanto instituição e disseminar pressupostos ideológicos, acaba suprimindo a dimensão político-ideológica presente naquelas bases.

A idéia de uma extensão a serviço de um processo transformador, emancipatório e democrático; e ainda, de uma extensão desenvolvida no diálogo e no respeito a cultura local nos permite perceber quanto o pensamento freiriano foi marcante e esta presente no conceito da Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. (Serrano, 2013, p. 13).

O Fórum coloca em seu Plano Nacional de Extensão objetivos que, de acordo com Serrano (2013), direcionam à Universidade três funções básicas: acadêmica, social e articuladora. Essas funções estão amparadas sob égide da construção da cidadania e organização social, de modo articulado à sociedade, e colocam uma transformação social que indica ares de reprodução, visto que a cidadania e a organização social não colocam o popular como agente de mudança, de modo que seus documentos não mencionam o interesse em atender ou se aproximar das demandas populares.

Dada a aparente defasagem, ou atraso, no que toca a extensão (do ponto de vista prático), seria interessante se aproximar dos debates que certamente são organizados pelo movimento estudantil. Nogueira (2001) ressalta que a extensão praticada pelos estudantes universitários nos anos 60 foi a primeira tentativa de mudança na concepção de extensão, quando se observou a existência de ações concretas que se aproximavam das classes populares, não de forma assistencial, mas com a intencionalidade de conscientizá-las sobre seus direitos (p. 62).

Já que “meu curso” se coloca tão afastado das camadas populares, seria interessante olhar para a história do movimento estudantil e dialogar com o conhecimento e a experiência que produziu, ou ao menos com a perspectiva crítica que lhe subjaz, bem como voltar seus olhos para as experiências de extensão que têm se colocado mais próximas da comunidade e da realidade social.

## 6 TRANSIÇÕES: PROPOSIÇÕES A PARTIR DA PERSPECTIVA DA UNIVERSIDADE POPULAR

*A Universidade Popular não significa a destruição da universidade tradicional, mas o avanço em suas bases teóricas, políticas e filosóficas (José Francisco de Melo Neto)*

Compreender que a realidade da extensão na Educação Física não permite que a universidade se aproxime das demandas da sociedade, e, principalmente, das camadas populares, não é suficiente para que se avance no debate. Para tanto, é necessário que se busquem alternativas para contrapor esse modelo de extensão, visando, ainda que num horizonte distante, a construção de outro modelo de universidade, pautada nos interesses dos trabalhadores e que de fato possa se caracterizar como popular.

O objetivo desse trabalho passa não só pela análise da situação da extensão da Educação Física, mas também pela indicação de possíveis caminhos/alternativas, lanço aqui dois caminhos iniciais (tímidos), considerando atividades que solucionam problemas observados na escola: um deles trilhado dentro da própria EsEFID, que considero limitado, mas ainda assim incorpora elementos interessantes, e outro com larga presença de membros da Educação Física, que se encontra em andamento, mas que não possui como coordenador um professor do curso, de modo que infelizmente não entrou na análise principal desse trabalho.

O projeto “Atividades socioeducativas de lazer com idosos 2014 (ASELI)<sup>25</sup>”, apresentava uma lógica interessante, pois se colocava disposto a ir até as comunidades, ainda que direcionada aos centros comunitários em locais não muito afastados da cidade (o mais longe era no bairro Cavahada) e mantendo uma lógica assistencialista. Apesar dessas observações, considero o projeto um avanço no que toca a política de extensão da Educação Física, visto que fomentava um movimento necessário de trabalho nos territórios, com a comunidade, em parceria realizada com a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Considerando que um dos eixos do trabalho que construo se ampara nos aspectos geográficos, considero essa alternativa, bem como as que já existem atualmente no curso, uma alternativa possível que se coloca como meio de aproximação com as comunidades.

Mas não basta chegar até a comunidade, acima disso, é preciso dialogar com ela, não inculcando verdades e despindo-se da tradicional arrogância do meio acadêmico, que induz a

---

<sup>25</sup> [http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis\\_acao.php?CodAcaoExtensao=25118](http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis_acao.php?CodAcaoExtensao=25118)

uma prática de extensão messiânica, como colocada por Paulo Freire (1983) e por Serrano (2013), é importante que se construa um ambiente de diálogo e respeito ao saber popular, aproximando-se da realidade local para perceber primeiramente as demandas e, a partir disso, construir elementos que possam superar a realidade colocada no momento, através da aliança entre o saber acadêmico e o popular.

O projeto “Clínicas de território”<sup>26</sup>, tem apresentado uma aproximação interessante da comunidade, organizando-se primeiramente diante da necessidade de conhecimento da realidade local. A partir disso, através da construção com a comunidade, estabelece que “alunos, professores e representantes da população e equipe de saúde do território farão proposta de intervenção com a lógica da promoção/educação em saúde”. Assim, se constrói o diálogo e se trabalha com base nas demandas da comunidade local.

Ao participarem dessas ações, os estudantes extensionistas ganham uma dimensão de dialogicidade, de inter-relacionamento e de sólida contextualização da realidade, ou seja, nela permite-se o diálogo entre os conhecimentos acadêmicos e culturais, possibilitando a democratização do conhecimento e a participação da comunidade em suas atividades, bem como a produção de novos conhecimentos a partir do confronto com diversos níveis da realidade. (JÚNIOR, 2013, p. 303).

As duas propostas apresentadas obviamente possuem limitações e não podem se caracterizar como práticas de extensão popular. Sua citação nesse trabalho visa apresentar alternativas que já existem com a inserção de elementos que podem iniciar um caminhar na direção de uma extensão diferente, popular e transformadora, com aproximação da comunidade e diálogo com seus saberes, mostrando que é possível modificar as práticas observadas no seio da Educação Física.

Dada a realidade apresentada anteriormente, bem como a singela sugestão de dois “passos iniciais”, me coloco a necessidade de busca por novos caminhos, que apontem noutras direções, não só de extensão, mas de universidade, daí a apresentação de algumas ideias que formulam outro conceito de extensão, bem como de universidade, revelando sua intencionalidade política ao reconhecer que o popular não tem acesso à esse modelo de instituição, sinalizando que a mudança das práticas extensionistas é requisito, mas não fará sozinha a transformação social necessária para que a universidade “se pinte de pueblo”, como disse Ernesto “Che” Guevara (1959).

Jezine (2004, p. 4) entende que não será via extensão universitária, seja, em uma perspectiva assistencialista, acadêmica ou mercantilista que vai ocorrer a diminuição das

---

<sup>26</sup>[http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis\\_acao.php?CodAcaoExtensao=29074](http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis_acao.php?CodAcaoExtensao=29074)

desigualdades sociais, próprias da estrutura do sistema capitalista. Isso me leva a pensar que a luta pela mudança do modo de ser e fazer extensão universitária não pode estar descolado de uma intencionalidade de construção de outro modelo de universidade, bem como de sociedade.

De acordo com De Melo Neto (2003) é possível observar que em todas as concepções de extensão a prática parte sempre da universidade. Essa necessidade é justificada pelo MUP (2009) devido a forma como a instituição se coloca, que implica uma reduzida parcela de setores populares trabalhando a seu favor, sendo que dificilmente vê-se uma aproximação da que parta das comunidades.

A universidade não pode ser transformada de forma permanente por si só, sendo necessária a atuação conjunta com os movimentos sociais e as comunidades, tornando-os agentes que também se fazem presentes, e tendo a consciência de que a disputa pela transformação nos modos de fazer extensão não deve ser um fim em si mesma, almejando mudanças que não se restringem ao horizonte da instituição.

Assim, têm restado, resistido e/ou surgido o que classifico como “pontos de resistência”, ou, como define Maciel (2010, p. 23), indivíduos “revoltados”, que acabam construindo práticas extensionistas que buscam outros modos de ser e fazer extensão na Universidade, aproximando-se das comunidades numa lógica que se aproxima da troca de saberes preconizada pela extensão popular (Ribeiro, 2009).

É pertinente lembrar que o movimento estudantil já defendia uma universidade voltada aos interesses do povo desde a década de 60 do século passado, pois através da Declaração da Bahiapropagava um modelo de reforma universitária que é considerada um dos “documentos fundantes” do movimento por uma Universidade Popular no Brasil, estabelecendo como diretriz o “compromisso com as classes trabalhadoras e com o povo” (UNE, 1961, p. 20). A declaração exigia ainda a organização de cursos não só nos prédios universitários, mas em favelas, circunvizinhas de fábricas e bairros operários (idem), sendo que essas iniciativas recebiam o nome na América Latina de Universidades Populares.

Com a chegada da ditadura militar, esse movimento capitaneado pela UNE sofreu forte repressão, mas serviu de estopim para que proliferassem movimentos que lutassem por uma Universidade que atendesse aos interesses dos trabalhadores, uma instituição de caráter

popular, evidenciando “a disputa das ideias e dos projetos políticos de universidade” (DE MELO NETO, 2011, p. 11).

As práticas de extensão que buscam adotar outras perspectivas, ancoradas na aproximação com as comunidades, diálogo e troca de saberes entre Universidade e sociedade, tem como base os princípios da Educação popular organizados por Paulo Freire, recheado de intencionalidade política, que a concebem como “uma práxis comprometida com as classes populares e a transformação social” (Ribeiro, 2009, p. 337), daí denominando-se extensão popular (idem). Esse fazer extensão só é possível através da humildade e do diálogo:

Só há motivação para o diálogo se há esperança de que ele possa frutificar, que dele possa surgir um saber novo, compartilhado e transformador. Também só há possibilidade de interlocução, se há respeito pela diversidade cultural, pela diferença de valores, crenças e raças. Nessa perspectiva, em que há abertura do profissional para o diálogo, desponta um novo saber que toma como ponto de partida o saber popular, valorizando-o, mas também reconhecendo seus limites. (Ribeiro, 2009, p. 339)

O contato com a comunidade permite ao extensionistas que se questionem acerca do lugar e da hegemonia do saber científico, abrindo outras possibilidades de construção do conhecimento e quebrando a tão consolidada visão (ilusória) na academia de saber único e certeza definitiva (RIBEIRO, 2009), reconhecendo que o saber acadêmico é apenas um dentro do universo de saberes que foram construídos pela humanidade. Negar outros saberes é o passo inicial para o afastamento da realidade e para o reducionismo que comumente se verifica no ensino e na pesquisa universitária, mantendo-a elitizada por não considerar nem a realidade nem as demandas das camadas populares.

Considerar outras formas de saber, aproximar-se delas e colocar-se em posição de diálogo, ir até à comunidade e (re)conhecer a realidade da sociedade brasileira coloca o estudante num confronto que pode se colocar como inédito:

Nesse processo de aproximação com a realidade das pessoas que vivem nas periferias urbanas, os estudantes extensionistas se assustam, se deslumbram, se encantam, ao mesmo tempo em que se revoltam com a realidade social com a qual entram em contato a partir desse trabalho. É como se, antes do envolvimento nessa atividade, as pessoas que vivem nas periferias urbanas não fizessem parte do seu mundo, embora muitas delas requebrem as suas casas na condição de trabalhadores/as domésticos/as (Ribeiro, 2009, p. 344).

Não pretendo aqui colocar-me na posição de definir o que é extensão popular, dado que seu conceito e metodologias seguem em constante transformação (CRUZ, 2011), além do conceito de popular ser diverso. Busco aqui uma maior acúmulo conceitual, na busca pela consolidação da universidade e extensão populares como alternativa de projetos contra-hegemônicos, e considero ser pertinente apontar elementos que com certeza fundam as bases

daquilo que se tem como extensão popular, sempre incorporando “a compreensão de que extensão, assumindo as características do popular (extensão popular), caminha como contributo à construção da Universidade Popular” (DE MELO NETO, 2011, p. 28).

Falar sobre Universidade Popular implica definir que se visa construir um projeto de instituição diferente, bem como de sociedade, alternativo ao projeto do capital (SENUP, 2011), que expressa outra visão de mundo e outro papel para extensão universitária (DE MELO NETO, 2011). Reconhecer esse intento também significa admitir que a universidade também é um cenário em que se faz presente a contradição, a disputa de projetos. Entretanto, de acordo com De Melo Neto (2011, p. 14) não se nega que ela se mantém voltada aos setores da burguesia nacional e não à classe dos trabalhadores, muito menos, as necessidades das maiorias da população.

Uma Universidade Popular se coloca intimamente ligada às comunidades, atendendo seus interesses através da pesquisa socialmente relevante, acesso universal e gratuito. Organizar a universidade em torno do popular implica o reorientar do ensino e da pesquisa, bem como da extensão, que em dado momento não seria mais necessário, haja vista que toda a pesquisa seria voltada para a solução dos problemas dos trabalhadores e trabalhadoras, para o popular.

Algo consegue ser popular se tem origem no trabalho do povo, das maiorias (classes), dos que vivem e viverão do trabalho. [...] Todavia, é preciso ter conhecimento da direção em que se está apontando aquilo que se pretende popular. É preciso saber quem está sendo beneficiado com aquele tipo de ação. Algo é popular se tem origem nas postulações dos setores sociais majoritários da sociedade ou de setores comprometidos com as lutas das maiorias, exigindo-se que as medidas a serem tomadas beneficiem essas maiorias. (DE MELO NETO, 2011, p. 28)

Assim, o projeto de Universidade Popular caminha atrelado a uma intencionalidade política que se direciona à classe trabalhadora. Sua construção implica a contestação da realidade vigente e não apenas na teoria mas na ação prática. Nela se dará formação de intelectuais críticos e comprometidos, dotados de capacidade criadora que permita a formulação teórica e prática que ruma à construção de outra sociedade.

Será uma universidade pública, gratuita, de qualidade socialmente referenciada. Será autônoma para poder desenvolver as mais diferenciadas pesquisas, democrática em suas relações internas e nas escolhas de dirigentes; será laica para garantir de que as diferentes religiões possam, inclusive, estar representadas nesse mundo escolar, desde que não queiram impor os seus credos religiosos. Será uma universidade crítica para garantir que o conhecimento não se torne mera repetição daquilo que se estabeleceu. Por tudo isso, será uma universidade popular por ser capaz de contribuir, com princípios éticos, para o desenvolvimento humano em bases tidas como populares (DE MELO NETO, 2011, p. 31).

Considerando o conhecimento um bem social e coletivo e não uma aquisição individual, indica-se um aprender, fazer e ensinar inseparáveis, bem como um processo de ensino-pesquisa-extensão indissociável. A Universidade Popular se coloca como uma instituição democrática, paritária em suas instâncias decisórias, que permita a inserção dos movimentos sociais nesse processo. A instituição se coloca contemplando as demandas sociais e na luta por outro modelo de sociedade, mais justa e equânime. A extensão, na construção de um modelo de universidade alternativo ao do capital, também implica a adoção de práticas distintas.

A extensão de caráter popular não é apenas mais um jeito de fazer extensão, mas uma perspectiva teórica e um recorte epistemológico que insere na universidade metodologias e intencionalidades distintas (CRUZ, 2011), que obviamente se colocam na disputa por espaço e respaldo. Uma extensão de caráter popular também volta-se para os interesses do popular, da classe trabalhadora adquirindo interesses político-filosóficos que diferem do hegemônico. Ela traz a intencionalidade política, a tentativa de tornar as camadas historicamente excluídas dessa instituição do saber protagonistas no processo de problematização da realidade, definição das demandas e produção do conhecimento.

Ela traria a aproximação entre teoria e prática, através do trabalho social útil, considerando a dimensão filosófica do trabalho e a tentativa de contrapor a fragmentação do trabalhador em relação ao processo produtivo, de modo que sua divisão social, que coloca as tarefas intelectuais acima das manuais, seria rompida através da colocação em prática da teoria não só pela universidade, mas pela própria comunidade (MUP, 2009; DE MELO NETO, 2011). A definição do autor da extensão como trabalho social é justificada por se tratar de uma tarefa coletiva, que envolva toda a sociedade e que articula ensino e pesquisa.

A extensão como trabalho social útil, como definida por De Melo Neto (2011) ao incorporar a dimensão ética do diálogo, adquire outros significados, pois insere um elemento que considera o outro, nesse caso a comunidade, e adotando um caráter popular, "assim, transforma-se em extensão popular" (idem, p. 25) .

O diálogo é tido por Paulo Freire (1985, p. 28) como “encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o ‘pronunciam’, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos”. A extensão popular se dá na construção coletiva, com a participação do outro, com participação ativa, tendo o diálogo como base e trazendo a proposição que atenda aos interesses da maioria. Esse diálogo se dá com respeito ao saber

popular e os outros saberes, não colocando a universidade como detentora da verdade, pois “em relações estruturais, rígidas e verticais, não há lugar realmente para o diálogo” (idem, p. 32). Se colocar em posição de diálogo requer uma atitude de humildade e amorosidade, essencial para quebrar as estruturas verticais de saber e construir uma extensão popular.

O que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento “experencial”), é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la (FREIRE, 1985, p. 34).

O diálogo se coloca como essencial por permitir o avanço na problematização, por considerar a comunidade e suas demandas, por colocar a universidade como uma instituição de saber que não inculca a verdade, que reconhece sua importância mas não se coloca como messiânica. A extensão só é popular quando o diálogo se estabelece, na comunidade, com sua participação ativa, através da problematização e construção coletiva. Assim, “é preciso que, nestas situações, os estudantes aprendam a ouvir as comunidades, do contrário não haverá transformação alguma nas relações já constituídas” (MUP, 2009, p. 9).

Para ilustrar o que seria a extensão popular, do ponto de vista metodológico, trago aqui exemplos da obra de José Francisco de De Melo Neto, “Universidade Popular” (2011), em que coloca ideias interessantes que acredito serem potentes no situar o leitor acerca do que se trata a extensão popular.

A extensão popular seria uma ferramenta que permitiria ao estudante estar constantemente em contato com a realidade local. Esse processo se daria logo no primeiro semestre, em que alunos e alunas estariam inseridos nas diferentes comunidades para levantar seus problemas ou necessidades básicas. Surgiria um conjunto de dados, referência base para a construção de discussões na comunidade. Nesses debates toda a comunidade estaria envolvida, bem como a universidade, independente de possuírem ou não vínculo com a instituição, contribuindo com suas vivências e experiências. A base que sustenta a discussão seriam os problemas objetivos e concretos e se construiria uma metodologia que se amparasse nos pressupostos da educação popular, permitindo a participação e autonomia, o empoderamento da comunidade, pessoas e grupos, numa política que visasse a transformação social orientada pela liberdade, justiça e igualdade (DE MELO NETO, 2011).

Assim, se coloca como ferramenta que constroi outra realidade, não só na universidade como na sociedade, rumando a uma efetiva transformação social. Para tal, deve ser articulada

a uma luta maior, daí a necessidade de aproximação com os movimentos sociais, comunidades mais afastadas e classe trabalhadora, pois sozinha não será responsável por modificar a instituição, sendo que se insere numa luta ampliada, daí a necessidade de aproximação dos estudantes para com a realidade social vigente.

Neste sentido é que os estudantes não devem se afastar das lutas mais essenciais dentro da universidade, pra construir com os movimentos sociais e populares uma realidade de fora da universidade. A disputa se dá “de dentro pra fora” e “de fora pra dentro”, numa relação dialética. Ou seja, não cabe somente lutar pelas demandas populares de conhecimento, se dentro da própria universidade não garantimos os direitos essenciais para a permanência dos estudantes. (MUP, 2009, p.7).

A extensão popular é uma ferramenta de mudança no seio da própria instituição, modificando práticas de ensino e direções de pesquisa, aproximando a sociedade da universidade e aprofundando nas problematizações do papel desta naquela e do ensino e da pesquisa, bem como da extensão enquanto formadora do tripé e tida como responsável pelo contato com a sociedade. Admitir a limitação da extensão é assumir sua influência como parte de um todo e permitir a adoção de estratégias possíveis; utópicas, mas que de fato tenham um horizonte que supere a realidade encontrada, por exemplo, no cenário da Educação Física da UFRGS.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição Federal**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao.Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao.Constituicao.htm), 1988.

BRASIL. **Lei 5.540**, 20 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, 1968. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm)>. Acessado em 19 de dezembro de 2014.

BRASIL. **Lei 9.394**, 13 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, 1968. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acessado em 19 de dezembro de 2014.

CABRAL, Nara Grivot. **Saberes em extensão Universitária: Contradições, tensões, desafios e desassossegos**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CARVALHO, Marco AA de. **Centro Natatório da Escola de Educação Física da UFRGS: espaço de transformações**. Trabalho de Conclusão de Curso. ESEF/UFRGS, Porto Alegre, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista brasileira de educação, v. 24, p. 5-15, 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino Superior e universidade no Brasil**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). **500 de Educação no Brasil**. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. **Extensão Popular: A reinvenção da Universidade**. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. Educação Popular na formação universitária: Reflexões com base em uma experiência. João Pessoa: Editora Univeritária da UFPB, 2011.

DAS GRAÇAS BORGES, JOSÉ; CARNIELLI, BEATRICE LAURA. **Educação e estratificação social no acesso à universidade pública**. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, p. 113-139, 2005.

DE MELO NETO, José Francisco et al. **Extensão universitária: diálogos populares**. Editora Universitária, 2002.

DE MELO NETO, José Francisco. **Extensão universitária e produção do conhecimento**. 2003.

DE MELO NETO, José Francisco de. **Universidade Popular**. Disponível em <https://mupnacional.files.wordpress.com/2014/12/universidade-popular-prof-zc3a9-neto.pdf>. Acessado em 11 de novembro de 2015

DE SOUZA MARTINS, Heloisa Helena T. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e pesquisa, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.

DURHAM, Eunice R. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. In: Seminário sobre Educação no Brasil, 2003, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo, USP. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>>. Acesso em 16 de Dezembro. 2014.

ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1987, Brasília. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-doFORPROEX.pdf>> Acesso em 18 de dezembro de 2014.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968**. Revista Educar. Curitiba, n. 28, p. 17-36. 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática pedagógica**. São Paulo: Paz e Terra, p. 165, 1996.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 8ª edição. Paz e Terra, 1983.

FORUM DE PRO-REITORES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012. Disponível em <[www.renex.org.br/.../2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf](http://www.renex.org.br/.../2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf)>. Acessado em 19 de dezembro de 2014.

FORUM DE PRO-REITORES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (FORPROEX). **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Organização: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. -- Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

GRUPO DE TRABALHO NACIONAL UNIVERSIDADE POPULAR (GTNUP). **Produção de conhecimento: 1ª cartilha do GTNUP**. 2013. Disponível em <<https://gtup.wordpress.com/textos/>>. Acessado em 17 de novembro de 2015

GURGEL, R. M. **Extensão Universitária: comunicação ou domesticação**. São Paulo. Cortez, 1986.

JEZINE, Edineide. **As práticas curriculares e a extensão universitária**. In: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. 2004. p. 1-5.

JEZINE, Edineide. **Universidade-sociedade e extensão universitária**. Construções teórico-metodológicas. Anais da 32ª. Reunião anual da ANPED, 2009.

JÚNIOR, Alcides Leão Santos. **Universidade E Sociedade: Uma Relação Possível Pelas Vias Da Extensão Universitária**. 2013. Disponível em < [www.cchla.ufrn.br/interlegere/13/pdf/dt01.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/interlegere/13/pdf/dt01.pdf) >. Acessado em 17 de novembro de 2015.

KLEIN, Samantha. **Cidadania na prática**. Jornal da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 16 p. Julho, 2012.

KRUEL, Luiz Fernando Martins. **Luiz Kruel (depoimento, 2010)**. Porto Alegre: CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE – ESEF/UFRGS, 2010.

LIMA, Kátia. **Plano Nacional de Educação 2014-2024: nova fase do privatismo e da certificação em larga escala**. In: Universidade e Sociedade - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Ano XXIV, nº 55, fevereiro, 2015.

MACIEL, L. R. **Política Nacional de Extensão: perspectivas para a universidade brasileira.** Revista Participação, v. 10, n. 18, p. 15-25, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

MENEGHEL, Stela Maria. **A crise da universidade moderna no Brasil.** In: 25ª Reunião Anual da Anped, 2002, Caxambu/MG. Anais eletrônicos... Caxambu. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/tp25.htm#gt11>>. Acesso em 30 de Novembro de 2014.

MOVIMENTO POR UMA UNIVERSIDADE POPULAR (MUP). **Orientação à criação e Funcionamentos de grupos estudantis de extensão universitária.** Santa Catarina, n° 1, agosto/setembro, 2009. Disponível em <<https://blogmup.files.wordpress.com/2012/08/cartilhaa5.pdf>>. Acessado em 18 de novembro de 2015.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual.** Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: UNB, p. 57-72, 2001.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas** – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000

PINTO, José Marcelino de Rezende. **O acesso à educação superior no Brasil.** Educação e Sociedade, Campinas, v.25, n° 88, p. 727-756, out. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a05v2588.pdf>>. Acesso em: 25 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (PMPA). **Mapas e indicadores das Vulnerabilidades Sociais.** Porto Alegre, 2007.

QUEIROZ, Fernanda Cristina Barbosa Pereira; QUEIROZ, Jamerson Viegas. **Acesso e permanência no ensino superior brasileiro - há superdimensionamento da oferta?** In: IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 2004, Florianópolis. Anais eletrônicos. Florianópolis, UFSC. Disponível em:<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/35677>>. Acessado em 30 de outubro de 2015.

RAMPINELLI, Waldir José. **A democracia na Universidade Brasileira: simulacro ou arremedo?** In: RAMPINELLI, Waldir José; OURIQUES, Nildo. Crítica à razão acadêmica: reflexão sobre a universidade contemporânea. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2004, p. 43- 72.

RIBEIRO, K. S. Q. S. **A experiência na extensão popular e a formação acadêmica em fisioterapia.** Cadernos Cedes, Campinas, v. 29, n. 79, p. 335-346, 2009.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** 14ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

SAVIANI, Demerval. **O legado educacional do regime militar.** Caderno Cedes. Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acessado em 15 de dezembro de 2014.

SEMINÁRIO NACIONAL DE UNIVERSIDADE POPULAR (SENUP). **1º Seminário Nacional de Universidade Popular: Cartilha Preparatória**. Porto Alegre, 2011.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. Grupo de Pesquisa em Extensão Popular. Volume 13, n. 08, 2013. Disponível em: [http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos\\_de\\_extensao\\_universitaria](http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria). Acesso em 05 de novembro de 2015

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES). **A contra-reforma da educação superior: uma análise do andes-sn das principais iniciativas do governo de Lula da Silva**. 2004. Disponível em: [http://www.fedepsp.org.br/superior/caderno\\_andes\\_gtpe.pdf](http://www.fedepsp.org.br/superior/caderno_andes_gtpe.pdf) Acesso em 06 de Dezembro de 2014.

SOUZA, Reivan Marinho de. **Reforma Universitária Brasileira: mercantilização da política de educação**. IN: V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011. São Luis. Anais eletrônicos... São Luiz, UFMA. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/IMPASSES\\_E\\_DESAFIOS\\_DAS\\_POLITICAS\\_DE\\_EDUCACAO/REFORMA\\_UNIVERSITARIA\\_BRASILEIRA\\_MERCANTILIZACAO\\_DA\\_POLITICA\\_DE\\_EDUCACAO.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DE_EDUCACAO/REFORMA_UNIVERSITARIA_BRASILEIRA_MERCANTILIZACAO_DA_POLITICA_DE_EDUCACAO.pdf). Acessado em 25 de novembro de 2014.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. **Os múltiplos conceitos de extensão**. FARIA, Dóris Santos de. Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: UNB, p. 73-84, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1ª ed. São Paulo- SP: Editora Atlas S.A, 1987.

UFRGS. Pró-reitoria de Extensão (PROREXT). **O que é extensão**. Disponível em <http://www.ufrgs.br/prorext/prorext-1/extensao>. Acessado em 12 de Outubro de 2014.

UFRGS. Pró-reitoria de Extensão (PROREXT). **Decisão nº 242/2005**. Disponível em <http://www.ufrgs.br/prorext/prorext-1/extensao>. Acessado em 12 de Outubro de 2014.

UFRGS. Pró-reitoria de Extensão (PROREXT). **Resolução nº 26/2003**. Disponível em <http://www.ufrgs.br/prorext/prorext-1/extensao>. Acessado em 12 de Outubro de 2014.

UFRGS. Pró-reitoria de Extensão (PROREXT). **Resolução nº 17/2015**. Disponível em <http://www.ufrgs.br/prorext/prorext-1/extensao>. Acessado em 12 de Outubro de 2014.

UNE - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **Declaração da Bahia**. Salvador, 1961.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. **Educação popular: de uma prática alternativa a uma estratégia de gestão participativa das políticas de saúde**. Physis, v. 14, n. 1, p. 67-83, 2004.

## ANEXOS

### PROPOSTAS ENCAMINHADAS À COMEX EM FEVEREIRO DE 2015

Nº AÇÃO COMEX	TÍTULO DA PROPOSTA DA ATIVIDADE DE EXTENSÃO	CURSO VINCULADO AO PROFESSOR(A) RESPONSÁVEL
27413	FUTEBOL E MULHERES	EDUCAÇÃO FÍSICA
27499	I ENCONTRO DOS CURSOS DE FISIOTERAPIA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL	FISIOTERAPIA
27640	BALLET DA UFRGS 2015	DANÇA
27518	100 ANOS DE INEZIL PENNA MARINHO	EDUCAÇÃO FÍSICA
27641	TCHÊ/UFRGS GRUPO DE DANÇAS TRADICIONAIS GAÚCHAS 2015	DANÇA
27712	DIVERSOS CORPOS DANÇANTES 2º ANO	DANÇA
27719	RECREAÇÃO, CULTURA POPULAR E ATENÇÃO AO IDOSO V	EDUCAÇÃO FÍSICA
27755	TARDE DE PALESTRAS EM COMEMORAÇÃO AO 3º ANIVERSÁRIO DA CLÍNICA DE FISIOTERAPIA DA ESEF/UFRGS	FISIOTERAPIA
27753	GRUPO LAÇOS DANÇA DE SALÃO CONTEMPORÂNEA 2014 PROSSEGUIMENTO	DANÇA
27700	VIVÊNCIAS EM GINÁSTICA 2015	EDUCAÇÃO FÍSICA
27732	IMPROVISANDO NO CAMPUS 2015	DANÇA
27497	TRILOCOMOTION - TRIATLO UFRGS	EDUCAÇÃO FÍSICA
27649	CELARI: PRÁTICAS CORPORAIS 2015	EDUCAÇÃO FÍSICA
27676	CLÍNICA DE FISIOTERAPIA ESEF/UFRGS IV	FISIOTERAPIA
27749	TREINAMENTO DE HÓQUEI PARA UNIVERSITÁRIOS - 2015	EDUCAÇÃO FÍSICA
27616	GRUPO DA COLUNA NO CONTEXTO DO SUS VII - 2014 (2015)	FISIOTERAPIA
27685	XVIII PROJETO DE HIDROGINÁSTICA PARA PORTADORES DE SÍNDROME DE DOWN - 2015	EDUCAÇÃO FÍSICA
27691	EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA INFANTIL CRECHE/UFRGS XXII	EDUCAÇÃO FÍSICA
27696	GINÁSTICA PARA TODOS - GPT 2015	EDUCAÇÃO FÍSICA
27709	GRUPO DE BRINCANTES DO PARALELO 30 - 2015 - CULTURA POPULAR SOB UMA PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR	DANÇA
27721	ATIVIDADES LÚDICO EXPRESSIVAS NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO 2015	EDUCAÇÃO FÍSICA
27756	FISIOTERAPIA VOLTADO À SAÚDE DA MULHER - 3ª EDIÇÃO	FISIOTERAPIA
27763	II EDUCAÇÃO CONTINUADA EM FISIOTERAPIA NEUROFUNCIONAL	FISIOTERAPIA
27652	SELEÇÃO UNIVERSITÁRIA DE KARATE 2015	EDUCAÇÃO FÍSICA

27653	CURSO DE EXTENSÃO EM KARATE-DO UFRGS 2015	EDUCAÇÃO FÍSICA
27686	XVIII PROJETO DE NATAÇÃO INICIAÇÃO AO TREINAMENTO - 2015	EDUCAÇÃO FÍSICA
27693	PROJETO QUERO QUERO 2015: PROGRAMA INCLUSIVO DE EDUCAÇÃO PELOS ESPORTES	EDUCAÇÃO FÍSICA
27714	ESCOLA DE ORIENTAÇÃO NA ESEF/UFRGS EDIÇÃO 2 - 2015	EDUCAÇÃO FÍSICA
27762	GRUPO DE CORRIDA LOCOMOTION 2015	EDUCAÇÃO FÍSICA
27766	II TREINAMENTO DE FORÇA E AERÓBICO PARA HOMENS IDOSOS - 2015	EDUCAÇÃO FÍSICA
27775	II ATIVIDADE DE BAIXO IMPACTO PARA ADOLESCENTES COM EXCESSO DE PESO - 2015	EDUCAÇÃO FÍSICA
27621	VII CICLO DE PALESTRAS SOBRE POSTURA CORPORAL	FISIOTERAPIA
27648	CENTRO DE ESTUDOS DE LAZER E ATIVIDADE FÍSICA DO IDOSO- CELARI XVII	EDUCAÇÃO FÍSICA
27650	CELARI: PROMOÇÃO DA SAÚDE E AVALIAÇÃO 2015	EDUCAÇÃO FÍSICA
27671	AVALIAÇÃO POSTURAL PARA A COMUNIDADE	FISIOTERAPIA
27718	TREINO DE FORÇA PARA SAÚDE - EDIÇÃO 2015	EDUCAÇÃO FÍSICA
27687	XXVII PROJETO DE HIDROGINÁSTICA - 2015 -	EDUCAÇÃO FÍSICA
27692	DESCOBRINDO O MOVIMENTO NO MEIO LÍQUIDO XXII	EDUCAÇÃO FÍSICA
27722	TREINAMENTO DE FORÇA PARA POPULAÇÕES ESPECIAIS - 1ª EDIÇÃO	EDUCAÇÃO FÍSICA
27747	FISIOTERAPIA TRAUMATO-ORTOPÉDICA EM AMBIENTE HOSPITALAR - 2A EDIÇÃO	FISIOTERAPIA
27746	PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO FISIOTERAPÊUTICO AOS PACIENTES PEDIÁTRICOS COM FIBROSE CÍSTICA DO HCPA	FISIOTERAPIA
27613	INTRODUÇÃO AO RUGBY INFANTIL	EDUCAÇÃO FÍSICA
27684	X PROJETO DE JOGGING AQUÁTICO TREINAMENTO 2015	EDUCAÇÃO FÍSICA
27688	XXVII PROJETO DE JOGGING AQUÁTICO 2015	EDUCAÇÃO FÍSICA
27787	EXERCÍCIO AERÓBICO PARA PESSOAS COM DOR LOMBAR CRÔNICA	EDUCAÇÃO FÍSICA
27816	PREPARAÇÃO FÍSICA PARA DEFICIENTES VISUAIS 2015	EDUCAÇÃO FÍSICA
28064	RECEPÇÃO INTEGRADA AOS CALOUROS DA DANÇA, EDUCAÇÃO FÍSICA E FISIOTERAPIA	FISIOTERAPIA
27498	EDUCAÇÃO EM SAÚDE E MANEJO DA DOR CRÔNICA OSTEOMUSCULAR NA PESSOA IDOSA	FISIOTERAPIA
27733	PROJETO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LAPEX 2015	FISIOTERAPIA
27760	FISIOTERAPIA AQUÁTICA 2015	FISIOTERAPIA
28055	FISIODERMA - PROJETO DE EXTENSÃO EM FISIOTERAPIA DERMATO-FUNCIONAL I	FISIOTERAPIA
27793	ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS DE LAZER COM IDOSOS 2015	EDUCAÇÃO FÍSICA
27751	NATAÇÃO APRENDIZAGEM - 2015	EDUCAÇÃO FÍSICA
27752	NATAÇÃO APERFEIÇOAMENTO-CONDICIONAMENTO 2015	EDUCAÇÃO FÍSICA
27786	HIDROGINÁSTICA PARA MULHERES IDOSAS	EDUCAÇÃO FÍSICA
27946	CAMINHADA NÓRDICA PARA PESSOAS COM DOENÇA DE PARKINSON - 3ª EDIÇÃO	EDUCAÇÃO FÍSICA

28039	PRÁTICAS INTEGRADAS I E II: INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO	FISIOTERAPIA
28056	PROGRAMA DE INTERVENÇÃO MOTORA PRECOCE	FISIOTERAPIA
27573	PROJETO ESCOLINHA DE FUTSAL IX	EDUCAÇÃO FÍSICA
27574	FUTSAL UNIVERSITÁRIO IX	EDUCAÇÃO FÍSICA
28062	SEXTA À PARTE: CONVERSÇÕES CONTEMPORÂNEAS	EDUCAÇÃO FÍSICA
27809	XXVI EDIÇÃO - BUGRE LUCENA - 2015	EDUCAÇÃO FÍSICA
28080	ATENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA AO PACIENTE COM AVC	FISIOTERAPIA
27963	PROGRAMA DE ESTUDOS EM PERFORMANCE	DANÇA
28100	FISIOTERAPIA NEUROFUNCIONAL AMBULATORIAL	FISIOTERAPIA
27790	CINE PET EDUCAÇÃO FÍSICA 2ª EDIÇÃO	EDUCAÇÃO FÍSICA
27792	DOCUMENTÁRIO: MEMÓRIAS DO PET EDUCAÇÃO FÍSICA ESEF/UFRGS 2015	EDUCAÇÃO FÍSICA
27734	LABORATÓRIO DE HISTÓRIA DO ESPORTE PARALÍMPICO BRASILEIRO - III EDIÇÃO	EDUCAÇÃO FÍSICA
28151	CAMINHADA NÓRDICA PARA IDOSOS	EDUCAÇÃO FÍSICA
28332	BASQUETEBOL: OPORTUNIZANDO SUA PRÁTICA...XVIII	EDUCAÇÃO FÍSICA
28025	DIÁLOGOS SOBRE ETNOGRAFIAS EM ESPORTE E LAZER	EDUCAÇÃO FÍSICA
28479	SEMINÁRIO EDUCAÇÃO FÍSICA: (RE) VISITANDO A DIDÁTICA	EDUCAÇÃO FÍSICA
28312	BASES NEUROFISIOLÓGICAS DO MOVIMENTO HUMANO	FISIOTERAPIA
28048	CICLO DE PALESTRAS	EDUCAÇÃO FÍSICA
27761	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM PRÁTICA CLÍNICA E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA EM FISIOTERAPIA AQUÁTICA 2015	FISIOTERAPIA
28622	BÓTONS DE ALEGRIA III	FISIOTERAPIA
28684	DIA DO LAZER ESEF UFRGS 2015 01	EDUCAÇÃO FÍSICA
28626	I SEMINÁRIO - GRUPO DE PESQUISA MECÂNICA E ENERGETICA DA LOCOMOÇÃO HUMANA - LOCOMOTION	EDUCAÇÃO FÍSICA
26068	V ENCONTRO ESTADUAL DAS GRADUAÇÕES EM DANÇA	DANÇA
28614	MESA REDONDA: BIOMECÂNICA EXERCÍCIOS ABDOMINIAIS ÊNFASE NO ABDOMNIAL	TÉCNIC@S ADMINISTRATIVOS
28932	XVII EDIÇÃO - CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE	EDUCAÇÃO FÍSICA
28917	CURSO DE CAPACITAÇÃO EM ANÁLISE DA MARCHA E DA CORRIDA COM USO DE BAROPODOMETRIA E ACELEROMETRIA	FISIOTERAPIA
29034	OFICINAS DE CAPACITAÇÃO DA COMPESQ/ESEF - ESCRITA CIENTÍFICA E ENDNOTE	TÉCNIC@S ADMINISTRATIVOS
29257	PROJETO REVISTA MOVIMENTO (PORTO ALEGRE)	EDUCAÇÃO FÍSICA
29136	SEMINÁRIO EM ATIVIDADE FÍSICA, SAÚDE E DESEMPENHO	EDUCAÇÃO FÍSICA
29744	CURSO DE BASES DA FARMACOLOGIA PARA FISIOTERAPEUTAS	FISIOTERAPIA

29748	ENTENDENDO A ABNT-COMO ELABORAR MONOGRAFIAS E ARTIGOS	TÉCNIC@S ADMINISTRATIVOS
29775	2ª MESA REDONDA - ASPECTOS BIOMECÂNICOS E FISIOLÓGICOS DOS MÚSCULOS ISQUIOTIBIAIS COM ÊNFASE NO EXERCÍCIO STIFF	TÉCNIC@S ADMINISTRATIVOS

### ATIVIDADES DE EXTENSÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

NÍVEL	ÁREA TEMÁTICA PRINCIPAL	LINHA DE EXTENSÃO	TIPO	MODALIDADE (CATÁLOGO AÇÕES DE EXTENSÃO)	LOCAL DO PROJETO	EXISTÊNCIA DE TAXA	PÚBLICO ALVO
PROJETO/ATIVIDADE	EDUCAÇÃO	ESPORTE E LAZER	CURSO	CURSO PRESENCIAL	ESEFID	R\$ 4,00	UFRGS/UNIVERSIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	ESPORTE E LAZER	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RÍTMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO VINCULADA A PESQUISA	ESEFID	R\$ 30,00	COMUNIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	TERCEIRA IDADE	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RÍTMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO VINCULADA A PESQUISA	ESEFID	R\$ 30,00	COMUNIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	ESPORTE E LAZER	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RÍTMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VINCULADA A PESQUISA	ESEFID	R\$ 30,00	COMUNIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	TERCEIRA IDADE	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RÍTMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA	ESEFID	R\$ 74,00	COMUNIDADE
PROGRAMA	SAÚDE	TERCEIRA IDADE	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RÍTMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA	ESEFID	R\$ 74,00	COMUNIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	TERCEIRA IDADE	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RÍTMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO VINCULADA A PESQUISA	ESEFID	R\$ 103,00	COMUNIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	ESPORTE E LAZER	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RÍTMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA	ESEFID	R\$ 103,00	COMUNIDADE

PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	ESPORTE E LAZER	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RITMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA	ESEFID	R\$ 103,00	COMUNIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	EDUCAÇÃO	ESPORTE E LAZER	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RITMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA	ESEFID	R\$ 103,00	COMUNIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	ESPORTE E LAZER	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RITMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA	ESEFID	R\$103,00	COMUNIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	ESPORTE E LAZER	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RITMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA	ESEFID	R\$103,00	COMUNIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	ESPORTE E LAZER	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RITMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA	ESEFID	R\$103,00	COMUNIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS, INCAPACIDADES, E NECESSIDADES ESPECIAIS	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RITMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA	ESEFID	R\$103,00	COMUNIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	ESPORTE E LAZER	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RITMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA	ESEFID	R\$ 75,00; 61,00; 34,00	COMUNIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	SAÚDE HUMANA	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RITMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA	ESEFID	R\$ 90,00 3 X; R\$ 70,00 2 X	COMUNIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	SAÚDE HUMANA	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RITMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA	ESEFID	R\$ 90,00 3 X; R\$ 70,00 2 X	COMUNIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	ESPORTE E LAZER	CURSO	CURSO PRESENCIAL	ESEFID	GRATUITO	COMUNIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	EDUCAÇÃO	ESPORTE E LAZER	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RITMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO VINCULADA A PESQUISA	ESEFID	GRATUITO	COMUNIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	ESPORTE E LAZER	OFICINA, AULA ESPETACULO,	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	ESEFID	GRATUITO	COMUNIDADE

			CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RÍTMICAS E ESPORTIVAS	VINCULADA A PESQUISA			
PROJETO/ATIVIDADE	EDUCAÇÃO	ESPORTE E LAZER	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RÍTMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA	ESEFID	GRATUITO	COMUNIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	EDUCAÇÃO	ESPORTE E LAZER	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RÍTMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VINCULADA A PESQUISA	FORA	GRATUITO	COMUNIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	ESPORTE E LAZER	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RÍTMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VINCULADA A PESQUISA	ESEFID	GRATUITO	COMUNIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	TERCEIRA IDADE	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RÍTMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VINCULADA A PESQUISA	ESEFID	GRATUITO	COMUNIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	EDUCAÇÃO	ESPORTE E LAZER	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RÍTMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: AÇÃO SOCIAL COMUNITÁRIA	ESEFID	GRATUITO	COMUNIDADE
PROGRAMA	SAÚDE	ESPORTE E LAZER	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RÍTMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA	ESEFID	GRATUITO	COMUNIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	ESPORTE E LAZER	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RÍTMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA	ESEFID	GRATUITO	COMUNIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	ESPORTE E LAZER	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RÍTMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA	ESEFID	GRATUITO	COMUNIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	ESPORTE E LAZER	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RÍTMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA	ESEFID	GRATUITO	COMUNIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS, INCAPACIDADES, E NECESSIDADES ESPECIAIS	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RÍTMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA	ESEFID	GRATUITO	COMUNIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	EDUCAÇÃO	TERCEIRA IDADE	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: AÇÃO SOCIAL E	ESEFID	GRATUITO	COMUNIDADE

			RITMICAS E ESPORTIVAS	COMUNITÁRIA			
PROJETO/ATIVIDADE	EDUCAÇÃO	TERCEIRA IDADE	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RITMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA	ESEFID	GRATUITO	COMUNIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	TERCEIRA IDADE	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RITMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA	FORA	GRATUITO	COMUNIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	ESPORTE E LAZER	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RITMICAS E ESPORTIVAS	ASSESSORIA E ATENDIMENTO	ESEFID	GRATUITO	UFRGS/UNIVERSIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	ESPORTE E LAZER	PALESTRA, CONFERENCIA, MESA REDONDA	EVENTO	ESEFID	GRATUITO	UFRGS/UNIVERSIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	EDUCAÇÃO	ESPORTE E LAZER	SEMINÁRIO, ENCONTRO, JORNADA, COLÓQUIO, FÓRUM E REUNIÃO	EVENTO	ESEFID	GRATUITO	UFRGS/UNIVERSIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	EDUCAÇÃO	ESPORTE E LAZER	PALESTRA, CONFERENCIA, MESA REDONDA	PALESTRA, CONFERENCIA, MESA REDONDA	ESEFID	GRATUITO	UFRGS/UNIVERSIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	CULTURA	TEMAS ESPECÍFICOS/DESENVOLVIMENTO HUMANO	PALESTRA, CONFERENCIA, MESA REDONDA	PALESTRA, CONFERENCIA, MESA REDONDA	ESEFID	GRATUITO	UFRGS/UNIVERSIDADE
PROGRAMA	EDUCAÇÃO	ESPORTE E LAZER	EXPOSIÇÃO, FEIRA, SALÃO OU MOSTRA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO VINCULADA A PESQUISA	ESEFID	GRATUITO	UFRGS/UNIVERSIDADE
PROGRAMA	EDUCAÇÃO	GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS	PRODUÇÃO, PUBLICAÇÃO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO VINCULADA A PESQUISA	ESEFID	GRATUITO	UFRGS/UNIVERSIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	EDUCAÇÃO	PATRIMONIO CULTURAL, HISTORICO, NATURAL E IMATERIAL	PRODUÇÃO/PUBLICAÇÃO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO VINCULADA A PESQUISA	ESEFID	GRATUITO	UFRGS/UNIVERSIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	EDUCAÇÃO	PATRIMONIO CULTURAL, HISTORICO, NATURAL E IMATERIAL	PRODUÇÃO/PUBLICAÇÃO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO VINCULADA A PESQUISA	ESEFID	GRATUITO	UFRGS/UNIVERSIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	EDUCAÇÃO	ESPORTE E LAZER	ESPETÁCULO, EVENTO, CULTURAL, SOCIAL OU CIENTÍFICO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VINCULADA A PESQUISA	ESEFID	GRATUITO	UFRGS/UNIVERSIDADE

PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	ESPORTE E LAZER	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RÍTMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA	ESEFID	GRATUITO	UFRGS/UNIVERSIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	ESPORTE E LAZER	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RÍTMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA	ESEFID	GRATUITO	UFRGS/UNIVERSIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	EDUCAÇÃO	ESPORTE E LAZER	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RÍTMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA	FORA	GRATUITO	UFRGS/UNIVERSIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	ESPORTE E LAZER	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RÍTMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA	ESEFID	GRATUITO	UFRGS/UNIVERSIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	EDUCAÇÃO	ESPORTE E LAZER	OFICINA, AULA ESPETACULO, CAPACITAÇÃO, ATIVIDADES RÍTMICAS E ESPORTIVAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA	ESEFID	GRATUITO	UFRGS/UNIVERSIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	EDUCAÇÃO	TEMAS ESPECÍFICOS/DESENVOLVIMENTO HUMANO	PRODUÇÃO, PUBLICAÇÃO	PRODUÇÃO/PUBLICAÇÃO	ESEFID	GRATUITO	UFRGS/UNIVERSIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	CULTURA	PATRIMÔNIO CULTURAL, HISTÓRICO, NATURAL E IMATERIAL	PRODUÇÃO/PUBLICAÇÃO	PRODUÇÃO/PUBLICAÇÃO	ESEFID	GRATUITO	UFRGS/UNIVERSIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	EDUCAÇÃO	ESPORTE E LAZER	SEMINÁRIO, ENCONTRO, JORNADA, COLÓQUI, REUNIÃO	SEMINÁRIO, ENCONTRO, JORNADA, COLÓQUI, REUNIÃO	ESEFID	GRATUITO	UFRGS/UNIVERSIDADE
PROJETO/ATIVIDADE	SAÚDE	ESPAÇOS DE CIÊNCIA	SEMINÁRIO, ENCONTRO, JORNADA, COLÓQUIO, FÓRUM E REUNIÃO	SEMINÁRIO, ENCONTRO, JORNADA, COLÓQUIO, FÓRUM E REUNIÃO	ESEFID	GRATUITO	UFRGS/UNIVERSIDADE

